



Eleições 82

Contra o peso da tradição e do dinheiro, a luta eleitoral do PT em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Goiás (págs. 7, 8, 9, 10, 15 e 16).

O movimento operário e as eleições. Duas gerações operárias na luta pelo socialismo (págs. 20 e 21). A idéia da revolução está no coração do operário (pág. 17).

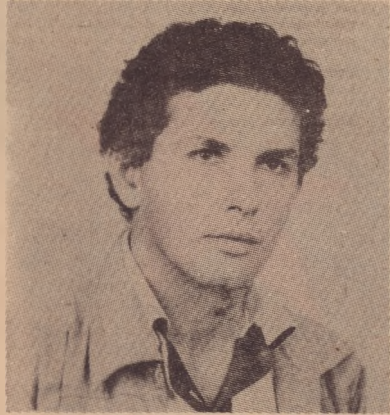
Auge e declínio do voto plebiscitário. A conjuntura e o voto no PT (págs. 2 e 3). O que responder à chantagem do voto útil (págs. 4 e 5)

As eleições e a construção do PT como um partido revolucionário (pág. 6). A tradição do marxismo revolucionário contra o cretinismo parlamentar (pág. 24).

O feminismo está presente na luta eleitoral. As principais reivindicações contra a opressão da mulher e o compromisso do PT (págs. 18 e 19).

TRABALHADORES NO PODER

PT: uma nova etapa na luta



Aqui, a opinião de Virgílio Guimarães, membro efetivo do Diretório Nacional do PT e candidato a deputado federal em Minas.

Uma avaliação das eleições realizadas no período da ditadura militar revela que elas sempre refletiram o estágio, a correlação da luta de classes.

Caminhamos ao longo do tempo do voto nulo ao voto plebiscitário, o voto contra a ditadura. Mas o MDB, depois PMDB, se revelou incapaz pelo seu caráter burguês, pelo seu cupulismo, pelo seu parlamentarismo de dar consequência à sede de mudanças que move os trabalhadores brasileiros em suas lutas. Hoje, votar e fortalecer o PT é a única garantia que temos de que a luta contra a ditadura será aprofundada no próximo período.

É correto dizer que as eleições, embora de maneira deformada, refletem o processo de lutas de classes a cada momento da história. Isso transparece claramente quando examinamos os significados adquiridos pelos vários pleitos realizados ao longo da existência da ditadura militar implantada em 1964.

O caminho do golpe militar para a implantação do regime no pós-64 foi na verdade uma necessidade para as classes dominantes. Os partidos conservadores, a UDN e o PSD que juntos na Constituinte de 1945 ocupavam 81% das cadeiras conheceram um declínio eleitoral permanente à medida do processo de industrialização e urbanização do país. Em 1962, ambos compunham apenas 51% do Congresso enquanto o PTB, partido populista depositário dos votos das massas trabalhadoras, de 22 deputados na Constituinte de 1945 passou a ter 119 em 1962.

Ajudado por uma extensa lista de cassações aos mandatos parlamentares principalmente nas fileiras petebistas, o governo militar pós-64, pretendia compensar a sua condição de reiterada minoria através de formação de blocos de apoio no Congresso. A vitória do PSD em Minas e no Rio em 1965, confirmando o fracasso eleitoral do novo regime levou o general Castelo Branco a editar o AI-2 extinguindo sumariamente os 14 partidos políticos então existentes.

Um mês depois o Ato Complementar nº 4, estipulando um mínimo de 120 deputados e de 20 senadores para se formar um partido, regulou o surgimento do que viria a ser a Arena

Ascensão e queda do voto plebiscitário

De como o MDB blefou, transacionou e amorteceu a aspiração de mudança da grande maioria dos brasileiros.

na e o MDB. Para se ter uma idéia do caráter fisiológico do MDB, é importante lembrar que o prazo de 45 dias antes estipulado para se formar novos partidos teve de ser ampliado pela ditadura pois a "oposição" até a data fixada não conseguira o número mínimo de senadores necessários para a fundação de seu partido.

A fragilidade e o artificialismo do partido de "oposição" ficaria patente nas eleições realizadas para o Senado e a Câmara em 1966, quando a Arena obteria a maioria dos votos. Porém, a soma do número de eleitores que deixaram de votar e dos votos nulos e brancos era superior àquela conferida ao partido oficial mostrando que a instituição parlamentar era incapaz de absorver e canalizar o ascenso do descontentamento popular que se seguiria.

A luta de classes corria, então, por seus próprios caminhos. Se era ainda débil e pontual a organização do movimento operário-popular duramente golpeado em 1964, os movimentos dos setores médios, com os estudantes à frente, introduzia um veio de radicalização da conjuntura, aprofundando o isolamento da ditadura. Essa radicalização repercutirá no Parlamento culminando com a edição do AI-5, colocando o Congresso em recesso e marcando o início de um dos períodos mais repressivos da história política brasileira.

1970: a avalanche do voto nulo

O quadro da luta de classes no Brasil em 1970 era desalentador para os trabalhadores. A contra-revolução atingia o seu auge. A esquerda, em sua grande maioria filiada à luta armada sem um apoio social maior, começava ser duramente encurralada e derrotada pelas Forças Armadas. O chamado milagre econômico começava a produzir seus efeitos.

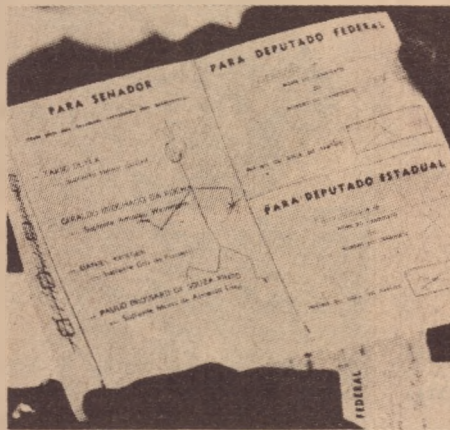
A resistência à ditadura se expressou, então, pela anulação do voto. Nada menos do que treze milhões de votos brancos e nulos foram às urnas numa prova incontestável de que mesmo no período de maior estabilidade da ditadura era imensa a sua ilegitimidade, o não reconhecimento de suas instituições. Grande parte da esquerda havia aderido a tese da anulação do voto através de uma campanha possível no período com a pichação de muros, distribuição de panfletos etc.

1974 a 1978: a maré do voto oposicionista

A luta de classes no período que vai de 1970 a 1978 é marcada por vários elementos que se cruzam: crise econômica, manifestada mais claramente a partir de 1974; a reconstrução do

movimento estudantil que irá culminar nas grandes jornadas de 1977 e na retomada da UNE; a lenta reconstrução da esquerda não reformista e a luta pela anistia; as mobilizações contra o custo de vida. O movimento operário ainda não se colocava de pé e os liberais eram francamente hegemônicos no terreno da oposição parlamentar.

Nesta situação, as eleições vão adquirir um sentido plebiscitário, de um julgamento da ditadura. O crescimento fantástico dos votos emedebistas se dará além das expectativas das lideranças do MDB e mesmo apesar delas. Logo após o resultado das eleições de novembro de 1974, por exemplo, o presidente do MDB, Ulisses Guimarães se apressou a dizer que "estamos atingindo nossas metas das quais



1970: Treze milhões de votos nulos e brancos a maior é a normalidade democrática. Mas não seremos fator de inquietação."

As eleições de 1976 para a Câmara de Vereadores confirmaram a tendência ao crescimento do voto do não à ditadura. Se em 1972 a Arena obteve 61,4% dos votos, quatro anos após esse percentual já diminuía para 47,2%, embora o partido do governo concorresse sozinho em um terço do total de municípios do país.

Nas eleições de 1978, as Assembleias Legislativas a Câmara e o Senado, o voto de oposição à ditadura continuou em sua trajetória ascendente. Nas eleições para o Senado, de conteúdo plebiscitário mais claro, o MDB obteve 4,4 milhões de votos a mais que a Arena. Nos seis estados do sudeste brasileiro, o MDB foi maioria. O governo apenas conseguiu garantir a maioria no Senado com o recurso ao expediente dos senadores biônicos. Não ser elaborada por uma comissão dos dois

As limitações do voto plebiscitário

Confirmando a sua tática de utilizar o caudal de votos que lhe ocorria para barganhar uma proposta de conciliação com a ditadura, apesar da cassação de inúmeros deputados autênticos, da continuidade da repressão inclusive sobre os operários que agora surgiam com suas primeiras greves, o mesmo Ulisses declarava após conhecidos os resultados de novembro de 1978: "O MDB venceu o plebiscito e o governo as eleições — aliás, pobremente. A saída está no entendimento. Vou propor a elaboração de uma nova Constituição que inclua algumas das mais caras teses da oposição, com a concordância do governo e das Forças Armadas. Esta Constituição pode-



Observações: 1) Não foram computados os números relativos aos territórios 2) O Acre, onde o resultado é duvidoso, ficou fora dos mapas

1978: voto de protesto fez maioria nos estados do sudeste (em cinza)

partidos, até com a maioria da Arena. Seria progressista mas não radical. E teríamos como resultado uma proposta de lei que depois seria examinada pelo Congresso, transformado em Constituinte".

O voto plebiscitário que, sem dúvida, aprofundou as contradições do regime mostrava as suas limitações como instrumento de transformação. Seu impacto seria sempre absorvido pelos casuismos do governo e pela moderação dos políticos de oposição burguesa. E mais do que nunca, ele não encontrava um desdobramento, uma continuidade no período pós-eleitoral já que o MDB conservou a sua característica de um partido meramente parlamentar. Finalmente, seu caráter ideologicamente difuso não apontava alternativas à ditadura, propostas que dessem vazão à sede de mudanças da sociedade que cresceria com o ascenso grevista de 1978/79 e com a agudização da crise econômica.

Barreiras ao voto dos trabalhadores

Não se conhece na história das sociedades nenhum exemplo de revolução ou reforma substantiva de um regime político feito pelo voto. Em geral, o processo de eleições fortalece a representação das tendências conservadoras, pela força do dinheiro e do poder constituído, pelo peso da tradição e pela diferenciação de classes.

A mais infame das restrições eleitorais brasileiras é, sem dúvida, a proibição do direito de voto aos analfabetos. São cerca de 15 milhões e 500 mil brasileiros maiores de 18 anos que não

podem votar (de acordo com os dados do IBGE para o ano de 1979). São excluídos igualmente os soldados e marinheiros embora os oficiais possam votar.

Não votam também para prefeito todos os habitantes das capitais brasileiras, todos os habitantes de municípios considerados pelo governo de segurança nacional. São, no conjunto, mais de 30 milhões de brasileiros.

Conservam o mandato até 1986, os senadores biônicos (um terço do total de senadores). A

presença dessa maioria do governo no Senado é providencial: para se conseguir alguma reforma na constituição através do Parlamento é preciso garantir dois terços dos votos nas duas casas do Congresso, isto é, tanto no Senado como na Câmara.

Permanecem ainda inúmeros critérios da lei complementar nº 5 estabelecendo as inelegibilidades. Além da permanência da Lei Falcão que cassou o direito de propaganda gratuita pelo rádio e pela TV nos 60 dias anteriores ao pleito, temos ainda a utilização corrupta e de-

senfreada das máquinas administrativas em favor dos candidatos do governo.

Uma outra maneira que o governo encontrou de institucionalizar a fraude foi através do desvirtuamento da proporção da representação dos estados na Câmara Federal e no Senado, desvalorizando fortemente os maiores centros urbanos onde a votação da oposição é mais forte.

Se apesar de todos estes empecilhos, a ditadura tiver que enfrentar uma crise parlamentar ela ainda tem o recurso à extinção dos partidos

contra a ditadura

Os novos desafios das eleições de 82

Muito ao contrário do que usualmente se diz, a organização política dos trabalhadores está atrasada em relação às tarefas que a luta de classes cobra.

A presença do PT introduz uma forte mudança de qualidade nas eleições de 82. Pela primeira vez, um partido se apresenta nas eleições com uma proposta clara de mudanças, com uma visão alternativa de sociedade. Pela primeira vez, um partido se propõe a encaminhar a sua campanha eleitoral como parte de um processo de mobilização, de organização. De maneira nova, um partido que rompe com a visão frentista, fluída e assume um sentido classista, expressamente anti-patronal.

Como das outras vezes, o quadro eleitoral reflete as mudanças na correla-

ção para suas lutas. Hoje é o contrário o que ocorre: a organização política dos trabalhadores está **atrasada** em relação às tarefas, aos desafios que a luta de classes lhe reserva para o próximo período.

A luta de classes e o PT

Esta apreciação não decorre de nenhuma impressão voluntarista. Se examinarmos a gravidade, a natureza e a violência dos choques entre trabalhadores e patrões nas fábricas, no movimento sindical, ela resultará confirmada. Aliás, este é o traço principal da luta dos trabalhadores contra a burguesia desde a

examinamos o agravamento da crise econômica do desemprego, as perspectivas de um maior arrocho sobre a classe trabalhadora nos próximos meses fica ressaltada a necessidade de um avanço na organização sindical e política dos trabalhadores.

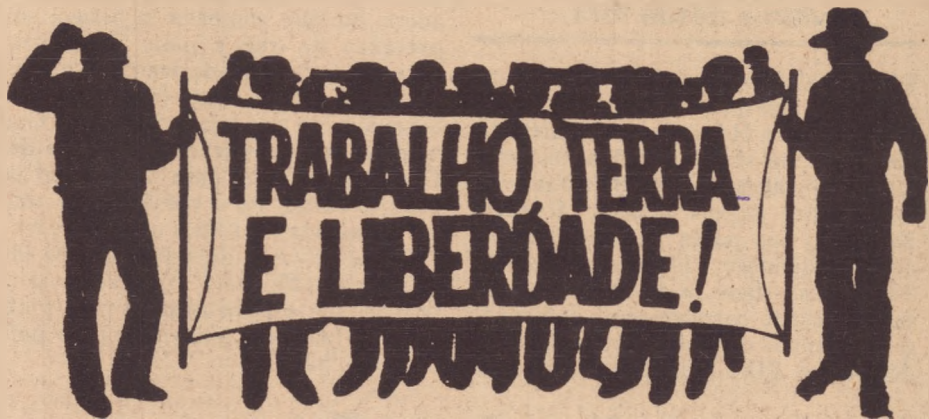
O papel chave da organização dos trabalhadores

Antes, durante e depois das eleições o papel chave na luta contra a ditadura é a organização dos trabalhadores. Esta é uma constatação que tem também a sua história. A ditadura conheceu vários impasses institucionais: em 1965, com o AI-2 e a extinção dos partidos; em 1968, com o AI-5 e a colocação do Congresso em recesso; em 1977, com o pacote de abril; em 1981 com o impasse de novembro. Conheceu várias crises militares: a demissão do ministro Sylvio Frota, a renúncia de Golbery, o episódio do Rio-Centro. Conheceu um momento em que a dissidência militar se ligou à oposição liberal: a candidatura Euler Bentes a presidente em 1978.

Em nenhum destes momentos, a ditadura teve ameaçada a sua existência como um todo. Nenhuma outra forma de poder alternativo foi oposta a ela. E a explicação é simples: os trabalhadores, os que podem levar a luta contra a ditadura até o fim por causa da profunda crise que se seguiu no pós-64, não estavam presentes na cena política.

Vencer a ditadura nestas eleições é importante. Mas se o preço da vitória eleitoral for semear as ilusões sobre as possibilidades da oposição burguesa, se não estiver vinculada ao fortalecimento da organização dos trabalhadores os seus resultados serão inevitavelmente passageiros e superficiais.

Fortalecer o PT nestas eleições é, assim, a melhor maneira de garantir que a luta contra a ditadura será aprofundada no próximo período.



1982: A alternativa é o PT

ção da luta de classes. Pois o PT incontestavelmente tem a sua origem e faz parte do ascenso do movimento dos trabalhadores em 1978 e 1979 que, de maneira contraditória, continua a se dar. O adversário mais ferrenho do PT não seria capaz de imaginar a sua existência sem o crescimento do movimento operário-popular. negar que existe entre eles uma linha de uma continuidade.

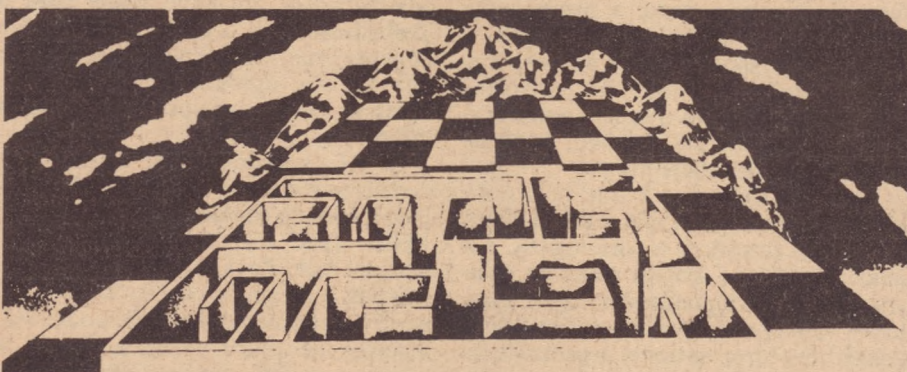
A discussão sobre o fato do PT romper o caráter plebiscitário das eleições precipitadamente, de enfraquecer as possibilidades de derrota da ditadura só faz colocar a realidade de cabeça para baixo. Foi pelo fato do MDB, e depois PMDB, manter e aprofundar a sua natureza de partido burguês, cupulista, conciliador e parlamentar que os traba-

lhadores buscaram um novo instrumento histórica greve do ABC de 1980 quando após 40 dias de resistência, os operários trombaram nos limites da luta sindical travada nos marcos do sistema corporativista brasileiro. Este elemento, a necessidade de formas superiores de organização ao nível sindical e político, está presente em cada greve de norte a sul do país realizada no período subsequente. A última greve do ABC, com formas abertas de ocupação de fábrica — uma das formas mais extremadas da luta operária — expressa o aguçamento desta contradição.

Não é apenas no aspecto molecular, isolado das lutas operárias que o atraso da organização política dos trabalhadores fica confirmada. Também quando

através de lei ordinária e a decretação do Estado de Emergência que suspende as garantias individuais e públicos em nome da garantia do poder de Estado.

Este bloco de restrições eleitorais tem um sentido marcadamente classista. Pois quem mais perde com a subvalorização da representação dos grandes centros urbanos na Câmara e no Senado, com o veto dos analfabetos, com a corrupção eleitoral, com a Lei Falcão e tudo o mais senão os trabalhadores?



Editorial

Os trabalhadores no poder

Já se disse que a existência do Estado é o resumo, revela as contradições que existem na sociedade. Nestas eleições, não há dúvida de que esta é a tarefa central do PT: dar vazão à crescente contradição entre a existência e, a política da ditadura e os interesses da maioria da população.

Através das reivindicações por melhores condições de vida e trabalho, resumidas no tripé **Terra, Trabalho e Liberdade**, o PT se associa às reivindicações de dezenas de milhões de trabalhadores do norte do sul do país. Mas faz parte do programa de educação política mostrar que existe uma oposição irreductível entre a continuidade da ditadura militar e o atendimento dessas reivindicações. Mais expulsos da terra, mais desempregados, mais opressão é o que promete o próximo período a continuar a ditadura militar. Associar estas bandeiras à luta pelo fim da ditadura militar é, portanto, o segundo passo necessário.

Refrões pelo fim da ditadura militar, que polarizam o profundo e permanente descontentamento dos trabalhadores e do povo com a situação reinante no país não são novos, fazem parte já da história das grandes mobilizações do movimento popular e, particularmente do movimento estudantil, na década passada. O que há de novo é o alcance, a extensão, a mudança de qualidade mesmo que a existência do PT enquanto partido classista coloca para a luta pelo fim da ditadura militar. Não se trata agora de apenas propagandear o fim da ditadura, mas principalmente propor a base sobre a qual se assenta o novo poder e desde já trabalhar para sua organização.

Contrapor à existência da ditadura militar o **poder dos trabalhadores e do povo**. A existência do PT, em síntese, confere aos trabalhadores a possibilidade de serem **ofensivos** na conjuntura política. É hora de avançar sabendo que o único modo dos patrões e do governo quebrar esta ofensividade dos trabalhadores é reprimindo ou desnaturalizando o PT.

Se a burguesia, de forma particular no Brasil, exerce o seu poder concentrando-o em um órgão de dominação profundamente anti-democrático, alienando as decisões da esmagadora maioria da população, os trabalhadores tem o interesse inverso. É através do progressivo fortalecimento dos organismos de participação da massa trabalhadora, do choque destes organismos com o poder da burguesia é que está a possibilidade da instauração de um novo poder.

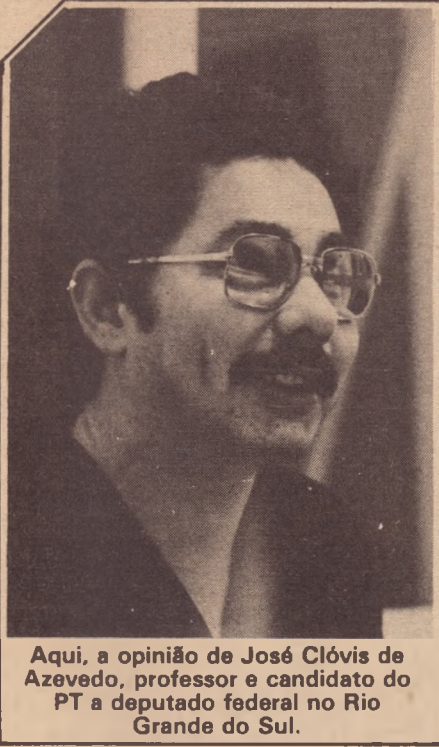
Estes dois princípios devem estar realçados e desdobrados na plataforma do PT para os governos estaduais. O de que eventuais governos do PT apoiarão a sua gestão em conselhos populares que detenham o poder de decisão sobre as principais questões e o de utilizar os governos estaduais como alavanca na luta contra a ditadura.

VOTO ÚTIL:

A política conservadora travestida

Seja útil: coopte as dissidências do PDS

A ciência política do voto útil é profunda e de longo alcance. Em 1985, recomendará votar em Aureliano ou Golberi contra Medeiros ou Coelho Neto.



Aqui, a opinião de José Clóvis de Azevedo, professor e candidato do PT a deputado federal no Rio Grande do Sul.

No início era: seja útil, fique no PMDB, não divida a oposição. Depois passou a ser: vote útil, no PMDB, para ganhar a eleição. Agora, pouco a pouco, vai se tornando: vote útil, no PMDB, para governar com competência. E daqui há pouco? Não será vote útil, no PMDB, para tomar posse com tranquilidade, sem maiores traumas com os generais? Aqui, uma análise da história do voto útil, de seus vários argumentos e de suas implicações.

A tese do voto útil encerra ainda um aspecto curioso, ao qual todavia seus defensores não chegam, quem sabe por falta de coerência. A questão é a seguinte: se o problema é de utilidade do voto, se o problema é eleger o menos ruim, desde que garantida a vitória sobre o PDS, então a rigor, se formos coerentes, a tese do voto útil não tem limites. E ao mesmo tempo é muito estranho que ela só seja brandida do PMDB para a esquerda, e não também, como numa avenida de mão dupla, para a direita.

Por exemplo, Jânio, do alto de seus anos de confinamento político, e porque não, de seu prestígio pessoal, teria todo o direito de acusar o PMDB (em particular Montoro) de divisionista e sectário ao não indicá-lo como seu candidato ao governo de São Paulo — com o que, as chances de vitória do PMDB poderiam aumentar de muito. O mesmo pode-se dizer de Olavo Setúbal: se o PMDB tivesse aberto espaço a ele e feito dele seu candidato, as chances do partido seriam mais seguras. E é inegável que tanto um como outro são melhores que Reynaldo; ou senão, menos ruins.

Se os arautos do voto útil quiserem ser coerentes até o limite, a ciranda não tem fim. No final da linha, o PDS, que tanto dizem querer derrotar, é o próprio limite. Vamos aos exemplos: em Minas, Magalhães, ontem no PP (na oposição?) marchando ombro a ombro com Tancredo, poderia arguir que o PMDB foi sectário e divisionista ao não fazê-lo seu candidato e sim preferir Tancredo — as chances de vitória seriam certeza. O



O voto útil é mais que uma simples tese; é um antigo estilo de se fazer política neste país; em caso de golpe militar, é mais útil aderir para abrandá-lo desde dentro do que ser apenas mais uma vítima desde fora.

PMDB mineiro não foi tão longe na sua coerência, mas quase: entregou a vice-governança para Hélio Garcia, ex-arenista. Na Bahia, aí sim, a utilidade mostrou toda sua pujança e o PMDB foi buscar no ex-arenista, depois pepista, Roberto Santos, o seu ponta de lança na luta contra a ditadura... E por aí a coisa vai, estado por estado, a estratégia do voto útil, se levada coerentemente, indicando que o melhor caminho para a oposição derrotar o PDS teria sido buscar seus

candidatos no interior mesmo do próprio PDS, nas suas querelas e dissidências internas, como forma de ampliar ao máximo a frente de opositores aos candidatos oficiais.

Enfim, diriam alguns, se não fosse o eleitor ter se viciado nesta maldita idéia de votar em partido que não o PDS, o melhor era termos nos constituído como sublegenda mesma do próprio PDS.

Mas a coisa não termina aí. Para o futuro também, a ciência política do voto útil já pode lançar seus poderosos prognósticos e recomendações. Se ontem o general Euler Bentes foi melhor (ou menos ruim) que Ulisses Guimarães, na disputa com Figueiredo, quem sabe amanhã, na próxima eleição para presidente, voto útil não será votar em Golbery ou Aureliano Chaves contra Medeiros ou Coelho Neto?

Ou então, mais adiante ainda, e mais além das eleições. Numa eventual ameaça de retrocesso ou novo golpe militar não será mais útil (como foi para muitos dos atuais caciques peemedebistas em 64) aderir do que combater o perigo, sob pretexto de que é mais útil tentar abrandar o golpe desde dentro do que ser mais uma vítima desde fora??? Não foi outra a razão pela qual o Sr. Ulisses Guimarães, hoje presidente da "Frente das Oposições", ficou para a posteridade como o relator da comissão da lei anti-greve baixada logo após o golpe de 64...

Como se vê, a doutrina do voto útil nem é coisa tão nova assim como também não diz respeito apenas a voto. Ela é, antes de tudo, um estilo de se fazer política neste país.

Unidade na luta contra a ditadura?

Na verdade a questão do voto útil não é mais do que a atualização para o momento eleitoral da crítica mais antiga que se fazia ao PT de que ele estaria, ao se constituir, legitimando o regime e dividindo a oposição. É aí que está o X do problema e é aí que as coisas ficam mais claras.

Ao contrário do que propala pelos quatro cantos a oposição burguesa, o surgimento do PT não é obra da reformulação partidária restrita promovida pelo regime. Desde antes de se falar em reformulação partidária, desde o ano de 78 com a explosão grevista que ali começava, que a idéia do PT vem se desenvolvendo. A partir deste momento ficou patente a incapacidade do antigo MDB para representar a entrada na cena política dos trabalhadores. Seja pelos seus métodos tradicionais, cupulistas e clientelistas, seja pela sua heterogênea composição social, dominada pela burguesia liberal, seja pela sua ausência e/ou insuficiência de um programa real, efetivo, prático, minimamente popular, pelo menos.

Contra a ditadura, o MDB e os filhotes que daí vieram (PMDB, PDT, PP e PTB) o PT se insurge de modo radical, inovando totalmente a política brasileira com uma marca muito simples e por isso mesmo tremendamente forte: a representação independente e própria da maioria da população, os trabalhadores, contra a minoria, os patrões. É a partir desta idéia

O PT não é apenas o único partido legal existente no sentido pleno da palavra; é também o único que realmente combate a ditadura e a exploração.



força que vem do resto: a organização democrática e de baixo para cima, a vinculação orgânica com os movimentos sociais e uma concepção não parlamentarista/eleitoreira do que seja política, o programa consistente e efetivo, as plataformas eleitorais coerentes etc.

Fruto de tudo isso é que hoje é do reconhecimento geral que o PT, de fato, em termos históricos e sociológicos, é o único partido no sentido pleno da palavra dentre as agremiações legais existentes. Um partido que se propõe a desenvolver uma força nacional organizada da classe trabalhadora, a partir de suas mo-

É muita hipocrisia falar de unidade na luta contra a ditadura quando a oposição burguesa não vê senão uma transição democrática e nem mesmo aceita o tímido desafio de eleições diretas para prefeitos das capitais.

bilizações pelas reivindicações imediatas em torno ao problema do Trabalho, da Terra e da Liberdade. Uma força que visa a derrubada da Ditadura Militar e a construção de um novo Poder para os Trabalhadores e o Povo exercido diretamente pelas massas populares para por fim a toda opressão e exploração e construir uma nova sociedade, o Socialismo.

O PT, sinteticamente, é isto. E os demais partidos, os que são? O PDS é o pau mandado parlamentar da Ditadura Militar (pau mandado mesmo, pois o partido real são as forças armadas); o PMDB, o antigo partido do "sim senhor", agrupa as elites burguesas descontentes e algumas de classe média e, depois de somado ao PP, também aquelas elites

circunstancialmente agora arrependidas e afastadas do círculo direto do poder; o PTB notoriamente tenta ser um braço, melhor um dedo, da ditadura na oposição; o PDT é a velha e surrada cantilena getulista (pai dos pobres, porém mãe dos ricos) reciclada e arejada pela social democracia europeia.

Diante deste quadro, numa coisa estamos de acordo com os arautos do voto útil: não houve nem há nenhuma razão substantiva para que estes senhores do PMDB, PP, PTB e PDT se dividissem. As elites mais ou menos descontentes e trãsufugas (de lá prá cá, e de cá prá lá) que tentam agrupar são basicamente da mesma natureza; nada de fundamental as divide a não ser o caciquismo de cada uma delas que na ausência de qualquer fundamento político é natural que passe ao primeiro plano. Portanto, aí a tese do divisionismo pega, aí tem sentido discutir quem é mais antigo de casa que o outro, quem é mais descontente etc, e por decorrência em quem é mais útil votar num dado momento, quem deve ficar com o governo, quem com o senado, quem com a prefeitura etc e tal.

Mas querer colocar o PT no mesmo plano é simplesmente ridículo, grotesco e hipócrita; ou melhor, passando para o nível da política, é simplesmente reacionário. É negar à classe trabalhadora o direito de se organizar politicamente. É

em doutrina do bom senso

querer excluir do cenário político uma força social diferente e oposta, porque visa acabar com toda e qualquer opressão e exploração. É agir como vem agindo a ditadura militar desde que não previu na sua reformulação partidária a figura do PT.

Enfim, a divisão entre iguais pode ser uma questão de conveniência (e os trans-fugas estão aí a dar exemplos a torto e a direito) mas a divisão entre forças antagônicas é uma questão de necessidade vital para os explorados. E ao negar esse direito em nome do combate ao divisionismo os arautos do voto útil simples-

mente se desmascararam não que são: eternos conciliadores com a ditadura e empedernidos defensores da exploração capitalista. Fica claro que o "divisionismo" do PT era na verdade uma questão de classe: dividir os explorados dos exploradores.

Isto posto, como abdicar de se constituir em partido político ontem, buscando guarida no interior do partido do "sim senhor", ou como abdicar de se desenvolver e disputar hoje, votando no bloco dos descontentes? Quando se sabe que estes senhores (deixemos de lado a exploração capitalista) nem ao menos

concordam na caracterização da existência de uma ditadura militar, muito menos a ser derrubada, se arrepiam diante de uma reajuste trimestral ou de uma reforma agrária efetiva. Menos ainda, sequer aceitam o tímido desafio do compromisso de eleições diretas para os prefeitos das capitais... Nem falar então da gestão direta da administração estadual e municipal por meio de Conselhos Populares como poder de decisão... Nem pensar no desmantelamento dos aparelhos político repressivos e punição dos responsáveis pelos sequestros, prisões, torturas e assassinatos... Quebrar a

máquina de acumulação oligopolista reorientando radicalmente os gastos públicos para os setores populares? Seria o caos... Fazer da administração estadual uma alavanca para a luta nacional contra a ditadura? Defender trabalhadores em greve frente aos patrões e o exército? Jamais, seria subversão...

Enfim, uma coisa é o PT, não apenas no futuro, mas aqui e agora; e outra coisa muito diferente são os senhores do bloco dos descontentes. Para nós trabalhadores, votar nestes últimos tem um significado muito claro: voto útil para eles; voto suicida para nós.

A tese do menos ruim, porém viável

Por tudo que foi dito antes fica claro que os partidos da oposição burguesa são de natureza radicalmente distinta do PT. Não estão voltados para a derrubada da ditadura militar, para ficar apenas na luta democrática consequente. Não são tampouco instrumentos para a organização política dos setores populares (quando muito podem servir para uma participação eleitoral extremamente limitada). Mas, argumentaria-se no fim da linha e apelativamente: desde que favoritos, sua vitória poderá representar um desgaste importante da ditadura e um espaço relativamente ampliado para a organização popular. Enfim, é o argumento de que se não é o ideal, resta o consolo de ser o menos ruim. E arremata-se: entre o menos ruim vitorioso e o ideal derrotado, melhor o menos ruim.

Aparentemente o argumento é de uma força lógica terrível. Mas, apenas aparentemente. Senão vejamos. Em primeiro lugar, como vimos no início, à luz das novas pesquisas paulistas, o presumível favoritismo das oposições burguesas é não apenas discutível como também móvel no tempo. Este favoritismo é inversamente proporcional à organização e ofensiva do PT, por exemplo, ao longo da campanha. Mas não apenas ao longo da campanha; e aí entra em cena a lógica inconcessável do voto útil: é líquido e certo que se o PT não tivesse sido criado as oposições burguesas seriam hoje muito mais favoritas; como é mais certo ainda que se a classe trabalhadora simplesmente não existisse com seus problemas e reivindicações, aí então é que as oposições burguesas certamente já seriam governo há muito tempo.

Mas deixemos de lado este pantano terreno do favoritismo e passemos ao segundo argumento do menos ruim vitorioso e do ideal derrotado. Só uma lógica formalista e eleitoreira pode qualificar o PT, eventualmente derrotado em cargos majoritários nestas eleições, de ideal derrotado. O PT é uma realidade muito concreta neste país, suas várias vitórias acumuladas nos últimos anos são concretíssimas e, qualquer que seja seu resultado nestas próximas eleições, ele terá sem dúvida acumulado mais uma enorme vitória do ponto de vista do processo de organização e politização das classes trabalhadoras a nível nacional, e estará mais próximo de alcançar os objetivos finais pelos quais luta. Esta vitória do PT nas eleições é líquida e certa, palpável, concreta e inegável. E é justamente dela que ele teria que abrir mão para "ajudar" na conquista do menos ruim vitorioso. O PT teria simplesmente que deixar de existir. A classe trabalhadora teria que voltar a deixar-se amarrar pelas duas mãos às costas e em troca ganharia o direito de compartilhar imbecilmente do

No final da linha, o argumento do voto útil se desnuda e apela: é melhor o menos ruim vitorioso do que o ideal derrotado.



Miro é menos ruim que Chagas, Sandra ou Wellington. Mas quanto? Difícil questão, sem dúvida. Mais do que isso, sobretudo um jogo idiota para os trabalhadores onde o preço do bilhete é muito maior que o prêmio da vitória.

sorriso próprio dos vitoriosos. Imbecil sobretudo porque ela estaria entrando pós 15 de novembro numa das mais terríveis crises que este país irá viver, enfrentando não apenas uma crise política como ainda um desemprego e uma arrocho bem mais intensos, e completamente desarmada e desorientada como classe. Isto sim seria uma derrota histórica, e não apenas eleitoral, sem precedentes.

Mas vamos ao outro lado da questão, o do menos ruim vitorioso. Certamente, antes de mais nada, só um sectário diria que por exemplo PMDB e PDS são a mesma coisa, embora seja inegável que haja muito mais semelhança entre PDS e PMDB do que entre PMDB e PT. Por isso é claro que preferimos a vitória do PMDB sobre o PDS. Mas desde que o preço desta vitória não seja o suicídio político dos trabalhadores. Pois, além das razões negativas óbvias desde suicídio, as razões positivas são tão apenas menos ruins e não as melhores.

Qualificar este menos ruim é algo, sem dúvida, bastante difícil. Como caracterizar politicamente uma eventual vitória do PMDB, por exemplo? Mais além de uma derrota do PDS o que isto significará? Em primeiro lugar o que é e o que será o PMDB? Ao que tudo indica uma nova reformulação partidária virá depois das eleições e o alvo central dela pode ser dissolver o PMDB. O que aliás não é coisa difícil, dada sua heterogeneidade. Portanto hoje podemos caracterizar

menos o significado da vitória de um suposto partido e mais de determinados nomes. O que aumenta muito a incerteza da análise. Pois nenhuma das atuais figuras favoritas do PMDB é clara na sua trajetória e portanto dedutível para o seu futuro. Quais as diferenças entre Miro e Chagas? Ontem Tancredo conspirava com Golbery a criação do PP como linha auxiliar do governo; e amanhã? Se como candidato Marcos Freire rifou Jarbas Vasconcelos em troca de Cid Sampaio, o que não fará no poder? Há alguém no Amazonas pior do que Gilberto Mestrinho? Montoro quando eleito senador proclamou, desculpavelmente, que a vitória era de Geisel e da abertura e não revanchismo da oposição e agora, meses antes da eleição, já corre a dizer que fará um governo de entendimento com Brasília. Enfim, o rosário é longo e rico, e convém encerrá-lo antes que fique a impressão de que não se trata de menos ruim que o PDS, mas de iguais.

O que isto significa é que mais além de uma derrota eleitoral do PDS é muito incerto dizer o que representará uma eventual vitória destes senhores. E uma coisa é certa: com a provável implosão do PMDB e a reforma partidária geradora de uma nova base de apoio ao regime, é

inegável que a mera derrota eleitoral do PDS, em si não significará grande coisa para o avanço da luta contra a ditadura no país.

Mesmo que se tente superar a insuficiência de significado dos nomes favoritos com a alegada tradição oposicionista do PMDB, o resultado não fica mais claro. Quantas e quantas vezes, por exemplo, os chaguistas não compuseram com o governo no Congresso. Quantos e quantos peemedebistas não foram comprados, seja pelo governo federal ou mais recentemente por Maluf, alterando da noite para o dia eventuais maiorias. E mais, o decisivo: se o PMDB é o que dizem ser porque não conseguiu emplacar como candidatos nomes melhores que os atuais? Se a força de sua direita e a sensibilidade às pressões da ditadura foi tamanha agora, por que razão haverá de ser diferente amanhã, quando estes senhores estarão com mais poder e inteiramente à vontade para mandar este suposto partido às favas?

Enfim, que é menos ruim é inegável. Mas é tão apenas menos ruim que somente por uma pechincha valerá a pena topar esta parada e comprar este bilhete de loteria. Para os trabalhadores é um jogo extremamente perverso ou idiota, onde o preço do bilhete é sensivelmente maior que o prêmio da vitória.

FIQUE POR DENTRO

| | |
|---|--------|
| A luta pela Democracia Socialista na URSS, E. Mandel | 500,00 |
| Atualidade de Rosa Luxemburgo - Norman Geras | 600,00 |
| Introdução ao Marxismo - E. Mandel | 600,00 |
| Crítica ao Eurocomunismo - E. Mandel | 600,00 |
| Da Comuna a Maio de 68 - E. Mandel | 700,00 |
| Os estudantes, os intelect. e a luta de classes - E. Mandel | 500,00 |
| Problemas da Guerra Civil - L. Trotsky | 300,00 |
| África do Sul - René Lefort | 500,00 |
| Sobre o Fascismo - E. Mandel | 300,00 |
| Teoria Leninista da Organização - E. Mandel | 400,00 |
| Ser mulher na URSS - Tamara Volkova/D. Bor | 500,00 |
| Teoria Marxista do Estado - E. Mandel | 250,00 |
| A Revolução Desfigurada - L. Trotsky | 500,00 |
| A Revolução Traída - L. Trotsky | 800,00 |
| A Revolução Permanente - L. Trotsky | 500,00 |
| Programa de Transição - L. Trotsky | 500,00 |
| Questões do Modo de Vida - L. Trotsky | 500,00 |
| Lições de Outubro - L. Trotsky | 400,00 |
| Balanço e Perspectiva - L. Trotsky | 500,00 |

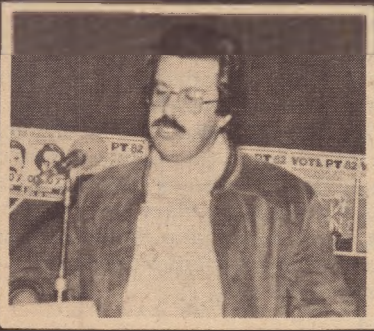
Pedidos para:

Editora Aparte Ltda.
Rua Francisco Leitão, 57 - Cerqueira Cesar - CEP 05414 - São Paulo
Através da Remessa de Cheque nominal

As eleições e a construção do PT

Lutar contra a diluição organizativa

O ímpeto eleitoral cobra paralelamente, o reforço às estruturas de organização e centralização do partido, das bases à direção.



Aqui, a opinião de Raul Pont, professor e candidato a Senador pelo PT gaúcho. O PT sairá fortalecido do brutal esforço eleitoral que se lançou. Mas este esforço de ampliação e enraizamento na etapa atual de construção do partido e como vem se dando, colocará exigências novas para o reforço da estrutura orgânica, e problemas também novos na relação do partido com a sua bancada parlamentar.

De agora até novembro, e cada vez mais até lá, milhões e milhões de trabalhadores brasileiros estarão tomando contacto pela primeira vez com a proposta de independência de classe, com o PT. Este é, sem dúvida, o maior saldo das eleições para a construção do partido, o início da colocação em prática de sua vocação de partido de massas. É bom lembrar ainda que o PT é o único partido que se apresenta unificado na sua imagem e programa nestas eleições.

O PT sairá fortalecido deste esforço eleitoral. Com a eleição de inúmeros parlamentares em todos os níveis, terá reforçada a sua estrutura material e todos que estão engajados na sua construção sabem o quanto pesa a carência de recursos mínimos para colocar em prática a centralização do partido, as suas secretarias, a sua imprensa.

Não podemos, no entanto, desprezar os efeitos distorsivos que a participação eleitoral evidentemente traz mesmo para um partido que não defende a participação parlamentar como o eixo de sua intervenção política.

A unificação precária

Um primeiro problema que se apresenta está ligado ao fato do partido não ter conseguido alcançar, principalmente nos

estados onde a sua influência é maior, um grau de unificação de sua intervenção eleitoral possível e necessário. Se é verdade que o período ainda inicial da construção do partido coloca limites objetivos para esta unificação — a inexistência de direções mais legitimadas, o baixo nível de unidade programática e de confiança política existentes entre as várias correntes de opinião que formam o PT — é verdade que a força ainda presente das concepções frentistas influíu para que o patamar de unidade fosse ainda mais rebaixado.

Já nas eleições, a unificação precária das campanhas produz seus prejuízos ao partido. A não centralização dos recursos, a precariedade dos fundos comuns de campanha, dificulta ao extremo o esforço dos companheiros mais proletarizados e que não estão ao abrigo de um apoio especial de alguma corrente; o fato das campanhas dos candidatos proporcionais trilharem um caminho próprio, sem uma coordenação geral, diminui o impacto da ofensiva dos majoritários.

Mas, no fundamental, a unificação precária multiplica as pressões desagregadoras do processo eleitoral sobre as já frágeis estruturas organizativas do partido. E acelera o processo de diferenciação política no seu interior.

O reforço da diluição organizativa

Confrontado ante a necessidade de espriar a sua proposta de forma mais ampla possível em um curto espaço de tempo, já era previsível que o esforço eleitoral pressionasse o partido, dos núcleos à sua direção. É patente, por exemplo, o caso de São Paulo onde a

maioria dos membros de sua atual direção regional concorre a cargos eletivos.

O fato é que a precária unificação da campanha torna difícil que o esforço eleitoral passe por dentro das estruturas do partido (dos diretórios, dos núcleos) nas regiões onde existe mais de uma candidatura ao mesmo cargo. A proposta no PT gaúcho de prever a possibilidade de que diretórios elejam democraticamente as suas campanhas preferenciais — o que não significa exclusão das demais — faz parte do esforço de encontrar uma solução possível no contexto criado.

O fortalecimento dos parlamentares

O partido verá crescer substancialmente o peso dos parlamentares no seu interior, nas suas decisões em um momento em que a sua estruturação orgânica é débil e a sua prática sindical restrita. Não há dúvida de que este será um problema com o qual o PT se verá confrontado após as eleições.

Trata-se de garantir que os parlamentares toquem o ritmo do partido e não, que a partir de uma base organizativa fluída, ocorra o inverso. Os mandatos podem vir a ser uma alavanca fundamental na construção do PT se, e somente se, estiverem subordinados diretamente à direção nacional e às direções regionais. Se também socializarem, a partir da direção, a utilização do aparato material que os mandatos lhe conferem.

Mais decisivo ainda é garantir que para o próximo período, o partido dedique o principal de suas energias — inclusive a sua força parlamentar — para a organização de sua participação nos movimentos

sociais, e em particular o movimento sindical, na luta contra os problemas que mais afetam a classe trabalhadora como o desemprego e a inflação.

Diferenciação política

Seja como for, o partido será sacudido no próximo período pelas pressões crescentes da luta de classes. Eventuais governos de oposição burguesa tentarão seduzir os setores mais vacilantes para uma participação em secretarias; as medidas de arrocho sobre a classe trabalhadora serão aprofundadas, exigindo respostas por parte do PT.

Pressionado para aumentar a sua capacidade de intervenção, a centralização de seus militantes para intervir, o PT vai encontrar, ao mesmo tempo, dentro de si diferentes respostas e sensibilidades para os novos desafios colocados.

Aquelas correntes que mais se identificaram com a construção do PT sem padrões, com a firmação dos núcleos e da necessidade da intervenção sindical do partido, da não coligações com os partidos burgueses (antes da lei que estabeleceu o voto vinculado) e com o aprofundamento da definição socialista do partido tem diante de si novas tarefas. Um esforço especial de nucleação antes, durante e depois da campanha, a luta pela manutenção da independência de classe com a não participação em governos de coalização; a reconstituição das direções e dos instrumentos de centralização do partido (dos quais o mais importante é o jornal), a subordinação dos mandatos parlamentares e a ênfase na organização sindical serão pontos decisivos.

“**N**ão desconhecemos, em absoluto, a importância da luta extra-parlamentar, da luta ilegal dos proletários, cujo valor é para nós maior do que o da luta parlamentar. Mas, daí concluir-se que nos devemos abster da participação no parlamento burguês é avançar no perigoso e contraproducente terreno do abstencionismo, cujas consequências foram e sempre serão reforçar as posições dos inimigos de classe do proletariado.

Duas políticas se defrontam, atualmente em todo o mundo: a proletária e a burguesa. Desertar de uma é, favorecer a outra. Os operários não participaram, até hoje da neutralidade, tão recomendada pelos puristas da anarquia e pelos anarco-sindicalistas.

Muito pelo contrário: longe de manterem esta falada neutralidade, incorporam-se sempre na causa dos candidatos burgueses, cuja lábia era mais própria para iludi-los e arrastá-los às urnas, nos pleitos eleitorais.

E as eleições que devem constituir um episódio da luta de classes, uma das muitas batalhas de classe, converteram-se sempre num tablado público onde se exibiam os arlequins da burguesia, fantasiados de amigos das classes menos favorecidas da sorte.

Em 82 como em 28

Excertos da defesa do Bloco Operário Camponês, uma das primeiras experiências de participação eleitoral a partir de uma posição de independência de classe do proletariado brasileiro.

E a consciência de classe dos trabalhadores mais e mais se dissolvía ao contacto mascarado destes políticos sem escrúpulos, puros trampolinos, cheios de um verbalismo mais ou menos demagógico, mas profundamente ligados aos interesses de sua classe, da classe burguesa, a que estavam presos pelos múltiplos laços de família e de inconfessáveis compromissos”.

A Esquerda, 16/2/1928

“Quem vem a ser, na realidade, o Partido Democrático? É o partido “liberal” “democrático” que diz ou repete: “façamos a revolução antes que o povo a faça”, o que, em linguagem inconfessável, significa o seguinte: “arranjemos as coisas de modo que a nossa dominação



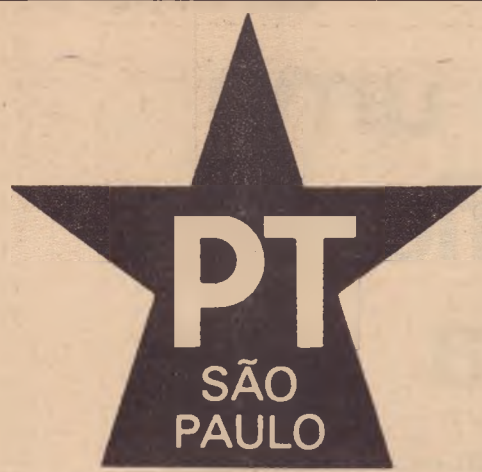
sobre o povo trabalhador continue indefinidamente.”

Sem dúvida, o P.D. agrupa em seu seio elementos descontentes da pequena burguesia e mesmo do proletariado. Sendo o único partido legal de oposição, todos os descontentes ingressam nele ou o apoiam. Poderia traduzir-se fielmente o P.D. como Partido dos Descontentes — mas dos descontentes dirigidos pela burguesia em proveito da burguesia. Quer dizer: a fração mais inteligente da classe rica compreendendo que a acumulação dos descontentamentos seria fatal para a mesma classe fundou o P.D., cujo objetivo político essencial consiste em canalizar para o liberalismo democrático os descontentamentos perigosos, controlando-os e dirigindo-os de modo a desviar o curso deles. Não é por acaso que o P.D. nasceu precisamente em São Paulo e precisamente após o 5 de julho de 1924.

O P.D. é, por conseguinte, um partido da confusão de classes em benefício da classe exploradora. Ora, a fundação do Bloco Operário e Camponês só se explica como fator de combate ao confucionismo político chamando a massa proletária a fazer a sua própria política, isto é, uma política de classe independente.”

A Esquerda, 11/4/1928

A força irresistível da campanha de Lula



São Paulo, é o estado onde está aberto uma profunda e ampla avenida para o crescimento da força eleitoral do partido. Para dar vazão a este potencial, o PT se ressentiu, no entanto, de uma postura mais agressivamente classista e de uma estrutura de campanha mais unificada. Apesar de tudo, é irresistível o avanço da candidatura Lula nesta reta final.



São Paulo, por suas características, é o estado em que o P.T. e a sua campanha eleitoral tem um papel político de maior destaque. O peso da classe operária, a importância do movimento sindical, a popularidade da candidatura Lula ao governo do estado, a implantação do partido e o necessário confronto com os demais partidos que, a exceção do PDT, têm importante peso eleitoral, dão à campanha do PT em São Paulo uma expressão nacional, transformando-a em um elemento fundamental para a construção do partido.

Esta situação explica porque o recente debate promovido pela Rede Globo entre os candidatos ao governo do estado (Lula, Franco Montoro, Reinaldo de Barros e Rogê Ferreira) teve tão ampla repercussão. A intervenção consciente e a linguagem clara de Lula, expondo com facilidade os objetivos e a proposta do PT, confrontada com a demagogia e o discurso batido dos candidatos dos partidos burgueses, teve grande impacto sobre inúmeros eleitores até então indecisos, ganhando-os para o voto no PT.

Tem sido também bastante positivos os resultados das caravanas dos candidatos

majoritários no interior do estado. Os comícios do PT mobilizam muito mais gente que os dos partidos burgueses — 2.000 pessoas em Araraquara e Jaboticabal, 1.500 em Pirassununga, 1.000 em Itatinga, 3.000 em Bariri, são alguns exemplos recentes.

O grande potencial da campanha eleitoral do PT em São Paulo — revelado pela afluência massiva aos comícios — manifesta-se também em pesquisas de opinião pública. O jornal *Folha de São Paulo* realizou, no dia 20 de agosto, na praça da Sé, uma "eleição simulada" na qual votaram 393 eleitores. Lula teve 32,8% dos votos, Montoro 28,6%, Jânio 17,2%, Reinaldo 4,2% e Rogê Ferreira nenhum voto. Por mais que estes dados tenham que ser relativizados, pois não levam em conta o peso da máquina eleitoral do PDS e do PMDB no interior do estado e foram colhidos em uma amostra composta pela população trabalhadora da região mais politizada do estado, eles apontam as promissoras perspectivas abertas pela campanha eleitoral.

O temor de "radicalizar"

Mas para poder capitalizar estas potencialidades, o PT tem enfrentado sérios problemas. Alguns eram até previsíveis, como a despolitização de muitos companheiros de partido ou a ausência de recursos financeiros e materiais. Mas outros, os mais graves, refletem as particularidades políticas do partido no estado, o conteúdo nem sempre classista do discurso veiculado pela campanha do PT e a inexistência de uma campanha centralizada, capaz de utilizar todas as energias que o partido é capaz de concentrar.

A quase totalidade dos candidatos petistas — majoritários e proporcionais — com acesso aos meios de comunicação de massa, principalmente os parlamentares e "personalidades", tem se revelado incapazes de divulgar com clareza a agressiva proposta do PT — exposta em suas plataformas nacional e estadual — para a superação da crise que enfrenta o país.

O comportamento que mais tem prejudicado o partido é justamente este temor de "radicalizar" a campanha aparecendo como divisionistas segundo alguns defensores desta postura

enfazando o caráter de classe do PT e de suas propostas, rejeitando e denunciando o eleitoralismo e colocando como centro da campanha o chamamento a organização independente dos trabalhadores.

É porque Lula conseguiu passar, ainda que de forma parcial, este conteúdo no debate na Globo, que alcançou-se um resultado muito diferente de algumas semanas antes, quando do debate entre Lula, Montoro e Rogê Ferreira no Programa Ferreira Neto. Nesta ocasião, Lula não conseguiu se diferenciar do PMDB e do PDT, com evidentes resultados negativos. Sua intervenção não teve maior impacto e a candidatura Montoro, desaguadouro natural do "voto útil", saiu fortalecida, apesar de seu desempenho apenas passável.

A unificação da campanha

A quase inexistência da unificação da campanha em SP é outro aspecto que tem ocasionado grandes dificuldades para o PT capitalizar o seu potencial em termos eleitorais. A desagregação dos organismos do partido, inclusive do diretório estadual e sua executiva, quebrados pela disputa de "dobradinhas" ou pela "caça aos vereadores" e a recusa de centralizar e unificar a campanha dos candidatos a deputados já causaram danos irreparáveis. Em São Paulo pode-se dizer claramente que não existe uma campanha unificada. A centralização financeira é precária; o material de campanha não é unificado, permitindo que alguns candidatos com maiores recursos financeiros armem campanhas ao estilo dos candidatos dos partidos burgueses; os candidatos proporcionais podem abrir "escritórios" e montar grupos de apoio individuais.

O Comitê Eleitoral Unificado estadual procurando, oportunamente, remediar esta situação caótica, elaborou um plano geral para a campanha (ver box) que, neste quadro, é bastante positivo. Ainda que ele não procure centralizar politicamente o partido na defesa da linha sustentada pela plataforma eleitoral nacional, a proposta apresentada — se for implementada — relativizará os prejuízos provocados pela ausência de uma campanha nos moldes propostos pela Carta Eleitoral Nacional do partido. Seu objetivo é realizar algumas atividades de grande impacto político que permitam concentrar todas as forças militantes do PT. Tem acima de tudo o mérito de trazer a campanha para dentro das instâncias do partido, valorizando-as. A implementação deste plano, pelo conjunto dos militantes, embora não resolva os problemas políticos enfrentados pela campanha, poderá representar uma importante alavanca nesta última etapa a campanha do PT paulista.

Plano de Campanha

31 de agosto - passeata: PT apresenta candidatos
2 de outubro - forrós: PT faz festa nas ruas
9 de novembro - Passeatas nas sub-regiões
12 de novembro - Grande comício final
15 de novembro - Boca de urna

Montoro e os empresários

De como o candidato peemedebista vem granjeando apoio entre a grande burguesia industrial e financeira.

Dois princípios devem nortear a decisão de apoio eleitoral e voto dos empresários paulistas: o comprometimento com a democracia e, particularmente, com seu principal sustentáculo filosófico, "a defesa de livre iniciativa". Formulador dessas premissas, Luis Eulálio Bueno Vidigal Filho, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), também não deixou por menos: em entrevista concedida ao "Jornal da Globo", que vai ao ar diariamente, às 23 horas, pela rede Globo de Televisão, Vidigal também definiu quais os candidatos que, ao seu ver, não mereceriam a simpatia do empresário. "O primeiro deles, logicamente é o Lula, que não está interessado de maneira alguma no fortalecimento da iniciativa privada", afirmou, taxativamente, o presidente da Fiesp. Quanto ao segundo, Vidigal foi mais reticente: "tenho algumas dúvidas quanto ao socialismo democrático de Rogê Ferreira".

Apoiador de Reynaldo de Barros, do PDS — Vidigal chega a afirmar que o empresário tende a votar com o governo em função de sua dependência das encomendas e créditos oficiais (aliás, como é o seu caso, como presidente da Cobrasma, fabricante de vagões e carros ferroviários). Mas ele sabe que o voto de cabresto não poderá ser utilizado entre seus pares. Os tempos são outros e o empresário começa a assumir posições próprias, apostando, como é o caso de São Paulo, naquele que eles julgam ser o "cavalo favorito", ou seja Franco Montoro ou em "azarões", do tipo "Jânio Quadros". Ou, então, fazendo jogo duplo, isto é, fornecendo recursos, simultaneamente, para mais de um candidato.

Franco Montoro, um dos confiáveis

segundo os critérios de Vidigal e conta, por exemplo, com o apoio ostensivo de Manoel Garcia Filho, vice-presidente da FIESP. E quem é Manoel Garcia Filho? Um médio ou pequeno empresário daqueles ameaçados pela voracidade do capital monopolista internacional, segundo o pungente dramático manifesto publicado por Severo Gomes, candidato a senador pelo PMDB? Não, simplesmente, Manoel Garcia Filho é vice-presidente da Good-Year do Brasil, subsidiária de um dos principais grupos multinacionais de pneumáticos e cabos elétricos.

Além do oferecimento público de seu apoio, também através da TV Globo, do Jornal Gazeta Mercantil, de 20 08 82 Manoel Garcia Filho vai mais além: organizou, no dia 24 último, terça-feira, um jantar em sua casa, com a participação de nada menos de 17 diretores da FIESP, entre os quais toda a principal liderança do Grupo 14 (Paulo Francini, Roberto Della Manna, Nildo Masini), bem como o próprio 1º vice-presidente da FIESP, Mário Amato, por sinal substituído de Vidigal quando da greve de maio nas montadoras do ABC.

E o apoio para Montoro, que de acordo, com pesquisa recentemente divulgada pela revista EXAME (nº 258) conta com 21% de preferências entre os empresários paulistas, contra 26,1% concedidas a Reynaldo de Barros, não se restringe aos industriais. Como noticiou a *Folha de São Paulo*, em sua edição de 24 03, já estaria sendo articulada um encontro com influentes empresários do setor financeiro, "preparado com muito cuidado porque poderia provocar reações negativas entre os círculos peemedebistas e também entre os financistas", segundo o jornal.



Os ganhos de uma campanha unificada e agressiva

No Espírito Santo, o candidato do PDS, dono da maior empresa de ônibus da América do Sul, disputa a preferência dos empresários com o candidato do PMDB que tem também um forte esquema empresarial. Com um discurso bem à esquerda, apoiando-se na organização e na ousadia, o PT procura canalizar o potencial aberto ao seu crescimento. É esta a tarefa em que se joga neste final de campanha.

— Em que pé está a campanha no Espírito Santo?

Perly — Infelizmente, não temos conseguido desenvolver todas as potencialidades do PT. As visitas nas casas, nas portas de fábrica e nos bairros ainda não atingiram seu ponto desejado. Não estamos conseguindo canalizar e expressar politicamente todo o potencial que tem o PT aqui no Espírito Santo. E é entendendo isso que hoje considero esta tarefa como a central, nesta reta final da campanha.

— Mesmo com essas debilidades, quais são os aspectos positivos destes primeiros meses de campanha?

Perly — Em primeiro lugar, é importante perceber a dimensão que ganha a cada dia a campanha do PT. São novas pessoas que ingressam a cada dia na nossa luta. Além disso, podemos notar como nas pequenas cidades do interior os trabalhadores ingressam na luta política. Aquela histórica de que o PT só desen-

Aquela história de que o PT só se desenvolvia nas grandes cidades não encontra sustentação na realidade. Temos um bom trabalho em diversas cidades e também somos uma força considerável nas regiões rurais do estado. Temos várias candidaturas de trabalhadores rurais e em todos os municípios temos meeiros, bóias-frias e mulheres como candidatas.

— Até que ponto a falta de dinheiro está sendo superada?

Perly — Esta é uma questão que pode ser facilmente superada com uma boa dose de criatividade. Mas, também neste aspecto, não estamos sendo ousados. Se não dispomos de todo o dinheiro que está sendo usado pelo PMDB e pelo PDS, temos que compensar pela organização e pela ousadia. Temos é que subir os morros, entrar pelos mangues adentro, ir a porta das fábricas, chegando até os trabalhadores. E chamar o povo para participar diretamente de nossa campanha. Temos gente, espaço político e capacidade. Falta um pouco mais de organização.

— Falando no dinheiro do PMDB, como você vê o apoio que o candidato Gerson Camate vem recebendo dos empresários?

Perly — Eu não me surpreendo com isso. O PMDB é um partido das classes dominantes e é natural que elas emprestem seu apoio e joguem dinheiro nesta campanha. O pessoal do dinheiro vai se entriçar atrás do PDS e do PMDB, nesta campanha. E esse apoio não vem de graça. O PMDB enquanto partido nunca contrariou os interesses dos capitalistas e dos latifundiários. O melhor exemplo é o candidato a vice-governador, José Moraes, grande latifundiário do estado e grande empresário, que coordena a campanha do PMDB no Espírito Santo. São deputados, prefeitos e vereadores, todos, em sua grande maioria, sem nenhum compromisso com os interesses dos trabalhadores.

— Como você está vendo a efetivação dos Comitês eleitorais unificados?

Perly — Infelizmente, alguns estados



Perly Cipriano: temos que atuar com ousadia e organização

Nossos comícios são grandes festas populares

— Como anda a campanha do PT no Estado?

Cada dia "mais à esquerda, sempre à esquerda" conforme diz o Perly. É de fato a melhor campanha do Espírito Santo, pois tanto as propostas transmitidas pelo Perly, como pelo Rogério ou pela Zezé, encontram, a cada dia, uma maior aceitação junto aos trabalhadores. Nosso comícios são, geralmente, grandes festas populares, onde o trabalhador participa e tem voz e vez. Estamos desenvolvendo nossas discussões com os trabalhadores em torno dos maiores problemas sentidos pela população, sem desvincular da luta contra o responsável maior por eles: o capitalismo. Apontamos também para o fim da ditadura ao mesmo tempo que colocamos quem tem condições de mudar a relação de nossa sociedade: os trabalhadores do campo e da cidade.

— Qual tem sido a diferença da campanha do PT e dos outros partidos?

O dinheiro gasto na campanha do PT, em todo o Estado será com certeza, bem inferior ao gasto por um único candidato do PMDB. Também no PDS, o dinheiro está correndo solto. Eles estão tendo como candidato ao senado, um dos maiores exploradores do país. Não é à toa que é dono da maior empresa de ônibus da América Latina: Camilo Cola, dono da Itapemirim, está querendo comprar o estado. Ou melhor, os votos dos capixabas. Só que, nesta disputa, a briga fica entre ele e o Camata, candidato a

governador pelo PMDB, que também está tendo um grande apoio financeiro do empresariado capixaba.

— Nas grandes cidades, o PT já tem uma implantação mais orgânica. Você que sempre participou do trabalho de construção do PT em todo o estado, como vê a estruturação do Partido no interior?

— Olha, conseguimos lançar candidatos em todas as cidades onde o partido tinha diretórios. Acontece que o próprio processo de registro emperrou um pouco a organização da campanha. Agora, que entramos na reta final, as coisas têm melhorado um pouco. No sul do estado (Calçado, Cachoeiro e Anchieta) a campanha já começou a pegar fogo. Mais para o Norte, o PT tem boas possibilidades nas cidades de Colatina e Barra de São Francisco. Mas um grande empecilho, continua sendo a pobre base material. Temos que nos esforçar e buscar formas de superar estes problemas.

— Como você combina sua candidatura com uma abordagem mais objetiva do programa do partido?

— Enquanto candidato do partido, busco privilegiar alguns pontos de nosso programa que dizem respeito mais ao meio político de que participo. As questões que dizem respeito à educação, à juventude e seus valores, às minorias e à ecologia, são pontos que busco destacar em todas as reuniões em que participo. Evidentemente que também combino a resolução destas contradições com a luta pelo fim da ditadura, pelo poder dos trabalhadores e pela construção do socialismo.

não estão respeitando o que foi deliberado no nosso Encontro Nacional. Aqui no Espírito Santo temos conseguido centralizar a campanha não apenas dos majoritários, mas de todos os candidatos. Temos tido os problemas que coloquei no início, causados por debilidades do próprio partido. Mas temos também aqueles que não encontram disposição para trabalhar para todo o partido. Não podemos permitir que alguns sirvam de boi-de-piranha para os outros.

— Mal começamos a campanha e já temos alguns furos nas deliberações de nosso Encontro Nacional. Como você vê os riscos que o partido corre neste processo eleitoral?

Perly — Devemos estar sempre atentos para todos os perigos a que estamos sujeitos e à necessidade constante de discussão e avaliação. O eleitoralismo é um perigo constante. Mas acredito que a realização de encontros estaduais e nacional logo após o processo eleitoral servirá para fazer uma avaliação de nosso trabalho, bem como de nossos erros, assegurando um efetivo controle político de todos os eleitos, pois eles são candidatos do partido e não candidatos no partido.

— Qual deverá ser a relação do PT com os futuros governadores estaduais e prefeitos dos partidos de oposição, PMDB e PDT?

Perly — Até hoje o PT não discutiu esta questão. Portanto esta posição é bastante pessoal. Não vamos hostilizar nenhum deles pelo fato de serem do PMDB ou PDT. Mas vamos mobilizar os trabalhadores para combater todos os conchavos e composições que eles praticam.

— Para você, o PT, se convidado, deverá aceitar algum cargo nestas administrações?

Perly — Também neste ponto, o partido não tem uma posição definida ainda. Agora, enquanto o militante do PT, sou radicalmente contra participar de administrações junto com o PMDB ou o PDT. O PMDB não teria condições de atender as reivindicações dos trabalhadores e dos movimentos populares. Hoje mesmo, eles já tem um governador — Chagas Freitas — que é tão ruim ou pior que qualquer outro do PDS. Os prefeitos, aqui no Espírito Santo, fazem uma administração burocrática, autoritária e cupulista, em nada diferindo da prática do PDS. nós não podemos ter compromissos com nada que prejudique os trabalhadores. Precisamos mostrar o que é o capitalismo também na sua forma de fazer política, administrar sua máquina governamental e municipal. Vamos partir é prá ganhar. Acho mesmo que o PMDB e o PDS dificilmente sobreviverão em 1983: são balaios-de-gato muito grandes.



O PT vai rompendo a maré

No Rio Grande do Sul, onde o PMDB e o PDT são fortemente implantados, o PT tem que fazer frente a uma forte e sistemática campanha de descrédito de suas possibilidades. Apesar de tudo, a força do partido vem crescendo: um comitê unificado organiza a campanha dos majoritários e a campanha mais pública dos candidatos proporcionais. Concorrendo em cidades que aglutinam 70% do eleitorado, o PT tem 600 candidatos a vereador.

No Rio Grande do Sul, todo um esforço vem sendo feito por parte do governo e dos demais partidos de oposição para firmar à nível da opinião pública a imagem que o Partido dos Trabalhadores é um partido inviável e, portanto, que o voto nele é um voto inútil. Justificam esta afirmação dizendo que o PT não tem força para realizar a sua campanha, nem tampouco quadros capazes de assumir o executivo das cidades e dos Estados onde concorre.

Essa intenção fica clara na pesquisa encomendada ao Instituto Gallup cujo resultado indica o PT apenas com 2% da preferência do eleitorado gaúcho. A resposta de Olívio: "é de se achar graça, pois uma pesquisa como essa ou qualquer outra encomendada pelos partidos da burguesia da situação ou na oposição, não darão a realidade eleitoral no estado, onde o Partido dos Trabalhadores já está tranquilamente com mais de 10% de aceitação do eleitorado".

Os problemas da campanha

A campanha eleitoral do PT no Rio Grande do Sul está no momento expressando exatamente aquilo que mais dificulta a classe trabalhadora fazer política: a falta de recursos materiais e a pouca experiência em atuar de forma politicamente independente das classes dominantes.



Para enfrentar estes dois problemas, o partido tem se mostrado coerente e criativo. Tem procurado desenvolver a sua campanha de forma mais unitária possível em torno dos eixos definidos na última convenção nacional e deixa bem claro na sua intervenção que a derrubada da ditadura militar e a resolução dos problemas que afligem os trabalhadores não se darão nas eleições de novembro como afirmam Simon e Collares.

Para superar a carência de recursos materiais, o PT montou uma estrutura própria de campanha baseada no CEU

(Comitê Eleitoral Unificado) que é o organismo de agilização de toda a campanha. Está encarregado de elaborar e encaminhar a propaganda dos candidatos majoritários e os cartazes coletivos dos candidatos a cargos proporcionais, além de exercer o controle sobre a propaganda individual dos candidatos a deputado estadual, federal e vereadores tais como panfletos, santinhos e adesivos já que os cartazes e pichações serão todos coletivos. Finalmente, é sua tarefa preparar a agenda dos majoritários e concentrações de mutirões, de panfletagens para evitar a dispersão dos recursos.

Além disso, o PT tem procurado agilizar ao máximo as tarefas de levantamento de recursos para o Fundo Comum Estadual. Já estão sendo feitas uma série de atividades como feiras, rifas, bônus nacional, venda de artesanato, festas e cotizações extras para a campanha. Será mediante este esforço que o partido conseguirá colocar a propaganda dos majoritários e dos proporcionais nas ruas e garantir propagandas individuais para os candidatos sem recursos.

A força do PT

O PT do Rio Grande do Sul irá disputar junto com os outros partidos cerca de 4,2 milhões de eleitores, dos quais 650 mil se encontram na capital. Para tanto, o partido dispõe de cerca de 21 mil filiados e concorrerá com 70 municípios (dos 230 do estado) que comportam cerca de 70% desse potencial eleitoral.

Concorrem quinze candidatos à Câmara Federal e 28 à Assembléia Legislativa. No conjunto das cidades, o PT lançou 600 candidatos a vereador; em Porto Alegre, 35 candidatos. No vale do Cai e do Sinos onde existe um forte trabalho do PT, a relação número de candidatos a vereador pelo número de eleitores é muito maior, cerca de 20 por cidade.

O episódio do registro O partido sai confiante

Apesar de todos os pesares, o PT gaúcho saiu fortalecido no episódio do registro dos candidatos. Durante quase sete dias, a população gaúcha seguiu atentamente o drama dos dirigentes do PT. Além de demonstrar uma grande agilidade na mobilização dos esforços legais, o partido soube se manter em uma linha coerente, evitando as pressões de entendimentos levadas a cabo pelos partidos da oposição burguesa.

Seguidamente a imprensa burguesa levantou versões completamente infundadas sobre os fatos. Insinuou-se que o atraso no registro era uma forma de reconhecer a inviabilidade eleitoral do partido, cedendo lugar e os votos aos partidos de oposição burguesa; depois, que o PT se disporia a aprovar a cédula proposta pelo governo para ser utilizada no pleito de novembro se, em contrapartida, a Justiça Eleitoral gaúcha concedesse o deferimento do pedido de registro dos candidatos. Fortaleceu-se a convicção de que o registro, apesar do absurdo da situação, seria negado.

Em uma circular para todos os militantes do partido no estado, a direção do PT afirmava, desmentindo os boatos, "que esta situação só poderia ocorrer conosco, por não ter uma máquina para



Ao final do julgamento, o ato público

atender uma grande burocracia". A mesma circular conclamava todos os segmentos do partido para estar presente no dia do julgamento na sede do Tribunal Regional Eleitoral.

Terminado o julgamento no dia 23, mais de mil militantes estavam diante da sede do Tribunal para iniciar uma passeata. Já no plenário da Assembléia Legislativa, Olívio, em entrevista coletiva afirmou que "o partido tinha expectativas no sentido de que tudo daria certo. Defendemos sempre que entramos em tempo hábil no TRE e tínhamos a certeza de que o resultado seria favorável a nós".

Afirmou ainda que "houve durante a semana uma série de pressões contra o TRE, o PT de que à custa de buscar solidariedade, o partido não ganhando aqui no TRE teria que receber um casuismo do PDS. Os que torciam para que o PT ficasse de fora devem estar tendo pesadelo. Todos os partidos formalmente se solidarizaram enquanto membros de direções levantavam hipóteses para desprestigiar o partido. Torceram para que o partido não pudesse entrar com um recurso no TRE. Por outros meios diziam isso."

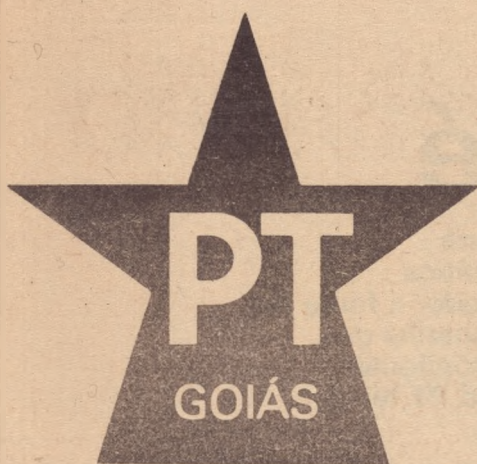
Mesmo com a ameaça do não registro dos candidatos, o PT não interrompeu a sua campanha. Retomando agora com fôlego redobrado, a chapa majoritária do PT está programando visitas a todos os municípios onde o partido está organizado."

Debate na ABI/SP

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) — representação de São Paulo está promovendo em sua sede (Augusta, 555), um ciclo de debates eleitorais. Iniciado no dia 16 de agosto com a participação de candidatos jornalistas à Câmara de Vereadores de São Paulo, prosseguiu na última segunda-feira, dia 23, com a presença dos jornalistas candidatos à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Nesta segunda, 30 de agosto, às 21 horas, será a vez dos candidatos jornalistas à Câmara Federal.

O ciclo contará, ainda, com um debate sobre a "Imprensa e as Eleições", com a participação da filósofa Marilena Chauí, do jornalista Newton Rodrigues, e dos publicitários Alex Percinotto e Carlito Maia; no dia 13 de setembro.

Mas o prato principal está reservado para o dia 20 de setembro, às 20 horas, agora em novo local, o TUCA (Rua Monte Alegre, 948). Trata-se do debate com os candidatos ao governo do Estado, Luis Inácio Lula da Silva (PT), Reynaldo de Barros (PDS), Franco Montoro (PMDB), Jânio Quadros (PTB) e Rogê Ferreira (PDI) que, naquela oportunidade, estarão discutindo com os jornalistas de São Paulo e com o público em geral suas respectivas plataformas eleitorais e planos de governo.



Desafios e embates na caminhada do PT

Enraizar o PT na classe operária e no assalariado agrícola, aprofundar a linha política, formar quadros, crescer em centralização e organização: este é o resumo das tarefas atuais do PT na avaliação de Athos Magno Costa e Silva, candidato ao governo pelo PT goiano. Enfrentando uma luta desigual com as oligarquias políticas do Estado, o PT tem a sua frente o desafio de se constituir como partido operário que luta pelo socialismo.

— Como é que você está vendo a situação do PT em Goiás?

Athos — A classe dominante estabeleceu uma coligação, que não é de hoje, é histórica: uma coligação burguesa no sentido de bombardear e aniquilar ideologicamente o Partido dos Trabalhadores e o movimento popular como um todo.

No que se refere ao PT, a gente pode dizer o seguinte: em primeiro lugar, esta coligação burguesa, política e ideológica, tenta absorver o PT ao esquema burguês. O PDS procura envolver o PT, tentando jogá-lo contra o PMDB; o PMDB tenta envolver o PT, procurando com isso absorver partes do PT.

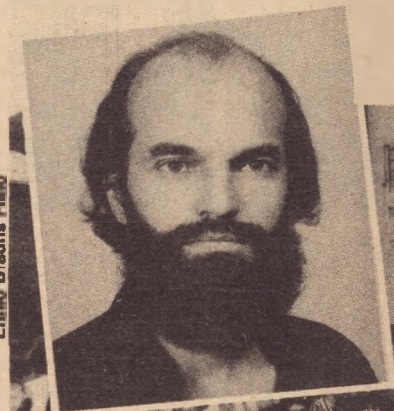
Além deste processo de envolvimento ideológico, existe também a outra arma que a classe dominante sempre usa que é a repressão.

Então dentro disto, a minha grande preocupação — que não é só minha aqui em Goiás — é a seguinte: como o PT deve se comportar frente a esta etapa histórica, em que a classe dominante procura esvaziar o movimento popular e fortalecer o seu poder? Em que ela procura reprimir fisicamente o PT e, sobretudo, envolvê-lo ideologicamente no sentido de ligá-lo ao sistema, de domesticá-lo, de vinculá-lo às normas legais, eleitorais, o que significa institucionalizar o PT, fazendo-o um partido de oposição confiável, um partido institucional.

Frente a isto, como o PT deve reagir? No nosso entendimento, ele deve reagir como um autêntico partido da classe trabalhadora e para ser desta maneira, nós temos que operar profundas mudanças na nossa conduta, na nossa linha política, no nosso método de trabalho no Brasil.

Em primeiro lugar, o PT tem que ser um partido enraizado fundamentalmente entre o proletariado brasileiro, entre a classe operária, entre o assalariado agrícola, entre aqueles que só têm a sua força de trabalho, e que não têm nada a

perder, só têm um mundo a ganhar. Ou seja, o PT tem que ser um partido cuja base social é o proletariado, industrial e agrícola. No entanto, por exemplo aqui em Goiás, a nossa base social não é o proletariado, é o pequeno proprietário, agrícola ou urbano. Significa que o pequeno proprietário agrícola ou urbano



Ennio Brauns Filho



não seja uma força de grande importância? Não se trata disto. O campesinato é um aliado estratégico do proletariado, que é a verdadeira força dirigente da revolução.

A segunda grande transformação que temos que fazer é de aprofundar uma linha política para o partido, um projeto político transformador, que aponte para o socialismo, que está no programa do PT. Falta uma linha política tática e estratégica para o PT. Terceiro ponto:

nós temos que formar quadros políticos dentro do PT, que são muito poucos, falta experiência política prática, falta formação teórica, capacidade de direção e organização.

Em quarto, nós temos que ter maior organização, disciplina no partido. Nós somos um partido frouxo, não temos disciplina, não temos um mínimo de centralização e organização adequadas às lutas que são travadas no país.

panfletos nas rodinhas de pessoas, nos bares, nas fábricas, se apresentando e apresentando as propostas do partido. Andamos em várias cidades de Goiás e vamos continuar assim até novembro.

Agora, a preocupação é a seguinte: esta campanha que estamos fazendo está servindo para levar mesmo adiante as propostas do partido? Segundo, esta campanha está servindo mesmo como um instrumento, uma ferramenta para fortalecermos o movimento social? Terceiro, está servindo para criarmos núcleos do partido? Neste aspecto, eu acho que a campanha está muito mais fraca.

Porque o Partido está vivendo uma crise político ideológica: é um partido institucional, que vai ter uma boa representação parlamentar, que vai ser dirigido pelos parlamentares, falando em nome dos trabalhadores. Ou é um partido de luta e de combate que avança nas lutas no rumo do socialismo? Sabendo, inclusive que a classe dominante vai tentar derrotar este partido mais cedo ou mais tarde e para isto ele tem que se forjar para fazer frente à classe dominante. Sabendo que, portanto, a eleição não é o caminho principal, mas sim o da organização, conscientização e mobilização da classe trabalhadora, vindo na eleição uma forma de luta muito importante, mas secundária?

Nós estamos nos debatendo em Goiás nestas duas alternativas, o partido está em crise político-ideológica no estado, está em crise de direção também. Estas crises são o reflexo da base social do partido. Em termos mais amplos, o produto da conjuntura histórica em que vivemos: ou ser sugado para cima, para fortalecer o poder da classe dominante ou então se manter enquanto partido de luta e fortalecer o poder popular. Este é o grande embate que estamos vivendo em Goiás e a eleição é um dos momentos mais importantes no qual se trava este embate.

— Como é que você está vendo a campanha do PT, a penetração da proposta do partido perante as massas?

Athos — Em termos eleitorais, no sentido do partido ganhar espaço e cair no conhecimento do povo e de aumentar as suas chances de ganhar votos em 82, acho que o partido está avançando muito.

Nós usamos aqui em Goiás esta forma de luta que são as caminhadas. Os candidatos saem a pé, distribuindo

Por Américo Bernardes, professor universitário e candidato a deputado estadual pelo PT goiano.



Por que votar no PT?

Neste momento, em que a nova ministra da Educação anuncia que o MEC não tem interesse em impor o ensino pago nas universidades federais, é muito importante a atenção dos professores, alunos e funcionários. Fica claro que a tática do governo é deixar o assunto para depois das eleições, a partir do momento em que a ministra declara "a injustiça que é a existência do ensino gratuito".

No dia 30 de junho, os professores, através da ANDES, entregaram ao MEC a sua proposta de reestruturação da Universidade, como um dos pontos principais da luta pelo ensino público e gratuito, proposta esta feita a partir de discussões em todas as universidades brasileiras, concretizada no Simpósio Nacional.

Entretanto, é importante ressaltar, neste momento de incertezas (em que se aguardam as iniciativas do MEC), que o professorado, por mais combativo que seja, jamais conseguirá, enquanto parcela isolada, levar adiante e com vitórias a sua luta pelo ensino público e gratuito. É necessário termos claro que não interessa à ditadura e aos patrões (que já dominam 2/3 do ensino universitário) este tipo de vitória, que implicaria na ampliação do orçamento para a educação e perdas de vultuosos lucros. Assim, a luta travada necessita estar incorporada à luta dos trabalhadores por transformações profundas na sociedade.

Um dos momentos fundamentais desta luta é a da participação dos professores na construção de uma

Central Única dos Trabalhadores, pela base. Entretanto, é necessário que também participemos do processo de construção de uma direção autêntica e combativa para os trabalhadores, que seja capaz de levar as mais amplas massas à vitória final contra a burguesia.

A necessidade do partido

É neste sentido que se situa a questão do voto no Partido dos Trabalhadores nestas eleições, eleições que a cada dia mais se transformam em farsa, tantos os casuismos e obstáculos colocados. A luta pelo ensino público e gratuito é mais um componente da luta pela derrubada da ditadura, pela cons-

trução do socialismo. E só com a construção de um partido que tenha condições de organizar as classes trabalhadoras, de dirigí-las nestas imensas tarefas é que poderemos obter êxitos profundos e duradouros.

O voto PT é muito mais que a escolha de um representante num parlamento castrado e desmoralizado. É a opção consciente de luta pela organização independente dos trabalhadores, opção que permite avançarmos concretamente por um ensino público e gratuito, pela construção de uma Universidade que venha concretamente atender aos anseios das classes trabalhadoras. O que só é possível com a construção de um poder que seja, de fato, dos trabalhadores e do povo.

Movimento sindical

Entre o impasse e a divisão

Nos dias 28 e 29 de agosto deveria realizar-se o Conclat 82 — o momento de unificar as lutas dos trabalhadores e aprofundar sua organização. Golpeado pela comissão Nacional Pró-CUT, o movimento sindical encontra-se desorganizado e sob o risco de aprofundar sua divisão.

Por Luci Ayala

Os dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981 tornaram-se um marco para a classe trabalhadora. Nessa data mais de cinco mil trabalhadores do país inteiro, do campo e da cidade, reunidos nas colônias de férias dos sindicatos na Praia Grande, litoral paulista, demonstraram sua disposição de luta e afirmaram a necessidade de construir sua central sindical nacional democrática, pela base, independente do Estado e dos patrões.

As propostas reformistas e conciliadoras que aconselhavam os trabalhadores a um recuo, um enquadramento na "frente democrática" que evitasse o confronto para garantir a abertura e as eleições, foram todas derrotadas por um plenário que expressava o crescimento político dos trabalhadores brasileiros. Foi derrotada também a proposta de marcar um novo Conclat apenas para 1983. Os trabalhadores saíram da Conclat com uma pauta unificada de lutas e com a perspectiva de uma greve geral, que traduzia a necessidade de unificação das lutas como forma de enfrentar a ditadura dos patrões.

Mas as conclusões da Conclat foram falhas do ponto de vista organizativo: de resolução, apenas uma Comissão Nacional pró-CUT, sem um plano de ação claramente definido, e sem uma estratégia de construção da organização nos Estados. As consequências logo se fizeram sentir pois as posições derrotadas em plenário se rearticularam no interior da comissão nacional, impuseram seu ritmo ao organismo e paulatinamente impuseram suas propostas.

A maioria da comissão nacional pró-CUT nada fez pela unificação e ausentou-se das lutas travadas pelos trabalhadores. Tentando a todo custo conter o movimento, evitar o confronto com os patrões e o governo e enquadrar o movimento dos trabalhadores na estrutura sindical corporativa, fechando a articulação nacional nos marcos das federações e confederações. O seu golpe final foi deliberar pelo adiamento do Conclat para 83, passando por cima das decisões da maioria dos Enclats até então realizados. Como fecho para o golpe, marcou uma reunião para os dias 11 e 12 de setembro onde, junto com as federações e confederações, pretende autoreformar-se.

Garantir um Conclat unitário

Nos dias 28 e 29 de agosto deveria estar se realizando a 11ª Conclat — uma retomada no processo de unificação das lutas e aprofundamento da organização dos trabalhadores. No entanto, o que temos é a desorganização do movimento e o risco, cada vez maior, de aprofundar sua divisão.

Os Enclats do Rio Grande do Sul, Goiás, S. Paulo e Santa Catarina, realizados após a decisão de adiar o Conclat, não reconheceram a decisão e não reconhecem também o mandato dos membros da pró-CUT depois do dia 29 de agosto. Convocam para esta data uma reunião nacional com a pró-CUT e as inter-sindicais eleitas com o objetivo de avaliar o movimento e encaminhar a realização da Conclat ainda este ano. Por



foto: Rosa Gaudiano

1 Conclat: milhões de trabalhadores traídos

outro lado a maioria da Comissão nacional pró-CUT mantém sua reunião com as federações e confederações para os dias 11 e 12 de setembro, contando com o apoio do Enclat de Minas Gerais.

A reunião do dia 28 e 29 estará representando a decisão da maioria dos delegados da maioria dos Enclats já realizados que confirmaram a realização do Conclat ainda para este ano e já tem a

na maioria da pró-CUT e na CONTAG. presença confirmada de 10 inter-sindicais. Mesmo assim não será um quadro unitário do movimento devido ao boicote das correntes políticas que se expressam. A reunião do dia 11 e 12 de setembro, com o mandato da pró-CUT esgotado, com as federações e confederações pelegas, sem o apoio da maioria dos Enclats, não terá legitimidade nem autoridade política para

considerar-se unitária e encaminhar o Conclat.

O papel das pró-CUTs estaduais

Os encaminhamentos para a realização do Conclat ainda este ano devem ser feitos a partir da reunião do dia 28 e 29 cuja principal tarefa será recompor um quadro unitário para o movimento. Temos duas articulações nacionais que representam as tendências que hoje se expressam no movimento. No entanto é fundamental considerar que essas articulações não expressam uma divisão a nível do movimento de massas e que os próprios golpes e manobras da Comissão Nacional pró-CUT só foram possíveis pela não inserção da Comissão Nacional no movimento de massas. Consolidar a divisão nas cúpulas, a nível das direções é exatamente o contrário de organizar uma central sindical pela base.

Mas não nos cabe cruzar os braços diante do impasse. A luta dos trabalhadores permanece de forma atomizada no interior das fábricas, milhões de trabalhadores entrarão em campanha salarial nesse segundo semestre e a crise econômica brasileira se aprofunda ameaçando mais um golpe na classe trabalhadora com as modificações já anunciadas na legislação salarial.

Também não voltamos à estaca zero na organização. Hoje, na maioria dos estados existem comissões inter-sindicais pró-CUT eleitas em Encontros Estaduais. É a partir desses organismos que deve ser retomada uma coordenação nacional para o movimento, que atue com base no programa da Conclat 81 e cuja principal tarefa será a organização do Conclat ainda em 82.

Comissão Pró-CUT/S. Paulo Unificar campanhas salariais

Eleita no Enclat de S. Paulo, o mais conturbado e dividido Encontro Estadual do país, a Comissão Estadual pró-CUT tem diante de si a tarefa de fazer avançar a luta e a organização dos trabalhadores no Estado. E o caminho para isso já foi traçado pelo próprio Encontro: a unificação das campanhas salariais.

Cerca de quarenta categorias estarão em campanha salarial nos próximos meses no estado. Na região da grande S. Paulo cerca de um milhão de trabalhadores, dos quais 200 mil são sindicalizados entrarão em processo de dissídio. Romper o isolamento dessas categorias e propor uma alternativa confiável, forte, uma campanha combativa é a oportunidade para a Comissão Estadual Pró-CUT firmar-se no movimento. Faz-se necessário um plano de unificação com um calendário articulado, comandos de mobilização e assembleias conjuntas, principalmente tratando-se de dissídios da mesma categoria, como os metalúrgicos com data base em 1º de novembro.

Dissídios entre 1/10 e 1/11

Número de trabalhadores da categoria, sindicalizados e data-base. A base territorial, na maior parte dos casos, é a região da Grande São Paulo.

| Categoria | Base | Sindicalizados | data-base |
|--------------------|---------|----------------|------------------|
| Químicos | 70.000 | 10.000 | nov. dez. |
| Abrasive | 4.800 | 1.500 | 1º out. |
| Papéis e papelão | 18.000 | 8.500 | outubro |
| Gráficos | 25.000 | 12.000 | out. nov. |
| Mat. Plást. | 55.000 | 15.000 | dez. janeiro |
| Fiação e Tecelagem | 150.000 | 12.000 | |
| Carne | 10.000 | 1.300 | 1º novembro |
| Couros | 17.000 | 4.000 | novembro |
| Marceneiros | | 2.000 | dezembro |
| Cervejas e bebidas | 3.000 | 1.200 | 1º out. 1º abril |
| Vidreiros | 25.000 | 9.000 | dezembro |
| Bancários | 130.000 | 44.839 | 1º set. |
| Met. Guarulhos | 55.000 | 15.000 | 1º nov. |
| Met. Osasco | 37.000 | 16.000 | 1º nov. |
| Met. S. Paulo | 400.000 | 55.000 | 1º nov. |

Obs.: dados fornecidos pelas entidades.

Bloco de oposição Construir uma direção para a entidade

Para o bloco de oposição conseguir ser uma direção que reorganize o movimento é necessária uma convenção de todos os delegados que se colocam nessa perspectiva.

O bloco de oposição à política da diretoria da UNE não é algo criado artificialmente como dizem alguns. Muito menos é uma tentativa do PT de "partidarizar" o movimento estudantil e "dividir" a UNE, como pregam outros. É, isto sim, o reflexo dentro do movimento estudantil de uma polarização mais geral existente no interior da classe trabalhadora. Essa polarização — expressa claramente no I CONCLAT — coloca de um lado uma direção reformista, com propostas de conciliação de classes e, de outro, uma direção classista, cuja marca registrada é a luta pela independência política da classe trabalhadora, a defesa da democracia do movimento e a organização pela base.

Na própria formação do bloco de oposição, quando do Congresso de Cabo Frio, na luta contra a portaria do MEC sobre os restaurantes universitários, no abaixo assinado de entidades pela convocação de um CONEB em fins de maio, nas eleições para inúmeros DCEs em todo o país, na luta contra a expulsão de Javier, no CONEB de Belo Horizonte, enfim, em todos os grandes momentos do movimento estudantil mais recente essa polarização tem se expressado.

Desde sua formação, a oposição cresceu muito. Ganhou as eleições para 14 diretorias de DCEs em todo o Brasil. Aprovou todas as propostas apresentadas no CONEB de Belo Horizonte. Mas, apesar desse crescimento e de ter propostas políticas fundamentalmente corretas em todos os grandes momentos citados acima, a oposição tem inúmeras falhas. Se tem uma visão comum das principais tarefas para o movimento, lhe falta uma linha política mais clara e uma maior organicidade que garanta o encaminhamento dessa linha. No CONEB de Belo Horizonte, por exemplo, a pressão dos acontecimentos acabou fazendo com que várias das propostas que o bloco apresentou

não fossem fruto de uma discussão mais ampla no seu interior, mas elaboradas à base de acordos entre as tendências que dele participam, com o conseqüente distanciamento das bases desse processo.

Como articular o bloco?

Para o Congresso da UNE, isso tem que mudar. O bloco de oposição tem todas as condições de ser uma direção que reorganize a UNE, recolocando-a no seu papel de entidade unitária, representante e de lutas. Mas para que consiga de fato ser essa direção, é necessário uma ampla e profunda discussão que unifique as propostas de ação e o programa de reivindicações do bloco para o Congresso. Para isso, é necessário:

1. Realizar, no dia 7 de setembro, às 9:00 horas, no DCE da PUC de São Paulo, reunião aberta do bloco de oposição para discutir encaminhamentos concretos para o Congresso e, com base no que já foi lançado pelas diversas correntes, tentar chegar a propostas e programas unitários do bloco.

2. Realizar, nas vésperas ou nos intervalos do Congresso da UNE, uma convenção de todos os delegados eleitos que se colocam numa perspectiva de oposição à política da diretoria da UNE para fechar as propostas de ação, o programa de reivindicações e a chapa a serem apresentados ao Congresso (essa é uma proposta a ser melhor discutida na reunião aberta de 7 de setembro).

Atenção: o endereço da PUC São Paulo é Rua Marquês de Monte Alegre, nº 984. Qualquer dúvida ou informação, ligar para Frola, fone (011) 852.8880 ou para DCE UFRGS, fone 21.84.26, em Porto Alegre.

Na UEE SP também é hora de reorganização

A situação da UEE de São Paulo é ainda pior que a da UNE, e as propostas para reorganizar a entidade são análogas.

por Álvaro Frola

A situação da UEE SP é pior ainda que a da UNE. A entidade não consegue quórum em seu Conselho Estadual de Entidades já há bastante tempo, metade de sua diretoria simplesmente desapareceu do mapa, os departamentos e regionais não funcionam. Para o estudante, a UEE SP simplesmente não existe.

As causas dessa situação são análogas às da UNE, pois a diretoria da UEE é politicamente alinhada com a dessa entidade. Assim, todo o dito nos artigos Um balanço (negativo) da gestão e construir uma direção para a entidade válido, em linhas gerais, também para a UEE. O bloco de oposição, como na UNE, é a possibilidade de se ter uma direção que reorganize a entidade e para essa possibilidade se concretizar é necessário a mais ampla discussão em seu interior. Daí vem a proposta de:

● realizar, nas vésperas ou nos intervalos do Congresso da UEE, uma convenção de todos os delegados que se colocam numa perspectiva de oposição à política da diretoria da UEE e da UEE para fechar o programa, o plano de ação e a chapa para a UEE SP.

O plano de ação para a UEE (ver o artigo Reorganizar a UEE!) também é válido, em linhas gerais, para a UEE, mas várias porpostas tem que ser especificadas:

● Articular um Encontro Estadual de Escolas Pagas.
● Realizar um Seminário Estadual de Educação,
● Criar Comitês pelo Ensino Público e Gratuito nas diversas universidades em conjunto com os DCEs e reforçar o já existente na UNICAMP.

● Reestruturar materialmente a UEE, principalmente no que diz respeito a uma sede, ao jornal da entidade aos departamentos e regionais.
● Acumular forças para, no futuro, realizar um Encontro da Juventude Paulista, na linha do Cio da Terra da UEE RS.

● Reativar a participação política mais geral dos estudantes paulistas e participar das eleições de novembro da mesma forma que o determinado para a UNE.

● Analogamente à UNE, eleger no Congresso da UEE uma diretoria de reorganização e realizar um amplo processo de eleições em urnas no semestre que vem (pois nesse semestre, devido ao Congresso da UNE e às eleições de novembro, isso seria impossível) que dê as bases para a UEE voltar a ser uma entidade realmente representativa e de lutas.

34.º Congresso Reorganizar a UNE!

No 34.º Congresso da UNE os estudantes têm o dever de fazer um balanço da desastrosa gestão da atual diretoria da UNE, analisar a atual situação da universidade, formular suas reivindicações e, principalmente, indicar um caminho para o movimento sair da crise.

Por Beto Rodrigues

O plano de ação apresentado abaixo de forma alguma garante que haverá um novo ascenso no movimento estudantil, pois um ascenso não depende apenas de uma política correta e de uma direção que busque colocar essa política em prática. Mas dará as bases necessárias para o movimento sair do impasse e, caso o MEC tente implementar o ensino pago em 83, ser capaz de dar uma resposta à altura, numa greve nacional.

1. As quatro propostas abaixo são interligadas entre si e vão no sentido de unificar e dar rumo às lutas estudantis, buscando uma união com as entidades dos professores e desenvolvendo um processo de mobilização mais amplo em defesa do ensino público e gratuito.

1.1. Articular desde já e com o auxílio das UEEs, Encontros Estaduais (ou Regionais) de escolas Pagas para preparar a luta contra os aumentos antes e não depois destes ocorrerem.

1.2. Articular, junto com a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), a criação de um Grupo de Trabalho conjunto no sentido de se elaborar um projeto de universidade que se contraponha ao projeto de fundações do MEC.

1.3. Realizar, a exemplo do que fez a UEE RS, conjuntamente com diversas entidades ligadas à educação no Rio Grande do Sul, Seminários Estaduais (ou Regionais) de Educação para entre outras coisas, discutir e aprofundar o projeto de universidade que se contraponha ao do MEC.

1.4. Participar efetivamente da Campanha pelo Ensino Público e Gratuito, direito de todos, dever do Estado, desenvolvida pela ANDES e outras entidades, criando Comitês pelo Ensino Público e Gratuito em cada universidade e buscando envolver a população na luta, através de sindicatos, associações comunitárias etc.

2. No sentido de reestruturar a ação da UNE, é necessário acumular forças para a reconquista de uma sede que sirva como ponto de referência para os estudantes. É necessário também buscar uma redistribuição dos vices presidentes por regiões, pois como está hoje é muito difícil, por exemplo, ao vice do nordeste cobrir toda sua região. Além disso, os secretários de área tem que participar mais ativamente na preparação e realização dos en-



É necessário fazer da UNE o que era quando de sua reconstrução

contros por cursos. O Seminário Nacional de Estudantes de Engenharia, por exemplo, necessita de uma ampla rediscussão, que só pode ser feita no quadro do movimento como um todo. Finalmente, é necessário reativar o jornal da entidade, e a revista Movimento.

3. Ampliar a atuação da UNE e do movimento estudantil no campo da cultura, das questões que afetam a juventude, da ecologia etc. O exemplo da UEE RS é digno de nota, com a preparação do I Encontro da Juventude Gaúcha, o Cio da Terra. Vão ser três dias de acampamento no Parque da Festa da Uva, onde haverá shows de música, mostras de teatro e cinema, dança, literatura, folclore e debates sobre ecologia, feminismo, sexualidade, movimento estudantil, o índio, o negro, política nacional e internacional e trabalho pastoral.

4. Reativar a participação política dos estudantes em torno dos eixos Educação, Trabalho e Liberdade. Educação no sentido de colocar na ordem do dia o ensino público e gratuito e as contradições entre o estudante e a universidade nas questões de democracia interna, conteúdo do curso e falta de condições materiais de estudo. Trabalho no sentido de questionar o desemprego e o subemprego, gerados pela deterioração do mercado de trabalho. Liberdade como forma de colocar em questão os estatutos repressivos das escolas, o regime militar e a sociedade baseada na opressão e exploração.

As principais reivindicações estudantis

Caminhar no sentido de uma nova universidade, autônoma, gratuita e democrática é para onde apontam as atuais reivindicações estudantis.

1. Quem tem que decidir os rumos da universidade é a comunidade que nela estuda e trabalha, ou seja, professores, funcionários e estudantes, daí a luta pela autonomia e democracia na universidade. No sentido da democratização, é importante lutar por eleições livres e diretas para todos os cargos de chefia e por participação paritária nos órgãos colegiados. Além disso, é importante seguir o exemplo da PUC-SP e exigir a redefinição do funcionamento e dos estatutos da universidade numa Constituinte com a participação paritária de toda a comunidade universitária.

2. Se quem tem que decidir os rumos da universidade é sua comunidade, quem tem que dar o dinheiro para ela funcionar é o Estado. Daí que a principal meta dos estudantes das escolas públicas é conseguir mais verbas. É necessário

também, lutar por nenhum aumento nos restaurantes universitários e contra a divisão dos estudantes em "carentes" e "não carentes", ou seja, contra a portaria 03/82 do MEC. Além disso lutar pelo arquivamento do projeto de fundações contrapondo a ele um projeto de uma nova universidade, gratuita, autônoma e democrática.

3. Nas escolas pagas, a federalização é a única possibilidade de se garantir a sobrevivência da grande maioria destas, que se encontram em estado de falência. Além disso, é um passo decisivo e necessário para a conquista do ensino público e gratuito.

De imediato porém, é necessário impedir que mais e mais companheiros sejam impedidos de continuar seus cursos e daí a luta pelo congelamento das anuidades. As verbas necessárias para,

havendo o congelamento, cobrir os custos do ensino (salários, material, assistência etc) devem vir através de subsídios e não de nossos bolsos. Subsídios não entendidos como um fim em si mesmo, como forma de repassar dinheiro do estado para as mantenedoras, mas como uma forma de irmos concretizando a federalização, preparando as condições para que toda a administração dessas escolas passe para as mãos do estado. A conquista de subsídios — assim entendida — é inseparável da luta pelo controle paritário de sua aplicação, condição necessária para que cumpram o fim assinalado acima. Não se trata de nenhum idealismo; se conseguirmos impor, através de lutas massivas a conquista do congelamento e subsídios para cobrir os déficits, é de se supor que tenhamos também forças para impor o controle na aplicação destas verbas.

A ofensiva do MEC e o movimento estudantil.

A atual situação da universidade brasileira caracteriza-se pela ofensiva do MEC rumo ao ensino pago e pela ausência de um movimento forte para se contrapor a isso.

Por Ronaldo Zulke

Nas escolas públicas, o governo toma medidas no sentido da implantação do ensino pago. Promove uma campanha ideológica sobre toda a população, fazendo uma falsa contraposição entre ensino superior e básico e apresentando como causa das falhas do básico o fato de existirem universidades públicas. Corta sistematicamente as verbas dessas universidades e tenta implementar um projeto de reestruturação que lhes daria "autonomia financeira", ou seja, o "direito" das universidades serem "autônomas" para arumar o dinheiro necessário à sua manutenção.

Um dos motivos que faz o governo agir dessa maneira é sua política de se desobrigar dos gastos com a educação, privilegiando a aplicação dos recursos públicos nos empreendimentos do grande capital. Outro motivo pode ser deduzido das declarações que o ex-ministro Ludwig deu à diretoria da ANDES em recente audiência. As universidades públicas seriam o principal "foco de agitação" contra a política educacional do governo e torná-las pagas seria necessário para os estudantes "valorizarem melhor" o ensino, não dando ouvidos a "radicais contestadores". Ou seja, o motivo seria a necessidade de quebrar o movimento estudantil no seu setor mais mobilizado, aprofundando o elitismo, e tornando "mais responsável o clima dentro das universidades."

O governo parece estar esperando apenas passar o período pré-eleitoral para colocar o



projeto na rua. As bases objetivas já estão dadas, com a divisão dos estudantes em "carentes" e "não carentes". Inicialmente apenas os "não carentes" pagariam e depois de instituídas as mensalidades, elas se generalizariam.

Nas escolas pagas, o caráter de empresa cujo único objetivo é o lucro é mais e mais reforçado em detrimento de qualquer aspecto educacional. As anuidades são aumentadas e generalizadas, mesmo que isso deixe milhares de estudantes sem condições de pagá-las e medidas no sentido de diminuir os gastos (por

ex. o aumento do nº de alunos por sala, a não renovação das bibliotecas, etc.) causam continuamente a queda do nível do ensino.

Com essas medidas, o governo tenta minimizar o custo social que representa a contradição crescente entre o nº de profissionais formados e o mercado de trabalho. Aumentando generalizadamente as anuidades e implementado o ensino pago, aumentará ainda mais a evasão. O próximo passo seria a extinção dos cursos com "capacidade ociosa".

O movimento estudantil não tem conseguido se contrapor a essa situação. Tem ficado restrito a lutas defensivas, isto é, tentando responder a cada novo ataque do MEC e não tomando a iniciativa. Apesar de inúmeras lutas serem bastante massivas, a maioria terminou em derrotas, por falta de generalização e unificação.

Uma das causas disso é o isolamento social que se encontra o movimento, a começar dentro da própria universidade, onde quase não existe uma discussão e prática comum com os professores. Isso porque, não sendo um setor ligado diretamente à produção, os estudantes não conseguem arrancar conquistas significativas do governo dentro de um quadro onde o movimento operário como um todo não está num forte ascenso.

Outra causa, e uma das principais, é a analisada no artigo Um balanço (negativo) da atual gestão, ou seja, a política de conciliação da atual diretoria da UNE.

Um balanço (negativo) da atual gestão

Na sua política de fazer alianças com reitorias "progressistas" e capitalistas do ensino para "isolar o MEC", a diretoria da UNE foi a causa principal das inúmeras derrotas do movimento neste ano

por Sérgio da Luz

Já na sua formação, no Congresso de Cabo Frio, a atual diretoria da UNE deu mostras do que viria a ser: foi eleita num congresso onde a tônica foram os convênios, o credenciamento irregular dos delegados e a falta de discussão anterior nas escolas, num claro desrespeito à democracia do movimento.

No começo do ano, quando da luta contra a portaria do MEC sobre os restaurantes universitários, a diretoria se negou a tentar generalizar e centralizar as inúmeras greves que ocorriam numa greve nacional pelo fim dessa portaria, não dando a menor importância aos apelos de inúmeras assembleias universitárias. Privilegiou a negociação isolada com cada reitoria, buscando aliar-se às que seriam "progressistas" e "isolar o MEC". Como resultado, quem ficou isolado e disperso foi o movimento, as greves foram derrotadas e a divisão dos estudantes em "carentes" e "não carentes", uma brecha para o ensino pago, consumada.

Logo após, novamente deu mostras da sua desconsideração pela democracia do movimento, quando não acatou um abaixo assinado de mais de 300 entidades de base exigindo a convocação de um CONEB. Para se ter uma idéia desse número, o CONEB de Belo Horizonte, que segundo ela própria foi o maior da história da UNE, tinha inscritas 630 entidades.

Na luta contra a expulsão de Javier, a diretoria preferiu negociar o apoio de

setores "democráticos" como o senador Jarbas Passarinho para "isolar o resto do governo" a denunciar claramente aos estudantes o ataque que a ditadura estava realizando contra a UNE, baseada na reação à lei dos estrangeiros. Como resultado disso as mobilizações em defesa de Javier foram fracas e a ditadura, se não conseguiu expulsá-lo, ao menos conseguiu decapitar a UNE, pois hoje Javier não pode sair de Salvador, não dá declarações políticas, enfim, não pode exercer sua função de organizar a luta dos estudantes como presidente da UNE.

No CONEB de Belo Horizonte, novamente ficou clara a política dessa diretoria. Como queria uma aliança com os donos das escolas pagas para "isolar o MEC" (de novo!) apresentava a reivindicação de subsídios como um fim em si mesmo e sem colocar quaisquer condi-

ções quanto ao seu controle pela comunidade universitária, reduzindo o movimento estudantil a mera massa de manobra dos capitalistas do ensino. Além disso, apresentava a proposta de negociar um índice "razoável" para os aumentos das anuidades, um índice "que fosse bom tanto para os donos das escolas como para os estudantes", o que na realidade era a defesa do "status quo", ou seja, do ensino pago. E, mais do que isso, como não existe um tal índice "razoável", essa proposta levaria milhares de colegas a abandonarem o estudo, por não terem como pagá-lo.

Disso tudo, tira-se uma conclusão: para iniciar a reorganização do movimento é imperativo que o 34.º Congresso da UNE, além de deliberar um programa e um plano de ação corretos, substitua a atual diretoria da UNE por outra, à altura das tarefas que a entidade exige.

UFES: estudantes invadem restaurante.

Em resposta aos aumentos dos preços nas refeições do restaurante central da UFES, cerca de 2.000 estudantes organizaram, no dia 18 de agosto, um caixa paralelo e comeram pagando o preço sem aumento.

No dia seguinte, como a reitoria fechou o restaurante, os estudantes o ocuparam, se encarregando eles próprios de fazer a comida. Quando da ocupação foram encontrados, na dispensa, caixas de vinho, champagne e queijos finos, coisas que nunca apareciam no cardápio, além de

farta quantidade de alimentação com data limite para o consumo já ultrapassada.

A diretoria do DCE, politicamente alinhada com a da UNE pouco ou nada participou da ocupação, e mais do que isso, soltou uma nota denunciando o aventureirismo dos que estavam na luta e propondo a devolução do restaurante, sendo por isso vaiada por centenas de estudantes. O movimento prossegue com a convocação de uma Assembleia Universitária para decidir os encaminhamentos (da sucursal).

Gradiente/SP

Na briga pela estabilidade

Depois de mais de uma semana de greve total, os trabalhadores voltam ao trabalho, sem vitórias, mas com ânimo e prometendo redobrar a organização dentro da fábrica.

Por Elvira de Oliveira

Na esteira das greves por fábrica, que têm sido a tônica do movimento sindical neste ano, vários movimentos vêm estourando entre os metalúrgicos de São Paulo. A resposta dos trabalhadores, nesse momento de crise econômica, desemprego e desarticulação das direções de seu movimento tem sido das mais rápidas e corajosas.

Depois da mobilização bem sucedida da Telefunken de São Paulo, chegou a vez da Gradiente. Em uma de suas três unidades, na fábrica do bairro de Socorro, também na zona Sul de São Paulo, duas trabalhadoras grávidas foram despedidas, desrespeitando-se, assim, o acordo salarial dos metalúrgicos de São Paulo, que afirma a estabilidade da operária gestante.

Prontamente, e sem mesmo necessitar recorrer a piquetes, a fábrica de Socorro parou completamente ao iniciar o turno do dia 16 passado. Chamado o sindicato dos metalúrgicos, iniciaram as conversações com os patrões e duas assembleias



diárias com os trabalhadores à frente da fábrica.

Estabilidade por um ano

Na pauta de reivindicações dos trabalhadores, além da readmissão das duas companheiras, constavam outros 21 itens,

sendo os cinco principais: estabilidade por um ano para todos os trabalhadores; CIPA eleita democraticamente pelos próprios trabalhadores; pagamento dos dias parados; não punição aos grevistas e reconhecimento de uma comissão de fábrica eleita pelos operários. Além dessas, as outras reivindicações diziam respeito a melhoria no refeitório, melhores condições de higiene e segurança no trabalho, substituição de algumas chefias, etc.

Uma semana após o início da greve, a disposição dos trabalhadores ainda era firme, a fábrica continuava parada e os patrões não diminuíam sua intransigência. Sequer apresentavam contra-proposta. Já na quarta-feira, dia 18, houve a primeira mesa-redonda, com representantes da empresa, os diretores do sindicato e uma comissão de dez trabalhadores eleitos em assembleia.

Represão policial

Enquanto isso, a polícia marcou ponto todos os dias, intimidando e reprimindo a greve fora da fábrica. Uma ativista sindical foi presa pelo Deops e muitos grevistas, ativistas e diretores do sindicato listados, com documentos apreendidos para averiguações.

Na segunda-feira, dia 23, nova assembleia na DRT e os patrões inflexíveis: nenhum acordo, apenas se comprometiam a não punir os grevistas.

Frente ao impasse criado e temendo a decretação da ilegalidade de sua greve — ela iria para julgamento no dia 25 — os trabalhadores voltaram a trabalhar, com a decisão de manterem-se mobilizados dentro da fábrica.

As greves pipocam

Enquanto nas cúpulas do movimento sindical, a conversa corrente é o refluxo do movimento sindical e operário, as bases se agitam cada vez mais e não deixam barato a investida dos patrões, empurrando o sindicato prá frente.

• Também em greve há mais de uma semana, os 250 trabalhadores da metalúrgica ELUMA, fábrica do Cambucí — zona leste de São Paulo — lutam contra a dispensa de 200 companheiros e exigem o pagamento do INPC, surrupiado pela empresa. Os grevistas que agora reivindicam também a estabilidade por um ano para os trabalhadores que permaneceram na fábrica, não dão mostras de fraquejar no movimento feito dentro da fábrica.

• Segundo o Sindicato dos metalúrgicos de Santos, ao qual está ligado a COSIPA — Siderúrgica de Cubatão/SP, a greve nesta "fábrica já está decidida há uma semana. Nova assembleia só decidirá se a greve será dentro ou fora da fábrica. Ela começará na

quinta-feira e terá duração de 24 horas."

• Já na SOFUNGE, metalúrgica também da zona Sul de São Paulo, os trabalhadores estão em pé de guerra, depois da demissão de 160 trabalhadores dos 2100, efetuada na sexta-feira passada. O sindicato em nome dos trabalhadores já iniciou as negociações com a empresa. Os trabalhadores reivindicam: indenização de seis salários aos demitidos; assistência médica e direito de adquirir alimentos na cooperativa da Sofunge nos próximos seis meses; estabilidade no emprego para todos os trabalhadores que permaneceram na empresa. Os operários prometem greve caso não tenham as reivindicações atendidas.

Taguatins/GO

Polícia impede fundação de sindicato.

A violência contra os trabalhadores rurais por esse Brasil afora, cresce a cada dia. São assassinatos, torturas, expulsões das terras etc. Amparados pela "lei" ou na mais absoluta ilegalidade, os patrões do campo se sentem protegidos pela absoluta impunidade. Na maioria dos casos contratam capangas, foras-da-lei para executar seus serviços sujos, mas com muita frequência utilizam os serviços da própria polícia, que na zona rural, como na cidade, gosta mesmo é de beijar a mão dos poderosos.

Os trabalhadores rurais de Taguatins, município de Goiás, denunciam mais um ato arbitrário dos poderes

constituídos: no dia 27 de junho, quando 200 deles se reuniram para a fundação de seu sindicato, foram impedidos pela chegada de cinco soldados fardados, acompanhados do prefeito municipal e do delegado de polícia, que se postaram no meio dos trabalhadores, intimidando-os e atrapalhando a reunião e o esforço de organização dos lavradores.

Depois de revistarem várias casas e prenderem um trabalhador, se deram por satisfeitos, pois tinham cumprido a incumbência. Os trabalhadores não puderam continuar os trabalhos e não houve quorum para a fundação do sindicato.

O PT e a campanha dos metalúrgicos

O partido já definiu a luta pela unificação das campanhas salariais e por uma campanha eleitoral colada à luta dos trabalhadores. Está na hora de por em prática essas resoluções

São 21 mil metalúrgicos em Guarulhos, 36 mil em Osasco e cerca de 400 mil em S. Paulo. Meio milhão de trabalhadores em campanha salarial, com data base em 1º de novembro, 15 dias antes das eleições parlamentares.

As greves que vêm explodindo nas fábricas, antes mesmo do lançamento oficial da campanha demonstra a disposição de luta dos trabalhadores. Por outro lado a luta dos metalúrgicos tem uma importância estratégica nesse período, extrapolando as portas fechadas dos sindicatos, jogando nas ruas as reivindicações dos trabalhadores, criando um fato político que polarize as campanhas eleitorais, cobrando, na prática o compromisso dos candidatos com a luta dos trabalhadores.

Mudando a fachada

O sindicato dos metalúrgicos de S. Paulo, será sem dúvida o carro-chefe das campanhas salariais desse segundo semestre. Diferentemente dos anos anteriores, a direção do sindicato tenta superar sua imagem de peleguismo e traição às lutas dos trabalhadores, apoiando a mobilização nas fábricas. Sua proposta é clara: realizar greves nas grandes fábricas, tentando enfraquecer a posição dos patrões na mesa de negociações. Seu projeto também é claro: tentar ganhar influência no movimento articulando sua presença no interior das fábricas. Para levar à frente esse projeto, a direção do sindicato se vê obrigada a assumir a luta dos trabalhadores abrindo espaço para que o sindicato sirva de auxiliar no avanço do movimento.

O PT e o sindicato

O encontro de Sindicalistas do PT realizado em julho deliberou pela necessidade do partido atuar de forma organizada no interior do movimento, respeitando a democracia sindical. Deliberou também a luta pela unificação das campanhas salariais de categorias com datas base próximas. E nas eleições o PT definiu fazer sua campanha colada às lutas reais dos trabalhadores.

Está na hora de por em prática essas deliberações. O partido está organizado nas principais concentrações de metalúrgicos da capital e região metropolitana, como Guarulhos e Osasco, e em todas essas regiões existem candidatos metalúrgicos do PT. Esses candidatos devem por suas campanhas a serviço da organização dos metalúrgicos e desde já por em prática a proposta de luta do PT. Mais do que isso, a própria direção do partido, através de sua secretaria sindical, deve convocar uma plenária de militantes metalúrgicos, com objetivo de articular sua intervenção, tendo como centro a necessidade de unificar a campanha salarial de Guarulhos, Osasco e S. Paulo.

Pela iniciativa de alguns militantes e candidatos metalúrgicos, já estão sendo articuladas reuniões de petistas para preparar a intervenção na campanha salarial. Mas são ainda articulações tímidas e não assumidas pela direção do PT, e portanto com pouca abrangência.

Para que essa articulação tenha peso deve ser assumida pelos próprios organismos do partido, sua secretaria sindical, seus diretórios de base e núcleos de intervenção. (Luci Ayala).



O PT se prepara para a ofensiva final

As recentes pesquisas eleitorais mineiras indicam 16% de preferência para o PT. Entretanto, menos de 3% do eleitorado era capaz de votar numa chapa do partido. Este dado revela a força e a fraqueza do PT mineiro: se por um lado sua proposta tem obtido boa receptividade por outro lado a campanha ainda não está nas ruas, seus candidatos, em especial os majoritários, ainda não são conhecidos da população.

Neste último domingo, 22 de agosto, reuniram-se os membros da Executiva estadual mineira, os candidatos majoritários e proporcionais e um representante da Executiva Nacional, Apolônio de Carvalho, para avaliar a campanha no Estado e partir para a ofensiva final.

O primeiro ponto a se destacar nessa avaliação é a incompreensão e até mesmo resistência de setores do partido à aplicação da tática eleitoral aprovada. Essa incompreensão debilitou a possibilidade do partido sair com candidatos regionais fortes, nomes que, pelo seu enraizamento, facilitassem o trabalho de identificação das bases do movimento popular com o PT. Ao invés de termos candidaturas buscando implantar-se em cada região, proporcionando uma base mais sólida para as candidaturas majoritárias, os poucos candidatos proporcionais viram-se na contingência de buscar o maior número possível de áreas para se colocarem. A consequência é clara: pela dificuldade natural de identificação dos candidatos, pelo alto custo de campanhas pulverizadas pelo estado inteiro, a campanha acabou tendo um ímpeto menor do que o necessário.

Uma campanha descentralizada

A situação do Comitê Eleitoral Unificado (CEU) veio agravar esse quadro. Um estado imenso, com centenas de municípios, somado à frágil estrutura orgânica do partido — pouca consolidação do Diretório Estadual, o lançamento inevitável de quase todos os membros da Executiva como candidatos, e mais a inexistência de uma organização partidária de base — estreitou a faixa de unificação da campanha.

Recaído sobre os candidatos a tarefa de cobrir o estado, os proporcionais procuraram ganhar ímpeto organizativo e financeiro para suas campanhas, o que

não é incorreto. Mas isto foi se dando num quadro de cada vez maior autonomia e distanciamento de qualquer compromisso com a centralização da campanha, particularmente com a definição política das candidaturas majoritárias.

A consequência dessa situação não tarda a aparecer, e de um modo que realmente compromete o próprio desempenho do conjunto do partido. Se nossos majoritários não se tornam conhecidos, caracterizados por uma expressiva demarcação da bandeira do PT, os

Panamá — efetivação, sem concurso, dos atuais assessores parlamentares como funcionários permanentes da Assembléia Legislativa (veja EM TEMPO 155) — em que os parlamentares do PMDB, com apenas uma exceção, em nada se diferenciaram dos PDS. O partido não soube denunciar o fato, não o usou como uma referência que demarcaria sua campanha das "oposições" burguesas e demonstraria a farsa do voto útil.

A questão financeira

Nas condições em que hoje trabalha o CEU é simplesmente impossível pretender

por parte dos candidatos, para uma ofensiva na campanha do PT.

Infelizmente, neste aspecto, o total arrecadado foi muito inferior ao necessário: apenas 2,9 milhões de cruzeiros, insuficientes para cobrir uma campanha dos majoritários minimamente orçada em 10 milhões de cruzeiros. É certo que muitos candidatos ainda não contribuíram para esta cotização, mas também é claro que muitos o fizeram de maneira inferior às suas possibilidades. Os candidatos e filiados sustentam a campanha do partido — seja através de seus recursos individuais, seja através de venda de bônus, etc — ou a campanha do partido estará irremediavelmente comprometida no Estado.

Boas soluções políticas

Já no plano político-eleitoral, os resultados da reunião da Executiva com os candidatos foram promissores. Desde a realização de uma gigantesca Caminhada pela Liberdade, no dia 2 de setembro, até o lançamento nacional da Campanha do PT Para as Mulheres, passando por um "acampamento" dos candidatos majoritários em Barão de Cocais, em protesto contra o desemprego; por uma cartilha desmascarando o voto útil; e por uma campanha onde se ensina a população a votar, todas as medidas vêm no sentido de demarcar espaço com as "oposições" burguesas.

Além disso, vêm no sentido de dar ao PT um perfil próprio de campanha, através de uma participação ativa no momento eleitoral, seja através de denúncias, de desmascaramento do que é o regime e sua fachada democrática, bem como de formas criativas de colocar os pontos principais de nosso programa. Assim, novos rumos foram dados pela reunião que, mesmo através de discussões despolitizadas, conseguiu em parte resolver a situação do partido e prepará-lo para a ofensiva final.



Ennio Brauns Filho

proporcionais sofrerão as consequências de ver sua campanha vazar para um número cada vez menor de candidatos eleitoralmente viáveis.

A conclusão de toda esta situação é óbvia: a campanha do PT ainda se mantém sem uma marca precisa, seja no conteúdo seja na forma de apresentação. Mesmo na questão do voto útil a resposta do PT tem ficado aquém do necessário. Por exemplo, a recente questão do Projeto

uma virada na expectativa da campanha. Contando com poucos recursos humanos e nenhum financeiro, a centralização difícil tornou-se impossível. Algumas das decisões da reunião de domingo resolvem em parte este problema: a indicação, por parte dos candidatos proporcionais de Belo Horizonte — Contagem, de representantes para atuarem no CEU; a reativação do jornal PT-Notícias, órgão informativo e centralizador do partido no plano estadual; contribuição financeira,

Quem são os candidatos mineiros

Sandra Starling Governadora

Professora do ciclo básico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, onde concluiu o curso de Direito e mestrado em Ciência Política. Sandra é casada, tem 38 anos e três filhos. Aos 18 anos, trabalhando na Petrobrás, teve ativa participação na criação da Associação dos Empregados do Petróleo em Minas Gerais, hoje Sindicato.

Em 1980, fez parte do Comando Geral de Greve dos professores da UFMG, sendo eleita no ano seguinte para o Comando Nacional de Greve.

Milton Freitas Vice-governador

Marceneiro, 57 anos, é o segundo vice-presidente do Diretório Regional do PT em Minas. Trabalhou como metalúrgico até 1968, quando foi preso por participar da greve dos trabalhadores da categoria em Belo Horizonte e Contagem. Nas mobilizações dos trabalhadores de 1978 e 1979, teve importante atuação junto à categoria da construção civil, fazendo parte do Comando de Greve. Casado, tem oito filhos e é membro do Diretório Municipal do PT de Contagem, onde reside.

Seu Joaquim Senador

Metalúrgico, participa do PT desde a sua fundação, como membro da Comissão Diretora Regional Provisória. É atualmente, vice-presidente da Executiva Estadual. Atua no movimento sindical desde 1957, tendo assumido a vice-presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem em 1966. Teve participação ativa na greve de 1968, fazendo parte do grupo de operários que ocupou a fábrica da Belgo Mineira durante três dias. Seu Joaquim teve atuação marcante em 16 movimentos grevistas dos metalúrgicos em Minas.

Jorge Nahas Suplente de Senador

Faz parte do Diretório Nacional do PT, é médico, casado, 38 anos. Permaneceu 10 anos no exílio, tendo terminado seu curso de medicina em Cuba, onde exerceu a profissão, contribuindo para a construção do socialismo naquele país. Desde as primeiras reuniões de criação do PT teve uma participação destacada, fazendo parte da primeira Comissão de Nucleação do estado depois da Secretaria de Organização. Deu importante contribuição para a criação de diretórios do PT em várias cidades mineiras.



O PT ainda procura um caminho

O estilo multi-milionário do novo candidato do PDS, Moreira Franco, exacerba a competição eleitoral. Miro se vale ainda da maquiagem política trabalhada ostensivamente pelo PCB. Brizola abre fogo contra o PT. Em meio a este quadro, a campanha do PT ainda se ressent de um sentido mais mobilizador e de uma marca mais classista, identificando o partido com a luta contra a ditadura e o capitalismo.

Com o lançamento de Moreira Franco a governador pela legenda do PDS, o quadro eleitoral no Rio de Janeiro começa a ficar muito mais claro. O primeiro efeito visível é que a "dama do SNI", Sandra Cavalcanti, pela legenda do PTB, perde vários apoios da área empresarial e evidentemente dos setores do Planalto que apostavam na sua eleição. A cada dia a campanha de Sandra fica mais tímida e o amigo do João, ex-prefeito de Niterói, aparece como o candidato preferido do Planalto. Dinheiro não falta para a sua campanha. Moreira Franco inaugura um estilo multi-milionário com "out-doors" espalhados por toda a cidade e horários nobres na televisão: Plim... Plim... "Nem Miro, nem Sandra, para o seu governo Moreira Franco".

Do ponto de vista da campanha dos milhões, Miro Teixeira aceitou o desafio. Joga com tantos cartazes quanto o candidato do PDS e compra os mesmos minutos das televisões. A diferença é que Miro apresenta-se como o candidato da "frente democrática", combinando a máquina corrupta do Chaguismo com a maquiagem e assessoria do Partidão (colocado a público por Giocondo Dias). Mais uma vez a mão estendida do stalinismo para atrelar parcelas das massas trabalhadoras a um representante da burguesia. O PC articulou apoio de vários intelectuais e artistas, dentre eles



Lysaneas no debate da TVS: dificuldade para expressar a marca do PT

Chico Buarque, e a última investida é levar Miro para as portas das fábricas acompanhado de Hércules Correia, ex-membro do CGT.

Nesta disputa, aparece Leonel Brizola que, afora a tentativa de reviver os tempos populistas com arroubos de oratória e fanfarrônicas, não apresenta nenhuma proposta política alternativa. Não chega a repetir os elogios de há um ano sobre a "abertura", mas tem sempre uma palavra "de consolo" para os patrões. A antiga retórica anti-imperialista aparece vestida de jeans e mascando chicletes para no máximo propor um controle da atuação das multinacionais.

Brizola é um dos mais destacados caluniadores do PT. Faz parte de sua

estratégia eleitoral desacreditar o Partido dos Trabalhadores. Nessa tarefa, seu aliado número um é o PMDB, com a cantilena do voto útil.

A campanha eleitoral no Rio está sendo puxada pelos cargos majoritários. São eles, por exemplo, os grandes destaques dos programas de rádio e TV.

Neste quadro de ofensiva geral, a resposta do PT tem que ser forte, unitária e massiva. Até agora o PT não conseguiu expressar toda a sua potencialidade eleitoral e a 82 dias de 15 de novembro nenhum minuto pode ser perdido sob pena do PDT e do PMDB ocuparem o espaço de um partido de oposição real à ditadura.

Duas são as razões do atraso do PT. A primeira, é a incapacidade de entender

que neste período é fundamental o trabalho de propaganda e agitação junto as grandes massas. É no rastro desta campanha que aparecem imensas possibilidades para a organização dos trabalhadores. É urgente que o PT supere a fase da campanha em pequenos círculos. É hora de partir para apresentar nossa proposta junto às portas de fábrica, bairros populares, favelas, na Central do Brasil. Para isso é absolutamente necessária a organização unitária do PT. Estas ações devem ser levadas pelos Comitês unitários, sub-comitês, que tenham um cronograma da campanha e um mapeamento da região, identificando as áreas prioritárias.

A segunda razão é a orientação seguida pelo candidato a governador Lysaneas Maciel que não tem utilizado as oportunidades para apresentar a plataforma nacional do PT, procura aparecer como um candidato competente para administrar e resolver os problemas imediatos. Com esse discurso, fica no âmbito do debate proposto pelos candidatos burgueses, onde o determinante é a competência ou não para administrar os negócios públicos. Neste sentido, perde a ocasião de distinguir-se dos outros candidatos, politizando todos os temas, vinculando-os à ditadura militar e à exploração capitalista.

Na campanha eleitoral, o PT é o único partido que não tem compromissos com a ditadura nem com os patrões. Isto é a sua principal arma para os debates públicos. O PT não ocupando este espaço, demagogos de todo o tipo tentarão preenchê-lo.

Razão cega e coração traído

A população carioca tomou notícia de um manifesto publicado na grande imprensa, de apoio a candidatura de Miro Teixeira. Neste manifesto, assinado por artistas, professores e intelectuais, o que causou maior surpresa (além de ter entre os seus signatários uma parcela significativa de artistas "globais", que prova que, se este movimento não é apoiado pela direção da emissora, pelo menos não conta com sua negativa) foi o fato de ser o seu mais ilustre signatário o compositor Chico Buarque de Holanda. Mas como poderiam pensar alguns Chico Buarque de "Roda Viva", "Apesar de Você", "O que Será", apoiando a candidatura de Miro Teixeira? O próprio Chico, em esclarecedora entrevista quinta-feira última na *Folha de S. Paulo*, responde: "Não vi outra alternativa senão apoiar o PMDB. Foi uma decisão amadurecida, pensada, avaliada mas também uma decisão tomada com tristeza... Esse voto para o PMDB não é, inclusive um voto de coração. É porém, um voto racional e

consciente. A consciência manda votar na oposição que pode vencer". Ou seja, "a gente quer ser voz ativa/no nosso destino mandar/mas eis que chega roda-viva/e carrega o destino prá lá..."

Diz o manifesto de artistas e intelectuais: "...Apoiamos, em consequência, a candidatura de Miro Teixeira ao governo do Estado. E o fazemos confiantes nos compromissos públicos do candidato; colocar o poder a serviço da reconstituição das instituições democráticas e utilizá-lo para consolidar a aliança dessas forças... Reconhecemos que votar no PT ou no PDT também é votar na oposição. Mas, para tecer as alianças sociais que possam lastrear uma eficiente ação parlamentar das bancadas de oposicionistas na busca da democracia é fundamental..."

O que fica claro em tudo isso é a instrumentalização de artistas e intelectuais que deixam um vazio entre sua arte e suas posições políticas.

Genocídio na Guatemala

Recebemos do cientista político e professor Guillermo O'Donnell o pedido da publicação desta declaração de Edelberto Torres Rivas, destacado intelectual e político da esquerda guatemalteca, atualmente exilado em Costa Rica.

"Nossos filhos morrem por falta de medicamentos e abrigo, manifestaram a um repórter do jornal *Prensa Libre* mais de 150 habitantes de Água Caliente, Comalapa, Chimaltenango (Guatemala), que asseguram que os responsáveis dos massacres são homens com uniformes similares aos do exército. Afirmaram também que o massacre continua igual ao do governo anterior". "Na sexta-feira passada às seis horas da manhã, homens encapuçados, para esconder o rosto, entraram na Aldeia Água Caliente, retiraram à força seus habitantes e mataram onze deles, entre mulheres, crianças e velhos. A outros, queimaram suas colheitas e seus animais domésticos (...). "Até o momento, o povo considera

que a situação não mudou em nada após o golpe de Estado, porque os massacres e incêndios das plantações e das moradias continuam". (*Prensa Livre*, Guatemala, 22/33/1982).

Face a testemunhos como esses, que a cada dia se repetem na imprensa guatemalteca e que elevou a 4000 o número de camponeses massacrados desde que a Junta Militar do governo assumiu o poder em 23 de março deste ano, e convencidos de que o silêncio ante os massacres dos guatemaltecos é uma grave responsabilidade histórica, nós, profissionais e intelectuais costarriquenhos declaramos:

1. O povo da América Latina deve demonstrar com fatos concretos a

José Emídio

A revolução mora no coração do operário

José Emídio, há vinte e um anos operário da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda e militante do movimento sindical, traz para sua candidatura a deputado federal pelo PT carioca a marca de sua condição de proletariado. "A gente que já passou fome, que briga com os patrões cara a cara, que sente a organização deles em cima de nós, a repressão... eu acho que é muito mais fácil passar a idéia de uma política revolucionária", diz ele em entrevista a EM TEMPO.

— Como começa sua militância sindical e política?

José Emídio — No final de 61, me empreguei na Siderúrgica Nacional (CSN). Neste período, o sindicato estava bastante mobilizado. Então, eu comecei a participar do sindicato. No dia do golpe militar, estávamos seis mil operários lá no sindicato para resistir. De 64 a 68 foi um período de calma em Volta Redonda. O sindicato estava sob intervenção. Em 68, com o movimento de Contagem e Osasco, o sindicato começa a se movimentar de novo. Nessa época, eu comecei a militar nos movimentos populares, uma vez que o sindicato estava quase que completamente falido. Participei das Comunidades Eclesiais de base. Já pensava em um movimento político dos trabalhadores quando entro para a Ação Católica Operária (A.C.O.) e aí começamos a fazer grupos de operários em Volta Redonda para discutir os problemas e ganhar inserção no movimento sindical.

Em 74, houve um movimento bom em Volta Redonda em cima da lei 4.090, sobre as indenizações. A repressão era violenta e mesmo assim mantínhamos grupos organizados dentro da fábrica. Nessa época, fizemos uma avaliação e resolvemos entrar na luta através da Oposição Sindical. Eu já tinha participado de várias reuniões nacionais e então começamos aqui com um pequeno grupo. Em 77/78, a Oposição Sindical saiu da casca do ovo, apresentou-se nas assembléias, no acordo salarial. O período de efervescência em São Bernardo ajudou a colocar o movimento para fora.

Em 79, com a idéia do PT, nós unimos as duas coisas. Resolvemos também partir para a questão política. Vimos que todas as reivindicações esbarravam aí. Em 79, foi muito interessante, foi o momento de auto-afirma-

ção da Oposição Sindical. Quando nós conseguimos comandar as assembléias, o que acontece até hoje.

— Que trabalho a Oposição Sindical tem feito?

José Emídio — O trabalho principal da Oposição Sindical é organizar as comissões de fábricas. Nós já temos inclusive várias seções da fábrica, da C.S.N., com comissões de fábrica. São elas que comandam toda a política dentro dos departamentos. Fazem assembléias, tiram as reivindicações. As comissões de fábrica levam de dentro para fora as reivindicações.

— Qual é a proposta da Ação Católica Operária?

José Emídio — A proposta da A.C.O. não difere da do PT nem das Oposições Sindicais. É justamente isso: todo militante tem que estar inserido no movimento de massas. No caso, se é trabalhador, tem que estar no sindicato disputando palmo a palmo em todos os aspectos com aquele objetivo de estar fortalecendo o sindicato de base, organizado com democracia direta dos trabalhadores.

— Observamos que os militantes da Oposição Sindical são basicamente do PT.

José Emídio — Isto é devido a uma definição política. Os outros partidos em Volta Redonda não estão inseridos no movimento operário. Nós temos a câmara de vereadores de Volta Redonda com 70% de operários. No entanto, não fazem movimento algum. Nas campanhas salariais, eles nem tomam conhecimento. Eles não participam do sindicato. Estes 70% operários são do PMDB, da oposição. São parlamentares. Eles não vêm o parlamento como um meio de fortalecer as lutas operárias e o movimento de massas. É por isso que 90%, 95% da Oposição Sindical é do PT.



— Como a sua campanha está sendo feita?

José Emídio — A campanha no tempo que começou, bom... estávamos temerosos justamente por causa do sindicato, mas não teve jeito. Os companheiros solicitaram e eu aceitei. A campanha está tendo ressonância dentro da fábrica. No meio operário ela está crescendo.

Uma das principais questões que levantamos é a diferença do PT em relação aos outros partidos e a maneira de intervenção do PT nos movimentos. Como fazer que os movimentos implementem uma ação política para que o movimento não fique só na luta por reivindicações básicas.

— Qual a mensagem política central de sua campanha?

José Emídio — É justamente a ação política nos movimentos de base. Jogar peso nos movimentos; organizar para dar uma resposta à ditadura. O importante é sairmos desta campanha bastante organizados. E ganhando ou não, teremos uma base para implementar a luta. Um poder para intervir mais do que no início da campanha do PT.

O eixo central da campanha é colocar a necessidade da democracia dos trabalhadores. Se nós somos a maioria que produz, nós devemos decidir os destinos do país. Precisamos de organizações fortes que possam dar respostas aos anseios do operariado e do povo oprimido.

Na campanha, chamamos os operários para construir um partido operário, o PT. Não só operário como outros que já teve por aí, mas não tinham intervenção nem perspectiva revolucionária. Com o PT a gente coloca esta perspectiva revolucionária, que não é muito clara, mas já é necessária.

Os operários entram no PT para assumir, construir e dirigir este partido. Quando o operário entra no PT, entra com o corpo e a alma, como se estivesse construindo a sua casa. Isto é um fato.

Passamos a mensagem política que está dentro de nós. É muito fácil você falar que a fome dá dor de barriga, mas se nunca passou por isso? A gente que já passou fome, que briga com os patrões cara a cara, que sente a organização deles em cima de nós, a repressão... eu acho que é muito mais fácil passar a idéia de uma política revolucionária.

— Como é que você faz a campanha e continua ligado às lutas?

José Emídio — A campanha eleitoral está ajudando a fortalecer as lutas. E por isso a gente briga dentro do PT em Volta Redonda. Temos exemplos de companheiros que antes não se aproximavam da oposição sindical e agora com as discussões nos bairros estão entrando e se posicionando na luta operária. Nós indicamos os locais que dão a oportunidade do companheiro se engajar e participar do movimento. Isto é que é importante. O PT deve é dar a linha para seus militantes atuarem no movimento.

A campanha para nós está sendo ótima. Tranquila. Estamos sentindo que os movimentos de base estão tendo uma ação política mais clara. Ficando no economicismo não caminhavam e até se acabavam porque você discute, discute e não resolve nada, não tem uma perspectiva política, se mata o movimento. A campanha eleitoral joga um papel importante para politizar o movimento e dar um novo alento.

DENÚNCIA



Tropas do governo invadem uma vila

solidariedade que sempre nos uniu ao povo irmão da Guatemala; solidariedade mútua que alcança especial relevância a partir do processo democrático guatemalteco — 1944-1954 — durante o qual a Guatemala demonstrou à América e ao mundo sua vontade democrática e nacionalista, sua vocação de justiça e liberdade.

de governo, nem a imprensa nacional, nem o governo da Costa Rica levantaram suas vozes para denunciar a realidade dos fatos e para exigir que cesse o genocídio em nome dos mais preciosos valores da humanidade.

4. O que está acontecendo com a América Latina? Tornamo-nos insensíveis ante os graves sofrimentos das

2. Somos conscientes que durante as últimas décadas, a intervenção estrangeira e a preponderância do Exército na vida política do país irmão, no governo mediante dura repressão e sangrento terror, frustraram essa vocação democrática que irmana nossos povos.

3. Apesar do caráter sanguinário e genocida dos governos guatemaltecos, especialmente o de Lucas Garcia e de seus sucessores Rios Montt, presidentes da Junta Militar

grandes maiorias do povo guatemalteco? Aturdidos por nossos próprios problemas e pela propaganda militarista silenciemo-nos: não é cúmplice aquele que se cala?

5. Não podemos dizer que ignoramos a realidade. No dia 23 de março deste ano, o Exército da Guatemala derrubou Lucas Garcia acusando seu regime de corrupção, repressor, genocídio e violador dos direitos humanos. Tais acusações já vinham sendo formuladas pelas forças da oposição guatemalteca e por alguns setores mais sensíveis e conscientes de nosso país. O golpe de Estado só veio confirmar e demonstrar que as forças revolucionárias, patrióticas, populares e democráticas dizem a verdade e defendem os legítimos interesses de seu povo.

6. Devemos ser conscientes, sem dúvida, de que na Guatemala nada mudou substancialmente. Nenhum militar foi julgado (passando os generais genocidas para a "situação de disponibilidade" dentro do exército), tampouco os militares e os alto-funcionários "corruptos", foram levados perante os tribunais. Somente alguns simples chefes

de dependência começaram a ser "indagados". O golpe de Estado deixou intactas a estrutura do poder e a hierarquia militar.

7. Daí, podemos afirmar que o golpe não satisfaz as justas demandas populares, mas pelo contrário, ele é um simples mecanismo de mudança no próprio interior do regime para tentar deter o ascenso da luta popular e manter vigente o sistema de repressão e terror que permite a uma minoria privilegiada a serviço dos interesses estrangeiros, o absoluto controle das riquezas do país.

8. Não nos confundem as declarações da Junta Militar, quando atribuem os massacres a "desconhecidos fortemente armados" ou a "homens vestidos de verde oliva" ou a "pretensos guerrilheiros". É a mesma tática da "guerra psicológica" e manipulação da opinião pública que foi utilizada pelo regime anterior que a presente Junta quer "desmascarar". A opinião pública do mundo civilizado não pode ser enganada de maneira tão absurda pelos militares de turno que governam a Guatemala.

De objeto sexual a

As vésperas das eleições, os partidos estão "descobrendo" as mulheres. Isto é, estão descobrindo que 51% dos eleitores são eleitoras. Abriu-se a temporada de caça ao voto feminino. É importante que o PT não caia nessa, sabendo levar uma campanha específica para as mulheres, sim, mas baseada nas nossas reivindicações e contribuindo para nossas lutas. Para isso, o Encontro Nacional do PT sobre o Movimento de Mulheres defi-

niu seis pontos centrais para a campanha do PT junto às mulheres. Em torno destes pontos resumimos alguns dados, procurando contribuir para que nestas eleições nós, mulheres, não sejamos mais uma vez apenas objetos, mas agentes das nossas lutas, das nossas experiências, da nossa libertação.

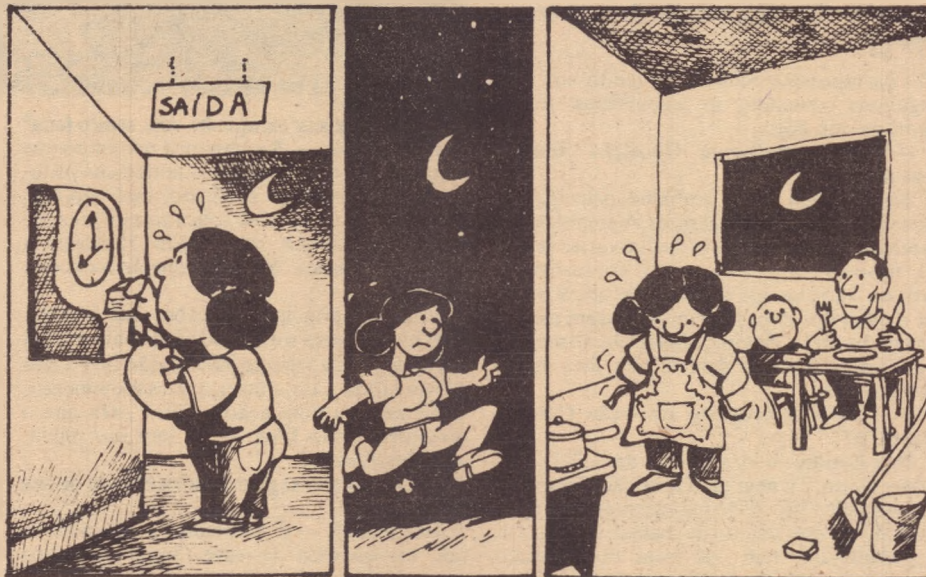
Por Marília Carvalho e Tatau Godinho

O trabalho da mulher

As mulheres vêm entrando cada vez mais no mercado de trabalho. O censo de 1980 registra um aumento de quase 100% em relação a 1970. Neste período, a participação da mulher cresceu no setor industrial, caindo no setor agro-pastoril e mantendo-se estável no setor de serviços. No entanto, isso não significa uma libertação do seu papel tradicional de dona-de-casa. A mulher acumula à sua jornada de trabalho o trabalho doméstico — não remunerado — somando em média um total de 13 horas de trabalho diárias (UNESCO), incluindo o domingo. E isso com um salário de fome ainda mais minguido do que o do homem. No Brasil, 86% da população economicamente ativa recebe menos do que três salários mínimos. Enquanto 40% dos homens que trabalham se encontram nesta faixa salarial, para as mulheres a proporção sobe para 77%. A média mensal do salário do trabalhador brasileiro em 1980 foi de 11 mil cruzeiros; no caso específico das mulheres baixa para 7 mil cruzeiros. Dado suficiente para constatar a super exploração da mão de obra feminina.

As mulheres se concentram em atividades mal remuneradas — empregadas domésticas, professoras primárias, enfermeiras não diplomadas etc — sendo que o Censo não registra o número de prostitutas. Estes são verdadeiros guetos profissionais reservados às mulheres. Quando as condições de trabalho melhoram, caracterizando uma relação de emprego (carteira assinada, direitos trabalhistas, salário fixo) diminui o número de mulheres no setor. É o exemplo das trabalhadoras rurais. Nas regiões do norte e nordeste do país, a mão de obra feminina é largamente empregada na lavoura familiar de subsistência (40%), caindo para 8% em São Paulo, onde a agricultura é mais modernizada.

No setor industrial, as mulheres são empregadas principalmente nas ativida-



des industriais não qualificadas (16%), passando para 5% nas atividades de qualificação superior. Embora a mulher encontre dificuldades para sua formação profissional devido à dupla jornada de trabalho, a dificuldade de ser aceita nos cursos profissionalizantes e à tradicional educação para as tarefas "compatíveis com sua condição feminina", nem sempre é a falta de formação específica que determina sua reduzida participação em cargos mais bem remunerados. O fato de ser mulher, geralmente, fecha as portas para os melhores empregos. A trabalhadora tem mais dificuldade de encontrar emprego se for casada, geralmente tem que se submeter a exames ginecológicos (controle de gravidez) para a admissão, ou mesmo exames periódicos para garantir ao patrão que não terá mais uma gestante na empresa, o que significa maior possibilidade de faltas, necessidade de assistência médica, eventual queda na produção e licença para o parto.

E as dificuldades não param na busca de melhores empregos. Mesmo quando têm formação profissional para exercer melhores cargos, o salário que a mulher recebe é mais baixo do que o do homem que exerce a mesma função (veja o ponto Mulher Negra). Às reivindicações por

melhores salários se acrescenta a luta pelo salário igual.

Os direitos garantidos pela CLT colocam sobre a mulher o ônus dos problemas familiares, na medida em que prevêm a obrigatoriedade de creches apenas para empresas com mais de 30 mulheres em idade de reprodução e definem proteção à maternidade e não à família do trabalhador. E mesmo assim, na medida em que mais da metade das mulheres trabalha em setores de prestação de serviços e sociais — onde estão as empregadas domésticas que representam 33% do total da mão de obra feminina — grande parte não recebe nem mesmo as garantias insuficientes da CLT.

É fundamental que o movimento sindical incorpore as reivindicações específicas da mulher trabalhadora, fiscalize o cumprimento da legislação existente lutando pela sua extensão às categorias, predominantemente femininas e pela abolição de seus aspectos machistas, que discriminam a mulher muitas vezes sob o nome de proteção e criam barreiras para sua aceitação no mercado de trabalho.

Uma terceira razão que leva as mulheres a se interessarem enormemente pelo planejamento familiar são os preconceitos sociais, principalmente contra a mãe solteira.

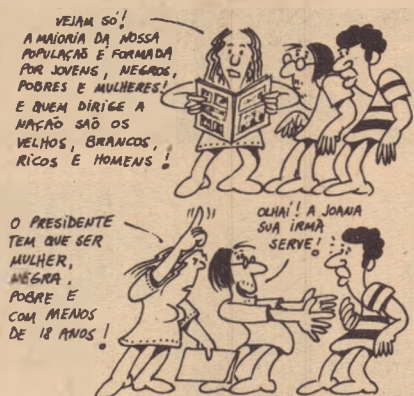
A essa demanda, às vezes desesperada, o Estado brasileiro tem respondido com planos autoritários de mero controle da natalidade. O censo de 80 aponta uma queda de 24% na taxa de fecundidade da população brasileira. Em São Paulo, sabemos que 40% das mulheres esterilizadas sofreram a operação com menos de 30 anos de idade. E que a implantação dos planos da BENFAM no nordeste fizeram da esterilização um método mais usado lá do que a pílula.

A mulher negra

Muita gente ainda acha que existe racismo no Brasil. Mas o movimento negro e o movimento feminista têm se unido, trazendo à tona a situação daquelas mulheres que são discriminadas também por serem negras.

Nas ocupações de nível superior, as mulheres ganham, em média, 35% a menos do que os homens e as negras recebem 48% a menos do que as brancas. Nas ocupações de nível médio, as mulheres ganham 46% a menos do que os homens e as negras 24% a menos do que as brancas. (Lélia Gonzalez, *Mulherio* n.º 3 set/out. 1981). Nas ocupações manuais, estão empregadas 87% das negras que trabalham fora. Nas cidades são empregadas domésticas e, no campo, são trabalhadoras não remuneradas da agricultura familiar, ocupações sem direitos trabalhistas completos. Isso resulta em que só 40% das trabalhadoras negras têm carteira, em comparação a 60% das brancas.

As negras têm mais dificuldade para estudar e adquirir uma profissão e, quando estudam, são recusadas nos cargos de contato com o público pela exigência de "boa aparência", na verdade "aparência de branco". O papel social que lhes é reservado é o de "mulatas", objetos sexuais, ou de "mães-pretas", servidoras e submissas.



Ao lado disso, estes projetos de "planejamento familiar" não garantem assistência médica à mulher. E escondem muitas informações — como os efeitos colaterais do uso da pílula, ausentes do caderno de informações do Pró-Família, de São Paulo — ou deturpam outras — como ao afirmar que a operação de ligação de trompas é reversível, no mesmo caderno.

As mulheres devem ter o direito de escolher se querem ter filhos ou não, quando e quantos, a partir de seu próprio projeto de vida ou do casal, sem imposição do Estado, nem das condições econômicas e dispondo de todas as informações e de assistência médica.

Planejamento Familiar

"A partir do terceiro filho a gravidez não é mais uma alegria, mas uma preocupação", afirmava num curso de sexualidade uma mãe, da periferia de São Paulo. As primeiras razões são, sem dúvida, as condições econômicas: como criar 4 ou 5 filhos com um salário mínimo? Mas o projeto de vida da mulher, o seu direito a uma profissão, à participação política, também ficam em jogo, pois ela sabe que todo o trabalho e responsabilidade de criar essas crianças vai cair sobre ela.



objeto eleitoral?

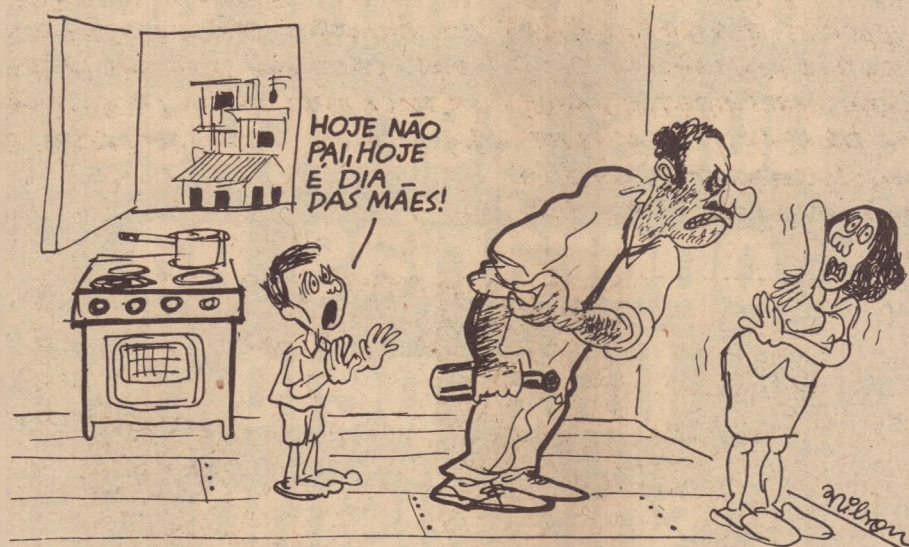
Educação diferenciada

A desigualdade entre homens e mulheres não tem origem nas diferenças biológicas. O homem aprende a ser opressor assim como a mulher aprende a ser submissa. Meninas e meninos são educados de forma diferente na família, na escola e através dos meios de comunicação.

A família, sua estrutura já é um exemplo a ser "seguido": a mãe, mesmo quando trabalha fora, é responsável pelos trabalhos domésticos, enquanto o "mundo lá de fora" é o espaço do pai, dos homens. Meninos são estimulados a atividades criativas e exploradoras, enquanto as meninas devem ficar sempre quietinhas e limpinhas.

Na escola, as crianças encontram somente professoras, sua "segunda mãe". Encontram livros didáticos com frases como essa: "Mamãe é a rosa que enfeita a casa, a mesa, o jardim." (E. Bechara, *Hora de Aprender*) e vão seguir carreiras diferentes, umas "próprias" para mulheres, outras para homens.

Na televisão, no rádio e na imprensa, essa divisão é mais uma vez acentuada. Mulheres vendem produtos masculinos ou compram shampoos para se embelezarem, enquanto homens fumam cigarros e dirigem seus belos carros, com belas mulheres. Brancas, é claro...



A violência cotidiana

"Matei porque ela queria a liberdade". Isso declarou um dos maridos assassinos em Minas Gerais, agosto de 1982. Naquele momento, alguns casos de assassinatos de mulheres por seus maridos apareceram na imprensa e mobilizaram a opinião pública. Naquele momento, as mulheres em Minas e depois pelo Brasil afora começaram a se reorganizar para enfrentar coletivamente a questão da violência masculina sobre as mulheres.

Quer dizer, para fazer aparecer formas de violência cotidianas, que passam totalmente em silêncio, em branco. Não há dados sobre isso, estatísticas. O S.O.S.-Mulher de São Paulo, em um ano e meio de funcionamento, atendeu 1.050 casos, de discriminações e assassinatos. Segundo o jornal *Movimento* (n.º 332, de 15/11/81) houve 772 assassinatos de mulheres "por amor" em São Paulo, no ano de 1980.

Mas, fora os assassinatos, os números que aparecem nas delegacias dizem

pouquíssimo, porque pouquíssimos casos de estupros ou espancamentos chegam a ser denunciados. Além da vergonha — "Olha lá a Mariazinha que foi estuprada semana passada!" "Se já não é virgem, não preciso mais respeitar" —, as mulheres sofrem verdadeira inquisição e têm que passar por exames vergonhosos nas delegacias.

O movimento de mulheres tem procurado criar formas de solidariedade entre as mulheres vítimas — os S.O.S. — e reivindicado um setor especial nas delegacias nos postos de saúde, sob controle do movimento, para atender às mulheres. Mulheres que apanham dos maridos, chegando, segundo as fichas do S.O.S., a verdadeiras seqüências de tortura.

Pois a violência evidentemente não é apenas física. É difícil determinar onde ela começa. Os casos extremos — que chocam e que comovem — são apenas a ponta do "iceberg" da discriminação cotidiana, das violências pequenas despercebidas. A violência está indissolúvelmente ligada à dominação. E violência e dominação estão no extremo oposto do amor, da igualdade e da democracia.

As mineiras se unificam

Primeiro foram as cariocas, que reuniram em torno do "Alerta Feminista para as Eleições" mulheres de vários partidos políticos, elaborando uma proposta unitária de programa (Veja *EM TEMPO* n.º 152). Agora, a vez das mineiras. Com base no texto carioca, reuniram-se a Comissão Pró-Federação da Mulher Mineira, o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, o Movimento de Organização das Mulheres, os Departamentos femininos dos sindicatos dos Engenheiros e dos Médicos, o departamento Feminino do PMDB e a Comissão de Mulheres do PT. E elaboraram uma plataforma que será discutida com todos os partidos.

Essa iniciativa partiu da avaliação da importância de propostas que unificassem o que há de organizado no movimento de mulheres em Belo Horizonte, gerando trabalhos comuns. E da certeza de que o

momento eleitoral deve ser aproveitado para a propaganda e discussão das reivindicações das mulheres e para a organização do nosso movimento.

Além disso, as participantes estavam convencidas de que precisavam somar suas forças para fazer com que os partidos encarassem realmente esta questão, assumindo a plataforma do movimento não apenas da boca pra fora, na hora das eleições, mas de maneira a contribuir para o movimento.

O texto inicial, que ainda vai receber alguns retoques, trata dos direitos e cidadania do trabalho, da educação, do corpo e saúde, e da violência. Destes pontos, destacamos os itens sobre "educação diferenciada" e sobre o "trabalho doméstico", como contribuição para as plataformas que estão sendo discutidas em todos os estados.

Educação diferenciada

"Exigimos:

1. Reformulação da orientação do ensino, no sentido de transformar a imagem subalterna da mulher veiculada pela escola, tanto a nível dos conteúdos — manuais escolares e programas — quanto a nível das práticas pedagógicas — jogos, exercícios etc.

2. Reformulação dos cursos de formação e atualização dos professores, no sentido de refletir e discutir o problema da educação diferenciada quanto ao papel do professor, no reforço dessa diferenciação; da sexualidade, enquanto instrumento de perpetuação da posição subalterna da mulher.

3. Gestão comum da escola por parte de pais, alunos e professores, no que se refere ao conteúdo, forma de ensino e administração de recursos. Esta prática deve incluir também as entidades profissionais, estudantis e comunitárias."

A luta por creches

A luta por creches tem mobilizado as mulheres em todas as cidades brasileiras já há alguns anos. Em São Paulo, o Primeiro Congresso da Mulher, em março de 1979, criou a Coordenação do Movimento por Creches, unificando vários bairros que já estavam na luta. De lá para cá, assistimos às tentativas do governo municipal de capitalizar para si as conquistas do movimento, com o Sr. Reynaldo de Barros centrando a sua campanha eleitoral para governador nas "800 creches que construiu".

Existem em São Paulo 406.578 crianças entre 0 e 6 anos, cujas famílias recebem até 4 salários mínimos. Destas, apenas 13.548, isto é, 3,33%, vêm sendo atendidas pelo programa municipal, segundo dados da própria prefeitura, de maio de 1982. Na verdade, são 108 creches municipais, funcionando em precaríssimas condições, sem o pessoal necessário, sem material — como brinquedos ou cortinas — sem mesmo espaço físico onde alojar as crianças. O orçamento municipal de 82 reduziu em 10% os recursos para construção de novas creches e suprimiu os de reforma e ampliação das creches em funcionamento.

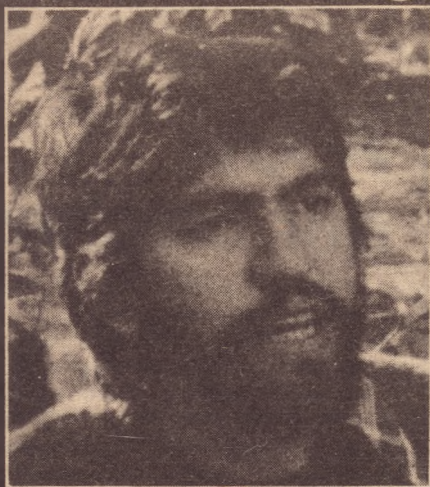
A situação de São Paulo é um exemplo do que acontece em todas as cidades brasileiras. As creches, para o atual governo, não são uma responsabilidade social do Estado. Não são um direito das crianças de se educarem e de terem uma vida coletiva; nem um direito das mães de verem a sociedade se responsabilizar pela educação das crianças, ao invés de descarregar esse trabalho sobre os ombros de cada dona-de-casa, ao lado de todos os trabalhos domésticos. Para o governo — e para o PDS — as creches são apenas um cala-boca para as mulheres que lotam as salas de espera das prefeituras e um instrumento político-eleitoral.

Trabalho doméstico

"Declaramos que o trabalho doméstico não é feminino. No sentido de se garantir que as tarefas domésticas sejam função social, reivindicamos: horário integral nas escolas até o 1.º grau, inclusive, e educação gratuita para todos em todos os níveis; construção e manutenção pelo Estado de creches e escolas até o 2.º grau nos locais de moradia (favelas e bairros) sob controle dos moradores; garantia de alimentação aos menores através de merenda escolar gratuita e obrigatória nas creches e escolas até o 2.º grau; instalação e manutenção por parte do Estado, de restaurantes populares para alimentação dos trabalhadores, nos locais de moradia e de trabalho, sob controle destes trabalhadores; instalação e manutenção, por parte do Estado, de lavanderias coletivas nos locais de moradia, sob controle da comunidade.

(Da sucursal).

O movimento operário e as eleições



IBRAHIM é uma das principais lideranças da luta de resistência dos trabalhadores nos primeiros anos após a implantação da ditadura militar em 64. Como dirigente da comissão de fábrica da Cobrasma é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Ibrahim, esteve à frente das greves de Osasco que, junto com as de Contagem, constituem os momentos mais vivos da luta dos trabalhadores brasileiros contra o arrocho salarial na década de 60. Preso, torturado, exilado por dez anos, Ibrahim voltou e se incorporou ao processo de construção do PT e é hoje candidato a deputado federal.

O encontro de duas gerações operárias na luta pelo socialismo

Aqui, José Ibrahim e Francisco de Souza falam do movimento sindical, dos seus impasses e como as suas candidaturas buscam se ligar à construção do PT como direção do movimento operário-popular.



Corria o ano de 1978. No ABC e em algumas fábricas metalúrgicas de São Paulo, os operários, rompiam com uma mordada de dez anos, paralisando as máquinas.

FRANCISCO DE SOUZA, militante da oposição sindical metalúrgica de São Paulo é a expressão mais pura dessa vanguarda que despertou para a luta, deu os primeiros passos, conheceu avanços e derrotas, descobriu o PT. Organizador de um dos poucos núcleos de categoria de uma das maiores concentrações operárias — a zona sul de São Paulo — Chico se destacou e é hoje candidato a deputado estadual pelo PT de São Paulo.

— Ibrahim, como você analisa a situação atual do movimento sindical a partir da sua experiência de trabalho junto ao movimento operário?

Ibrahim - Na minha opinião, os problemas que nós enfrentamos naquela conjuntura dos anos 67 e 68 permanecem atuais. Do ponto de vista das condições de vida, das condições de salário e de trabalho, a classe trabalhadora viu a sua condição piorar sempre. Continuamos igualmente a lutar em condições bastante desfavoráveis, enfrentando a mesma legislação, o mesmo nível de repressão do Estado e dos patrões. Um outro dado idêntico é a divisão no movimento sindical e a presença até certo ponto preponderante do peleguismo e dos sindicalistas que defendem uma posição de conciliação, os mesmos que nós enfrentamos na luta contra o arrocho e na preparação do 1º de maio de 68. O pessoal que nós tradicionalmente chamamos de reforma e que continua causando os maiores prejuízos ao movimento sindical com sua aliança com os pelegos mais empedernidos como é o senhor Joaquim dos Santos Andrade. O pipocar de greves que estamos vendo hoje, muitas vezes independente da direção do sindicato, é típico de uma situação que se degrada do ponto de vista da classe trabalhadora e na qual ela não vê outra saída senão partir para o movimento grevista. São iniciativas, no entanto, que revelam a atomização do movimento, a ausência de uma direção consolidada e de organismos unitários. A situação de recessão que tende a se agravar e a política de arrocho que está se prometendo para depois das eleições, a classe trabalhadora conhece muito bem. Foi a mesma que a ditadura impôs a partir de 65 quando em menos de três anos os trabalhadores perderam mais

de 50% de seu poder aquisitivo. E nós não podemos ter ilusões com as eleições. Não vão ser elas que vão resolver os problemas de nossa classe. Precisamos mais do que nunca da unificação do movimento sindical: enquanto não conseguirmos isto, a burguesia vai deitar e rolar em cima de nossas costas.

— Chico, você faz parte da vanguarda operária que surgiu no ciclo grevista de 78 e 79. Como militante da oposição metalúrgica de São Paulo, de que forma você analisa os impasses do movimento sindical hoje?

Chico - Retomando a experiência de 78 quando, a partir de toda aquela mobilização interna nas fábricas, conseguimos arrancar algumas conquistas como algumas antecipações salariais que não seriam descontadas por ocasião do dissídio. Era o despertar do movimento operário metalúrgico de São Paulo, de forças que vinham se acumulando há anos. Com a campanha salarial de novembro de 1978, a maioria destes acordos foram traídos pela direção sindical e houve realmente a desmoralização da categoria. As greves de 79 já não foram a mesma coisa: nós tivemos que fazer piquetes, não havia condições de garantir a paralisação apenas no interior das fábricas. Faltava em São Paulo, uma direção que soubesse ser referência da categoria, que abrisse campo para a consolidação dos ganhos de organização, para as novas lideranças de base. Em 1980 e 1981, já sofremos a pressão do desemprego. Milhares e milhares de demissões sem que fosse travada em momento algum uma luta para barrar estas dispensas. Houve fábricas nas quais foram dispensados mais de 50% dos trabalhadores e a única coisa que a direção do sindicato fez foi soltar boletim dizendo que não tinha condições de fazer greve.

Até que com o avanço do movimento sindical no Brasil inteiro e, principalmente a partir das conquistas obtidas neste último período pelos operários do ABC, a direção do sindicato foi obrigada a reformular sua política. Nos últimos quinze dias, tivemos quatro greves contra o desemprego aqui em São Paulo. Eu acredito que com esta nova fase de mobilização pela qual nós estamos passando vai haver uma mudança de qualidade do movimento metalúrgico em São Paulo.

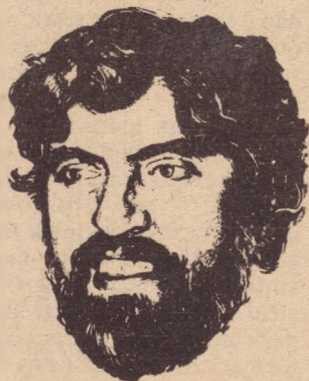
— Mas a divisão do movimento sindical, o boicote dos pelegos e dos reformistas à própria comissão pró-CUT estadual eleita no último Enclat não seriam uma barreira para o movimento conseguir avançar, passar à ofensiva?

Chico - É verdade que o movimento operário saiu dividido do Enclat. Mas temos que lutar para que seja uma divisão temporária. À medida que se acirrar a luta de classes aqui em São Paulo, a tendência é dos trabalhadores fortalecerem esta unidade. Veja bem: nós temos no fim do ano mais de dois e meio milhões de trabalhadores no estado entrando em campanha salarial. É importante que nós consigamos levar estas lutas de maneira unificada, com uma pauta única centrada principal-

mente na questão da estabilidade no emprego. E existem condições para que um processo como este seja levado adiante a partir das iniciativas da comissão pró-CUT estadual. O desemprego é o fato mais grave deste país. E não há alternativa senão lutar. Para retomar inclusive um caminho que a I Conclat aprovou e que está muito ligada ao esforço da criação da Central Única, o esforço na preparação da greve geral. Não há outro caminho. Fala-se, inclusive, que com a chegada de políticos burgueses a governos estaduais, com o seu fortalecimento político, seria fortalecida também a idéia de um pacto social que não pode ser outra coisa neste momento senão negociar a cabeça da classe trabalhadora. A única força que pode impedir isso é a articulação do movimento sindical em um processo de luta contra o desemprego, pelo reajuste trimestral e as outras reivindicações aprovadas pela Conclat.

— Ibrahim, que papel o PT, enquanto partido, pode jogar para a superação dos impasses do movimento sindical? E como conjugar estas expectativas com a situação atual, onde apesar de alguns pequenos avanços como o encontro nacional dos militantes sindicais, prevalece um quadro de atrofia da intervenção sindical do partido?

Ibrahim - O PT tem um imenso potencial de crescimento a nível da classe trabalhadora. Temos sentido isso nestes três anos de construção do partido, a penetração e a esperança que ele despertou. Mas nós temos que reconhecer que ainda é uma parcela reduzida da classe trabalhadora a que assumiu e está engajada na construção do partido. Já do ponto de vista estritamente sindical, o



Ibrahim: Precisamos mais do que nunca da unificação do movimento sindical. Enquanto não conseguirmos isto, a burguesia vai deitar e rolar em cima de nossas costas.



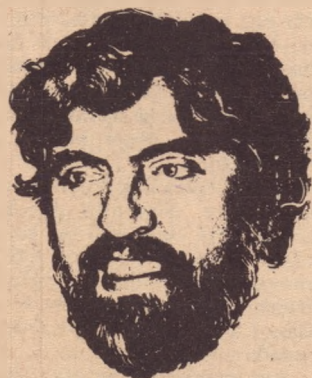
Chico: O desemprego é o fato mais grave do país. E não há outra alternativa senão lutar. Temos até o fim do ano mais de dois e meio milhões de trabalhadores entrando em campanha salarial. É fundamental unificar estas lutas.



Ibrahim: *O PT tem um imenso potencial de crescimento a nível da classe trabalhadora. Mas nós temos que reconhecer que ainda é uma parcela reduzida dos trabalhadores que está engajada na construção do partido.*

PT conseguiu aglutinar os setores mais combativos. O que está faltando é uma definição clara de como a nossa militância pode canalizar a sua intervenção. E isso os encontros sindicais do PT ainda não conseguiram definir. Eu defendo que a organização de núcleos por categoria, por local de trabalho é fundamental para organizar a intervenção dos petistas dentro das fábricas, dentro dos bancos, dentro das escolas.

Chico - Temos que avaliar o surgimento do PT. Por que ele desperta tal interesse? Porque ele surgiu exatamente do ascenso sindical em 1978 e 1979. E é uma contradição o fato do partido nascido das lutas não ter conseguido crescer naquilo que é fundamental, os núcleos por categoria. Seria por eles que se conseguiria organizar um partido de luta. A argumentação que se usou durante muito tempo era de que os núcleos por categoria iriam atrelar o movimento sindical ao PT. Isto é um erro: os núcleos petistas teriam exatamente a função de estimular a organização dos trabalhadores em seus organismos de massa, nas comissões de fábrica, nos sindicatos, nas suas associações. Respeitamos as decisões das assembleias mas preservamos o direito de defender as nossas posições. A discussão ficou prejudicada também pelo argumento de que o núcleo por categoria criaria um problema de dupla militância. O que não é verdade, pois eles atuam fundamentalmente na sua categoria. Por exemplo, nós temos um núcleo na zona sul de São Paulo que aglutina militantes que atuam naquela região independente do local onde moram. Não é justo, por exemplo, que o militante que está participando deste núcleo tenha que votar no momento das decisões lá no Tremembé. Outra idéia confusa é de contrapor o núcleo de categoria ao núcleo de bairro. O que nós defendíamos era que os núcleos de bairro não podiam ficar restritos à discussão política geral mas deviam também participar do movimento sindical porque são compostos em sua maioria de trabalhadores. É importante reafirmar que a direção estadual do PT paulista não nos deu apoio quando tentamos por duas vezes reunir os trabalhadores metalúrgicos petistas para atuar unificadamente na campanha salarial. Em 1980, fizemos uma primeira reunião com mais de 120 companheiros e, no segundo domingo, quando iríamos fazer a outra, encontramos a porta fechada. Agora, o momento



Ibrahim: *O trabalhador brasileiro tem consciência de que o capitalismo não lhe serve. O que estava faltando era uma proposta que apresentasse uma alternativa, o socialismo, e colocasse isso no plano concreto.*

é de cobrar as resoluções do encontro sindical paulista e nacional que aprovaram a mudança no regimento no que diz respeito aos núcleos de categoria e também que antes dos grandes eventos sindicais fosse sempre realizada uma plenária de militantes.

- Como vocês estão procurando concretizar estas preocupações na campanha eleitoral?

Ibrahim - A minha militância sempre se deu junto ao movimento operário. Eu nasci aí, me formei aí. Assumi a proposta do PT porque enquanto um operário que tem consciência política sei que só movimento sindical, por mais articulado que esteja, não conseguirá concretizar a libertação da classe trabalhadora. É como caminhar com um pé só. Construir o partido independente da classe trabalhadora é pois uma tarefa fundamental. Daí a nossa campanha se voltar para estas tarefas, abrindo espaços e colocando os nossos mandatos parlamentares, se eleitos, a serviço da classe. Este compromisso nós estamos assumindo desde já. O eixo da nossa campanha tem sido a massificação da proposta do PT, o enraizamento do partido. Organizar grupos de apoio envolvendo na maioria das vezes trabalhadores que estão tomando contacto agora com a proposta do partido com a perspectiva de transformá-los em núcleos de militantes. Além de aproveitar a campanha para o trabalho sindical. No Vale do Paraíba, por exemplo, onde a maioria dos sindicatos que existem são totalmente atrelados, temos ido a porta de fábrica convocando o pessoal para reuniões estritamente sindicais.

Chico - O que diferencia a proposta do PT do resto é que nós não viemos para falar em nome da classe trabalhadora, para representar a classe trabalhadora mas para organizar a luta junto com os trabalhadores, ombro a ombro. Nós temos que explicar para o trabalhador que a democracia da urna nunca resolveu o nosso problema. Deixamos de fazer política, fizeram política em nome da gente e o resultado é esse que estamos vendo aí. Nós temos cerca de dez ou onze candidatos metalúrgicos no estado de São Paulo. Se nós conseguíssemos eleger três ou quatro, se conseguíssemos colocar os seus mandatos a serviço da categoria, seria um enorme salto de qualidade para os metalúrgicos de São Paulo. Toda a estrutura parlamentar, carros, a mobilidade, o acesso à imprensa seria voltado para a organização da categoria. Nós conseguiríamos, por exemplo, organizar muitos núcleos por categoria, criar inclusive inter-núcleos por categoria..

- Ibrahim e Chico: qual a possibilidade que vocês vêem, com o fortalecimento de seu peso parlamentar em um momento em que sua intervenção sindical é frágil, como vocês próprios avaliaram, do PT incorporar sérios desvios parlamentaristas?

Ibrahim - O nosso partido, por imposição da legislação, teve que entrar num processo muito internista. Trabalhamos seguidamente para formar comissões municipais provisórias em todos os estados, para filiar município por município, para construir os primeiros diretórios. Depois veio a discussão interna sobre os nossos estatutos, sobre a plataforma e, agora, o debate em torno à carta eleitoral e à indicação dos candidatos. É nestas eleições que o PT tem a sua primeira oportunidade de ir para as ruas, de sair da casca do ovo. É um processo extremamente perigoso porque nós sabemos que o campo eleitoral não é favorável aos trabalhadores-mas à burguesia. Eu tenho certeza que depois das eleições, o PT sairá fortalecido. É um processo de acumulação de forças. No entanto, eu falei que esta é uma situação perigosa o que fica confirmado quando vemos determinadas posições, determinadas tendências utilizando inclusive uma fraseologia de combate mas levando uma posição eleitoreira, onde o objetivo é apenas se eleger a qualquer custo. Eu tenho visto determinados candidatos oferecendo qualquer coisa para ganhar apoio em determinado município ou obter o apoio de determinados vereadores sem critério político nenhum. São estas posições que vêm o partido como uma frente, como um instrumento apenas para se enfrentar uma determinada conjuntura, como um trenzinho que você toma aqui para saltar na segunda ou terceira estação. Acho que é fundamental se respeitar os princípios aprovados na Carta Eleitoral do partido.

Chico - Eu tenho certeza que existe gente dentro do partido que pensa em resolver os problemas com uma atuação apenas ao nível do Parlamento. Embora não tenham coragem de dizer isso de público. A gente vê campanhas milionárias dentro do PT que não diferem em nada das do PMDB. Existem, inclusive, aqueles que dizem: os candidatos que tiverem mais votos serão a direção do partido. Eu discordo. Não é pelo simples fato de se ter um mandato parlamentar que se passa a ser direção do partido. A maioria da direção deve ser de trabalhadores que estão lutando diretamente nos movimentos populares, Com a possibilidade do PT eleger em São Paulo um grande número de parlamentares, nós



Chico: *É uma contradição o fato do partido ter nascido das lutas e não ter conseguido crescer naquilo que é fundamental, os núcleos por categoria.*

temos que ter um controle especial sobre a bancada dos parlamentares, com a formação de quadros e o fortalecimento dos núcleos. Temos que estimular o crescimento dos núcleos, a vida dos núcleos para que eles tenham realmente capacidade para deliberar e determinar os rumos do partido.

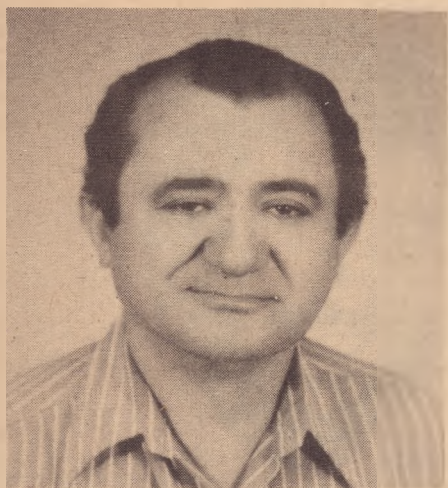
- Para terminar, uma pergunta também para vocês dois. Como vocês têm procurado fazer a propaganda do socialismo na campanha?

Ibrahim - O trabalhador desde 64 para cá tem tomado consciência, sentindo na própria pele, que o capitalismo não lhe serve. A gente costuma dizer que este é um país que está de cabeça para baixo. Quem constrói as riquezas, nada tem e quem não trabalha vive nas maiores mordomias. Um operário que trabalha a vida inteira, que deixa o seu couro dentro de uma fábrica, de repente não serve mais para produzir por causa do desgaste físico ou pela idade. Trata-se o trabalhador como se fosse cana: suga, suga tudo que ele tem e depois joga o bagaço fora. Então, dessa realidade o trabalhador tem consciência. O que estava faltando era uma proposta que apresentasse uma alternativa e colocasse isto no plano concreto. É por isso que a campanha de Lula vem tendo todo este impacto aqui em São Paulo.

Chico - Veja: o número de profissionais liberais que antes eram trabalhadores autônomos e hoje são assalariados, muitas vezes oprimidos como nós operários metalúrgicos, faz com que exista naturalmente entre nós um sentimento comum anti-patronal, de classe, que exista um projeto político comum. Somos dezenas de milhões de assalariados, explorados, unidos na luta contra o capitalismo em todo o Brasil. Mesmo no interior onde a gente pensava que o pessoal teria medo, vemos o trabalhador interessado. A questão do socialismo ligado a toda uma plataforma que estamos levando consegue despertar os anseios do pessoal. E enfatizamos a questão do trabalhador ter o poder através de conselhos, da democracia direta. A receptividade que estamos encontrando nos leva inclusive a uma certeza: dificilmente o governo e os patrões conseguirão acabar com o PT porque ele expressa justamente as contradições sentidas por todos os trabalhadores, as suas esperanças de uma vida melhor e fraterna que só pode ser conseguida no socialismo.



Chico: *Há os que dizem que os candidatos que tiverem mais votos serão a direção do partido. Eu discordo. Não é pelo simples fato de se ter um mandato parlamentar que se passa a ser direção do partido.*



Lutar vale a pena

Ismael dos Santos Andrade, operário, é candidato a vereador por São Paulo. Desde 1959, a sua vida se cruza, se funde com a história da esquerda brasileira. Da experiência do stalinismo à esquerda armada, Ismael jogou tudo o que tinha. E é com esta disposição que se lança agora na construção do PT.

Ismael conta a sua vida, um roteiro que é de milhões e milhões de trabalhadores brasileiros. O nascimento em um pequeno sítio em Alagoinhas no interior da Bahia, a morte do pai, o trabalho precoce aos oito anos como padeiro em uma pequena cidade do interior e, depois, em Salvador. Aos dezesseis, emigra para São Paulo onde chega sem conhecer ninguém, dorme no relento, passa fome, trabalha em colheita de algodão em Martinópolis, em bananeiras, na construção civil.

Aos dezessete, Ismael já trabalha em uma metalúrgica e começa a participar do sindicato. Estamos no final da década de 50, o período final do populismo, a força do PCB era crescente, Ismael se aproxima e se filia. Em 1960, o batismo de fogo: a prisão quando participava de um piquete.

Em 1961, mais exatamente a 13 de dezembro de 1961 — como lembra com rigor Ismael — a segunda prisão em um piquete durante a greve nacional pelo 13.º salário. Era ministro do Trabalho Franco Montoro, mas Ismael lembra que o choque com a polícia foi duro. “No Brás, chegou a haver confronto com a polícia que compareceu com tropa de choque e cavalaria. Na Lapa, onde eu militava, mais de vinte companheiros foram presos”.

Em 1964, o golpe militar pega a todos de surpresa. “Está na minha lembrança a frase dita por Prestes em uma festa do jornal *Novos Rumos* em fevereiro de 64: se a reação colocar as mangas de fora, será esmagada em 24 horas. No fundo, estava todo o erro da política do PCB, a confiança nas alianças com a burguesia e com a ala nacionalista do Exército.”

Em 1966, Ismael rompe com o PC junto com a dissidência Marighela. Começou paralelamente a trabalhar com metalúrgico em Osasco, na Cobrasma onde participava da comissão de fábrica. Até 1968, quando participou da comissão dos dez que dirigiu a histórica greve. Daí por diante, entrou para a lista negra e foi obrigado a deixar a profissão de metalúr-

gico. De julho de 1968 até novembro de 1969, na clandestinidade, participa da guerrilha urbana.

A 8 de maio de 1970, Ismael é preso no pátio da companhia de ônibus que trabalhava, a CMTC. A lembrança da tortura na OBAN: choques elétricos, telefones, alguns dentes quebrados. A experiência se repetiria no presídio Tiradentes (o DOPS confundiu o seu nome com o de outro prisioneiro de nome Ismael que constava numa lista de exigência de presos políticos a serem libertados em troca de um embaixador sequestrado): de 9 às 23 horas, no pau-de-arara, em uma cadeira elétrica, com holofotes nos olhos mantidos abertos com pauzinhos de fósforo.

Nova vida

A liberdade em 9 de julho de 1973, inicia um novo período, a luta pela sobrevivência e a da família com duas filhas. Sempre lutando contra as dificuldades financeiras é seguidamente motorista para a editora Abril, motorista de táxi, motorista de carga de São Paulo a Porto Alegre, motorista do Frigorífico Bordon...

Ismael entrou para o PT em 1979, ajudando a formar o segundo núcleo de

São Paulo, o da Lapa. Desde 1976, participante da Sociedade Amigos de Bairro da Vila Anglo-Brasileira já tem uma extensa rede de trabalhos comunitários junto a favelados.

Novos tempos. Para o operário que sofreu a cada momento de sua existência a traição de classe e a crise do stalinismo, que acompanhou a esquerda armada, o surgimento do PT traz nova vida. “Este é um partido que se constrói de baixo para cima, uma proposta diferente, do trabalhador ter o seu próprio partido, o seu próprio projeto”. Sua candidatura a vereador por São Paulo é continuidade direta de sua história e da sua disposição de jogar tudo na construção do movimento sindical, do PT.

Ismael tem 42 anos, mas aparenta mais. Ismael, se sua vida terminasse agora, teria valido a pena? “Valeu a pena sim. Se acreditasse na reencarnação, voltaria a fazer tudo o que fiz, a dar esta pequena contribuição à libertação da classe trabalhadora. Talvez até com mais vigor. Marcas da prisão, da tortura? Todo revolucionário vai se forjando. Isto aconteceu em toda a história da humanidade. Faz parte da luta por uma sociedade socialista, onde todo mundo será igual.”

Tarcísio Lemos

Os trabalhadores como sujeito das decisões

Como está se dando, no processo eleitoral, a diferenciação dos candidatos do PT com os do PMDB?

Tarcísio — A diferenciação da campanha do PT dos outros partidos é muito fácil de ser percebida; primeiro porque temos que ser coerentes com o programa de organização da classe trabalhadora independente da burguesia; segundo porque investimos mais na capacidade que cada militante do PT tem de trabalhar. Os outros partidos sem distinção, têm uma mesma prática: o eleitoralismo e o demagogismo exacerbado. O PMDB, uma grande frente burguesa, por exemplo, há pouco tempo esteve no bairro onde moro, na pessoa de um deputado estadual, Nelson Aguiar tentando enganar o povo explorado, numa promessa vergonhosa de que iriam distribuir leite para todo o bairro. Como resposta, ele saiu em disparada, sob vaias e quase foi linchado.

Você que está tendo um contato mais direto com os trabalhadores, como sente a receptividade que a campanha do “voto útil” levada a cabo pelo PMDB, está desviando votos do PT?

Tarcísio — Já dá pra perceber que o feitiço está virando contra o feiticeiro, que o tiro está saindo pela culatra. O trabalhador já está saturado e não se deixa ser enganado pela campanha do voto útil, que o PMDB está levando. O voto útil para o latifundiário não é útil para o lavrador, o voto útil para o empresário é inútil para do operário. Para o Partido dos Trabalhadores, o voto útil é aquele que forja e desenvolve uma alternativa independente de organização da classe trabalhadora no sentido dela mesma procurar as soluções para os mil problemas que ela enfrenta.

Que tipo de relação os vereadores do

Combinando um trabalho no movimento sindical com uma atuação no movimento de bairro e nas lutas estudantis, Tarcísio Lemos, candidato do PT à Câmara Municipal de Vitória é mais um exemplo da participação da juventude. Como coordenador geral do Centro Acadêmico de História da Universidade Federal, colaborou ativamente nas lutas contra o ensino pago. Como funcionário do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, esteve presente em todas as três greves travadas pela categoria nestes últimos anos. Tendo sido inclusive preso por se colocar ao lado dos trabalhadores, colaborou desde o início na construção do PT no estado.



PT devem ter com os movimentos populares?

Tarcísio — O vereador do PT deve somar aos outros militantes do partido no sentido de organizar os trabalhadores, no seu lugar de trabalho e no seu local de moradia, onde os problemas são os maiores. O vereador eleito tem que estar nas ocupações, nas lutas que os moradores levam no dia-a-dia, nas portas de fábricas, nos canteiros de obra, etc. Também achamos que o vereador do PT tem que estar denunciando para a população o empreguismo, a corrupção desenfreada, que acontece dentro das prefeituras, secretarias etc; tem que discutir com a população como deve ser aplicado o dinheiro que sai de seus bolsos. Enfim, fazer com que a população seja o grande sujeito das decisões.

Como tem sido a reação dos trabalhadores, estudantes e moradores de seu bairro ao saberem que você é candidato?

Tarcísio — A minha campanha, num primeiro momento, tem sido mais no sentido de conversar com as pessoas, mostrando porque saí candidato a vereador. No sindicato dos trabalhadores da Construção Civil, onde trabalho e tenho participado ativamente das lutas da categoria, a receptividade está sendo a melhor possível. No meio universitário, também. Afinal, os companheiros identificam a minha participação na luta contra o ensino pago e por um ensino voltado para os interesses da maioria da população.

No Bairro Maria Ortiz, onde moro, os companheiros foram logo falando da necessidade de termos um candidato do PT, que expressasse claramente o seu programa, e que estivesse na luta por melhores moradias, calçamento, luz, água, esgoto e o aterro das casas que ainda estão no mangue.



Romper os muros da Universidade

O movimento estudantil além de canalizar toda a disposição de luta dos estudantes universitários, no sentido de transformar a Universidade e impedir que se torne cada vez mais um instrumento da classe dominante, deve se colocar concretamente ao lado dos trabalhadores brasileiros na luta contra a ditadura militar. É preciso ter claro que a universidade não está isolada das outras instituições e que as reivindicações estudantis de fundo (como a luta pelo ensino público e gratuito e em todos os níveis) só serão alcançadas com uma mudança global na sociedade, o que passa pela destruição do poder burguês pelas classes trabalhadoras.

O que temos hoje é um movimento isolado socialmente, com uma direção vacilante e conciliadora, que não se coloca enquanto aliado no movimento de massas. É necessário romper os muros da Universidade e colocar os estudantes em contato com as aspirações das classes trabalhadoras, para reencontrar seu sentido revolucionário.

Aos estudantes petistas, cabe uma tarefa determinante: a luta por uma nova direção da UNE. O último CONEB foi um primeiro passo onde os estudantes demonstraram sua disposição de luta e de construção de um novo movimento estudantil. O Congresso da UNE está próximo. É agora, mais do que nunca, o momento de nos unirmos e mobilizar os estudantes para acabar com o imobilismo e a conciliação.

Osasco, cidade do trabalho, tem que ser do trabalhador

Osasco tem 700 mil habitantes, e características de cidade-dormitório. Até 1961 era um bairro de São Paulo; tornou-se município com a campanha desenvolvida pelos moradores. O que se pretendia com isso era melhorar as condições da região, que estava bastante abandonada.

Hoje, a região é uma das mais industrializadas de São Paulo e do Brasil, e tem bancos e comércio extremamente importantes. Temos a matriz do Bradesco, com mais de 10 mil funcionários, e a matriz do Unibanco. Temos multinacionais como a Brown Boveri, Osram, Ford, Chaleroy, e indústrias com capital "nacional" como a Cobrasma, A Cimaf, e Braseixos.

Mas ao mesmo tempo o aumento das favelas, da miséria e da violência marcam Osasco e a região; Osasco é conhecida pelas notícias policiais. Isto não se explica apenas pela miséria e pelo desemprego, mas também pela própria atuação da polícia extremamente violenta.

A tradição de luta da classe operária osasquense vem desde a implantação das primeiras fábricas, com greves organizadas pelos imigrantes anarquistas. Mas teve o seu momento mais importante em 1968, com uma greve que seguiu uma organização de anos, com a comissão de fábrica da Cobrasma. Depois da greve, veio a repressão dos piores anos da ditadura Médici. A luta sofreu um refluxo, passou por uma reorganização.

Aos poucos, os trabalhadores foram formando grupos de fábrica, a oposição sindical, participando e fazendo avançar as sociedades de amigos de bairro. Desta organização surgiu a primeira greve de peso após vários anos de repressão, na Brown Boveri e na Caterpillar.

O surgimento do Partido dos Trabalhadores trouxe a possibilidade de juntar todos os companheiros que levavam lutas dispersas, com novos militantes que simpatizaram com a proposta do partido. Desta forma, a força dos trabalhadores, mais unidos, aumentou milhares de vezes.

Nosso partido, em Osasco, lançou 36 candidatos a vereador, dois a deputado federal e dois a prefeito. Tem 3.200 filiados, e núcleos em vários bairros. Enfrentamos um grande

Uma análise de Osasco, de suas lutas e problemas, das características de todos os partidos e das propostas do PT.



desafio: os outros partidos lançaram vários candidatos, quase todos nomes tradicionais em Osasco.

No PMDB O coronel que condenou Lula

O PDT, em São Paulo, tem seu baluarte justamente em Osasco: até há pouco, ocupava a prefeitura, com o sr. Guaçu Piteri. Era de "oposição", mas sua administração foi ineficaz e corrupta. Desgastou-se, e a toda a oposição. O PDT tem dois candidatos a prefeito. Com a vitória do PT, teremos de realizar uma apuração da situação da prefeitura e denunciar as tramóias: não podemos lavar as mãos porque era de "oposição".

O PDS se aproveita exatamente do desgaste da administração de Guaçu. Tem muito

dinheiro, e infra-estrutura para a campanha: ocupa a prefeitura, tem os carros do Maluf, duas rádios (uma é de um candidato a prefeito, outra de um candidato a deputado federal). Por toda a parte, o PDS é claramente de direita. Mas em Osasco é pior: beira o fascismo, começando a utilizar a violência física (o espancamento de outros candidatos).

Uma das primeiras atitudes do prefeito que substituiu Guaçu foi desalojar o conselho popular (entidade que reúne os sindicatos, associações de bairros, movimentos populares de Osasco) da sede onde funcionava. Desalojou também favelados de barracos. Isto no período eleitoral. Imaginem depois das eleições.

O PMDB, incorporando o PP, passou de frente ampla para amplíssima, incluindo notórios defensores do golpe de 1.964. Uma dos

seus candidatos a prefeito em Osasco é nada menos que o Coronel Meireles, o militar que presidiu o julgamento que condenou o Lula (que depois recorreu, conseguindo anular o processo). Evidentemente, este coronel é defensor intransigente do golpe de 64, discordando apenas de alguns "desvios".

No PTB, um dos candidatos até há pouco estava no PDS. O outro é o primeiro prefeito de Osasco, tirado da prefeitura em 64... por corrupção. Agora, é um candidato forte do partido da vassoura contra a corrupção. O outro é um ex-militar.

No PT, uma campanha com o compromisso dos trabalhadores

O PT lança dois candidatos a prefeito. O aprovado na pré-convenção é Pedro de Oliveira, antigo militante sindical, ex-deputado federal, preso várias vezes em várias ditaduras (desde Getúlio Vargas até hoje), obrigado a sair do país. Por uma sub-legenda foi lançado também um operário, antigo preso político, membro da Ação Católica Operária.

Osasco tem como lema "Osasco, cidade trabalho". O nosso é "Osasco, cidade trabalho, nas mãos dos trabalhadores". Nosso objetivo é o socialismo, e nossa ênfase na campanha da prefeitura é mudar sua administração, decidir onde aplicar sua verba pelo conselho popular e por assembleias populares. Pretendemos criar sub-prefeituras para descentralizar o poder municipal e facilitar a participação popular. No lugar de fazer propaganda em televisão, destruir e construir praças, e desviar verbas, daremos prioridade às questões que mais afligem a população, como o saneamento básico.

Ao contrário dos outros partidos, não temos dinheiro para a campanha. Nossa arma é o compromisso dos trabalhadores. Por isso pretendemos formar comitês do partido nos bairros, ruas, fábricas, escolas, para terem uma participação ativa na campanha. Nossa campanha financeira é a "campanha dos 10 cruzeiros". Naturalmente, os comitês, além de serem importantes para a eleição, ajudarão a ampliar o partido.

Assine EM TEMPO:

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

A Editora Aparte Ltda. • Rua Francisco Leitão, 57
• CEP 05414 • São Paulo • Assinatura anual Cr\$ 1.500,00

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luis Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.
Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414
Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.589 0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20;
Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Composição: Editora Letra Ltda. - Rua Artur de Azevedo, 1977 - Fone: 212-5061.

Impressão: Cia. Editora Jorúes. Rua Gastão da Cunha, 49 - São Paulo, SP - Tel.: 531-8900.

PERSPECTIVA Internacional



Saiu a PERSPECTIVA INTERNACIONAL nº 3

- O imperialismo e a Revolução na América Central
- Guerra de extermínio contra o povo palestino no Líbano
- A crise da ditadura Argentina após as Malvinas
- Ernest Mandel analisa a Crise Econômica
- Tempos de Autocríticas no PC Vietnamita
- Socialismo: Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado
- Manifestações pacifistas na Europa e nos EUA
- Apelo contra a de Reagan à Europa
- Solidariedade aos presos políticos uruguaios.

**Assinatura anual Cr\$ 1.200,00. Cheque à
Editora Aparte. Rua Francisco Leitão, 57
- Pinheiros - CEP 05414 - São Paulo**

O movimento operário, o poder e o Parlamento

As eleições e o cretinismo parlamentar

Um dos maiores riscos quando se aproximam as eleições é esquecer as suas limitações, a natureza do Estado burguês e imaginar que a atuação parlamentar pode mudar fundamentalmente a situação. Estas ilusões já deram lugar a grandes tragédias, do Chile à Indonésia.

Ao aproximarem-se as eleições, elas dominam inteiramente a cena política. E se trazem um clima saudável de politização popular, de revolta contra o regime, trazem também velhos males, como o eleitoralismo e o que na tradição marxista é chamado de "cretinismo parlamentar".

O eleitoralismo e o cretinismo parlamentar têm várias variantes. Há desde o carreirismo e a corrupção eleitoral, pura e simplesmente, até a ilusão liberal e reformista de que as coisas podem ser mudadas, fundamentalmente, pela atuação parlamentar.

O carreirismo e a corrupção são inerentes às eleições burguesas: elas representam para muitos eleitos formas de ascensão social e de ganhar prestígio, e se decidem em grande medida pelos recursos financeiros postos por cada partido ou candidato no jogo das urnas. Pela estrutura das eleições, o povo participa de uma maneira extremamente limitada: coloca um voto na urna, e volta a colocá-lo quatro anos depois. Não participa diretamente da escolha dos candidatos, não controla diretamente os seus mandatos. Estão presentes, portanto, todos os ingredientes para que o carreirismo e a corrupção campeiem.

Os partidos operários, como o PT, não estão imunes a estes males. É para combatê-los que a Carta Eleitoral do partido definiu um processo de escolha de candidatos através da sua representatividade nos movimentos sociais e da confiança das bases, e definiu uma campanha unificada do partido. As dificuldades que estão existindo para implementar esses princípios (em

graus variados nos vários estados) comprovam bem a pressão do eleitoralismo, sobre o próprio PT.

O que é cretinismo parlamentar

Um outro problema é o controle dos eleitos. A estrutura do parlamento burguês, e mais ainda, dos cargos executivos, torna esse controle muito difícil pelo povo. E faz numerosas as pressões para que se integrem nas instituições das classes dominantes. Por esta razão, os revolucionários sempre defenderam um estrito controle do partido sobre seus eleitos, limitando desta forma as possibilidades de um afastamento destes do programa do partido. Lênin falava de um "triplo" controle sobre os parlamentares: primeiramente, controle geral do partido sobre todos os membros do partido; em segundo lugar, controle especial das organizações locais que devem apresentar em seu nome os candidatos ao parlamento; controle especial do Comitê Central de todo o partido (Lênin, "Opinião particular sobre a composição da fração parlamentar do POSDR", no Congresso de unificação do POSDR de 1906). Naturalmente, esta questão será mais complicada no PT do que foi no partido operário russo em 1906.

Mas além do carreirismo e da corrupção, as eleições trazem ilusões. Principalmente, as ilusões de que o Estado pode ser fundamentalmente modificado através delas, que o poder pode ser conquistado pelos trabalhadores por esta via.

Há um comportamento que Lênin chamava de cretinismo parlamentar. Ele se identifica, antes de mais nada, pelo hábito

de somar números e estatísticas, de imaginar alianças que possam dar porcentagens eleitorais um pouco maiores, para vencer a direita ou a ditadura. Se observa os resultados de várias eleições seguidas, o cretino parlamentar calculará o aumento dos votos da "esquerda", imaginará o número de anos necessários para chegar a ser maioria. Se os votos da esquerda aumentam, o cretino vê um futuro feliz pela frente. Se diminuem, ele crê que uma certa fatia dos eleitores foi assustada com um excesso de radicalismo, que a aliança não foi suficientemente ampla. Por tudo isto, não é possível propor mudança muito rápida, é necessário dar tempo para que os eleitores assimilem a necessidade das mudanças etc.

Como dizia Lênin: "um procedimento caro aos oportunistas é demonstrar que a palavra de ordem mais moderada é perfeitamente pertinente, pois permite reunir o maior número possível de elementos da sociedade. Bernstein dizia: apenas uma parte do proletariado se pronuncia pela revolução social, enquanto a reforma social tem os favores de numerosos elementos social-liberais. Vocês se enganam se pensam que é possível construir o socialismo contra a sua vontade! Tornem-se um partido de reformas democráticas e socialistas! Os mencheviques dizem: apenas o proletariado e uma parte revolucionária da pequena-burguesia (antes de tudo os camponeses) são por uma vitória efetiva da nossa revolução, enquanto pela limitação da antiga monarquia em um sentido liberal, há ainda a média burguesia e os oficiais etc. Concedemos em chamar de revolu-



ção uma transação de liberais com o tzar, e no lugar de buscar um governo verdadeiramente revolucionário, que seja um meio de insurreição, peçamos uma Duma (o parlamento consultivo do tzar)!

"Não, camaradas. Há uma aritmética política das operações um pouco mais complicadas que a soma de todos os elementos da "oposição". Uma oposição flutuante e prestes a trair, ajuntada a elementos revolucionários verdadeiramente combativos, não dá sempre um resultado positivo; mais frequentemente é negativo". (Lênin, "A crise política e a falência da tática oportunista").

Uma aritmética mais complicada

Trotsky deu uma forma um pouco mais precisa a este argumento: disse que as forças políticas se somam como vetores de forças na Física. Dois vetores que apontam em sentidos diferentes podem dar uma soma menor do que um deles.

No fundo da ilusão eleitoralista está a incompreensão da natureza do Estado: acredita-se que ele pode ser neutro, permitindo um governo da burguesia ou dos trabalhadores. Está a crença em que a burguesia pode ser pouco a pouco convencida de que deve ceder o poder aos trabalhadores, que não utilizará todos os recursos que tem à sua disposição (sobretudo o exército). Está o desconhecimento de que a ditadura e a burguesia só

podem ser derrotadas pela mobilização e pela luta dos trabalhadores e do povo, armados para enfrentar seus adversários.

Uma vitória eleitoral pode ocupar um lugar importante no desencadeamento de um processo revolucionário. Mas confiar unicamente nesta via, é correr o risco de ver tragédias como a do Chile ou a da Indonésia (onde foram massacrados meio milhão de comunistas e membros das organizações operárias).

Além disso, o eleitoralismo se esquece de que as eleições, manipuladas pela burguesia (no caso brasileiro atual, super manipuladas), dependentes em tudo dos meios financeiros, distorcem o resultado contra os trabalhadores, e cumprem uma função importante de mistificação. Oferecem uma "saída" que desvia os trabalhadores dos meios revolucionários de luta, da confiança na força da organização autônoma da classe.

A participação de um partido operário em eleições manipuladas pela burguesia e em um parlamento totalmente castrado se explica, em primeiro lugar, porque a classe operária ainda não tem força suficiente para determinar o terreno em que luta, e tem de aceitar condições impostas pelo adversário, explorar as possibilidades que abre. Conseguir grupos parlamentares do partido em todos os níveis (federal, estadual, municipal) pode ser um apoio importante para as lutas que os trabalhadores e o povo desenvolvem.

Um dos exemplos historicamente mais significativos de cretinismo parlamentar foi dado por Otto Bauer, um dos principais teóricos da social-democracia austríaca. Escrevendo depois das eleições de abril de 1927, ele dizia: "Em 1920, tivemos 36% dos votos. Nas penúltimas eleições, cerca de 40%. Agora, quase 43%. Em seis anos e meio nos fortalecemos em aproximadamente 7%. Quanto nos falta? O caminho para o poder que precisamos percorrer exige aproximadamente o mesmo prazo que o transcorrido desde 1920 (...) Uma ou duas eleições mais, e teremos terminado com o governo burguês" (citado por Fernando Claudin, em "La crisis del movimiento comunista").

Infelizmente, quando completou-se o prazo previsto por Bauer, foi o governo

Duas tragédias exemplares

burguês (com a ascensão do nazismo) quem terminou com a social-democracia na Áustria. E em 1936, refletindo sobre esta terrível experiência, Otto Bauer disse que "o fascismo destruiu a ilusão reformista segundo a qual a classe operária pode encher as formas da democracia burguesa de um conteúdo socialista e transformar a ordem capitalista em uma ordem socialista sem um salto revolucionário".

Mas não foram apenas os social-democratas austríacos que padeceram de ilusões eleitoralistas desfeitas pela ascensão do nazismo. De uma forma diferente, mas não menos grave, o PC alemão teve a mesma

infelicidade.

No início dos anos 30, este partido vinha tendo resultados eleitorais crescentes: 3.265.000 votos em 1928, 4.500.000 em 1930, 4.980.000 em março de 1932, mais de 6 milhões em novembro de 1932. Em Berlim, o PCA obtém nesta eleição 37,7% dos votos, e a social-democracia 23,8; os dois juntos, portanto, têm 61,5% na capital. Por outro lado, nestas eleições, o partido nazista perdeu dois milhões de votos, fazendo 11,7 milhões, enquanto o PC e a social-democracia juntos tinham 13 milhões.

Com o progresso nas eleições, os dirigentes comunistas falaram em uma

"vitória grandiosa do comunismo", falaram que se colocava na ordem do dia a palavra de ordem de "A Alemanha soviética". Continuaram a mostrar este otimismo quando o presidente Hindenburg chamou Hitler para a chefia do governo. O jornal do PC — Die Rote Fahne, A Bandeira Vermelha — saiu com a manchete: "Hitler governa, mas o comunismo avança".

No entanto, poucos dias depois começava o terror nazista contra o PC, e logo contra a social-democracia. Ambos tombaram sem luta, sem sequer entender o que se passava. Como última consolação, nas eleições realizadas em 5 de março de 1933, já sob o terror nazista, ambos os partidos ainda tiveram a maioria absoluta em Berlim (52,6%).